

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)**

Letícia Carolina Pereira do Nascimento

**MODOS DE EDUCAR ENTRE JOVENS TRANSVESTIGENERES:
CARTOGRAFIAS DESEJANTES NA UNIVERSIDADE**

TERESINA-PI

2023

LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO

**MODOS DE EDUCAR ENTRE JOVENS TRANSVESTIGENERES NA
UNIVERSIDADE: CARTOGRAFIAS DESEJANTES**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação Docente e Prática Educativa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Shara Jane Holanda Costa Adad

TERESINA-PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do CCE
Serviço de Processamento Técnico

N244m Nascimento, Leticia Carolina Pereira do.
Modos de educar entre jovens transvestigeneres na universidade :
cartografias desejanteres / Leticia Carolina Pereira do Nascimento. – 2023.
96 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-
Graduação em Educação, 2023.
“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Shara Jane Holanda Costa Adad”

1. Jovens transvestigêneres. 2. Modos de educar. 3. Cartografias
desejanteres. 4. Universidades. I. Adad, Shara Jane Holanda Costa. II.
Título.

CDD 306.76

LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO

**MODOS DE EDUCAR ENTRE JOVENS TRANSVESTIGENERES NA
UNIVERSIDADE: CARTOGRAFIAS DESEJANTES**

Tese de Doutorado apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em Educação
da UFPI, como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2023

BANCO EXAMINADORA



Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
Orientadora



Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR)
Titular Externa I



Antônio Vladimir Felix Da Silva (UFDFPAR)
Titular Externo II



Maria do Socorro Borges da Silva (UFPI)
Titular Interna I



Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (UFPI)
Titular Interno II

Em memória de Leilane Assunção e Fran Demétrio,
exemplos de excelência acadêmica travesti no Brasil.

Estou viva. E isso não é pouca coisa.

Ester Xavier Santana

AGRADECIMENTOS

A Maria de Lourdes, minha avó-mãe, minha eterna lição de amor;

Ao meu pai Xangô e minha mãe Oyá, fagulhas vivas do Orum em mim;

Aos meus erês Bryan Pereira, Lucas José e Luiza Maria, eternas alegrias em mim;

À minha orientadora Shara Jane Holanda Costa Adad, pela acolhida e paciência, por insistir em caminhar ao meu lado, que possamos seguir juntas de mãos dadas;

A minha irmã de vida e guerra Jessyka Rodrigues, por todo o companheirismo e aprendizagem coletiva que nos envolve, e

A todes que fazem parte de algum modo desta história, gratidão!

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **MODOS DE EDUCAR ENTRE JOVENS TRANSVESTIGÊNERES NA UNIVERSIDADE**: cartografias desejantes. 96f. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2023.

RESUMO

As performances dê/das jovens transvestigêneres se materializam na relação dos jogos de poder que desejam instituir a cisheterossexualidade como norma. Neste sentido, as corporalidades e subjetividades dê/das jovens transvestigêneres carregam as marcas das práticas heterogêneas de poder exercidas pelas diversas instituições como família, escola, Estado, igreja e a Universidade. A presente pesquisa, numa abordagem cartográfica, acompanhou os processos de subjetivações e resistência vividos por jovens transvestigêneres em duas universidades públicas localizadas na cidade de Teresina-PI. Pesquisa da Andifes revela que pessoas transvestigêneres representam apenas 0,8% dos estudantes em instituições públicas de ensino superior, sendo 0,1% de Mulheres Trans*, 0,1% de Homens Trans* e 0,6% de pessoas não-binárias, contudo a categoria travesti não é usada na pesquisa. De outro lado, sobre as juventudes, os dados da ANTRA (2021) apontam, que 5% das vítimas de transfobia letal tinham entre 13 e 17 anos e 53% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, de modo que a idade média das vítimas era de 29,3 anos e, em grande maioria, as vítimas são negras e performam identidades transvestigêneres femininas (travestis ou mulheres transexuais). Dessa forma, a pesquisa justifica-se na perspectiva de conhecer as histórias dê/das jovens transvestigêneres que conseguem se inserir em universidades, apesar das dificuldades impostas pelo preconceito social, pelo risco de mortalidade apontado pela ANTRA, pretendendo-se, então, desvelar que desafios e táticas de permanência são experimentados por estes jovens desde a universidade. Para tanto, a pesquisa busca refletir sobre as seguintes questões: Quais os problemas e dificuldades atravessam as performances dê/das jovens transvestigêneres na universidade? Quais táticas são criadas e utilizadas por jovens transvestigêneres para sua permanência na universidade? Que modos de educação as performances dê/das jovens transvestigêneres criam no processo de afirmação de seus gêneros na universidade? A partir dessas questões problematizadoras, a pesquisa tem por objetivo: Cartografar os modos de educar que as performances dê/das jovens transvestigêneres criam dentro das universidades a partir do confronto com as normas regulatórias de gênero. No que tange aos aspectos metodológicos, a pesquisa assumiu a perspectiva cartográfica por esta abordagem possibilitar um mergulho nas subjetividades transvestigêneres, com o intuito de perceber, acompanhar, descrever e analisar as linhas de subjetividades que compõem as corporalidades transvestigêneres em suas relações com a universidade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 5 jovens transvestigêneres (homens trans* e pessoas não-binárias) universitárias da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí. Embora tenha se realizado entrevista com travestis, nenhuma delas atendia ao critério de ser jovem (15 a 29 anos) e universitária, dado revelador sob os modos pelos quais a transfobia possui uma incidência mais violenta neste segmento. As entrevistas fazem parte de um conjunto maior de dados produzidos durante a realização do “Estudo Nacional sobre os Perfis Travestis e Transexuais” executado pelo Observatório da Saúde LGBT, do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (NESP/UnB), no qual atuei como pesquisadora responsável pelos dados do Piauí. A partir das análises realizadas percebe-se que, o nome social, apesar de ser um direito assegurado por normativa interna das universidades, sofre um processo demorado e burocrático de efetivação com pouca informação disponível. O banheiro é outra problemática vivida, uma vez que ês jovens sentem receio de utilizá-lo de acordo com suas identidades de

gênero. Tanto a demanda do nome social como do banheiro requerem mudanças institucionais como a criação de protocolo específico para a solicitação de inclusão de nome social e campanhas educativas sobre a importância do nome social e da utilização dos banheiros, de acordo com a identidade de gênero. Percebe-se que *Pedagogia do Cansaço* coloca ês jovens transvestigêneres em exaustão por exercerem o tempo todo uma função educativa acerca de suas identidades e direitos. Para garantir sua permanência na universidade ês jovens transvestigêneres utilizam as seguintes táticas de *Trans(r)es(x)istências*: *Transcentrar* suas relações fortalecendo amizades com outres/as transvestigêneres; participar ou ter como referência coletivos sociais que produzem ações políticas e educativas; interagir com outres/as jovens transvestigêneres a partir de grupos de Whatsapp e outras redes sociais trocando informações e afetos. A partir da cartografia desenhada por meio das entrevistas realizadas, entendeu-se que os jovens enfrentam inúmeros desafios para existir nas instituições de ensino superior, uma existência que só é possível a partir da *Trans(r)es(x)istências*.

Palavras-chave: Jovens transvestigêneres. Modos de educar. Cartografias desejanter. Universidades.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **WAYS OF EDUCATION BETWEEN TRANSGESTIGÊNERES YOUNG PEOPLE AT THE UNIVERSITY**: desiring cartography. 96f. Doctoral Thesis in Education - Postgraduate Program in Education, Education Sciences Center, Federal University of Piauí, 2023.

ABSTRACT

The performances of young transvestigêneres materialize in relation to the power games that wish to establish cisheterosexuality as a norm. In this sense, the corporalities and subjectivities of young transvestigêneres carry the marks of the heterogeneous practices of power exercised by different institutions such as family, school, State, church, University. The present research, in a cartographic approach, accompanies the processes of subjectivations and resistance experienced by young transvestigêneres in two public universities located in the city of Teresina-PI. ANDIFES research reveals that transgender people represent only 0.8% of students in public institutions of higher education, with 0.1% of Trans* Women, 01% of Trans* Men and 0.6% of non-binary people, the travesti category is not used in the search. On the other hand, regarding youths, data from ANTRA (2021) indicate that 5% of victims were between 13 and 17 years old and 53% victims were between 18 and 29 years old, so that the average age of victims was 29,3 years, the vast majority of victims are black and perform female transgender identities (travesti or transgender women). In this way, the research is justified from the perspective of knowing the stories of transvestigêneres young people who manage to enter universities, despite the difficulties imposed by social prejudice, by the risk of mortality pointed out by ANTRA, it is then intended to reveal what challenges and Permanence tactics are experienced by these young people since university. Therefore, the research seeks to reflect on the following questions: What are the problems and difficulties that cross the performances of young transvestigêneres at the university? What tactics are created and used by transvestigêneres young people to stay at university? What modes of education do the performances of young transvestigêneres create in the process of affirming their genders at the university? From these problematizing questions, the research aims to: Map the ways of educating that the performances of young transvestite genders create within universities from the confrontation with regulatory norms of gender. With regard to methodological aspects, the research assumes a cartographic perspective, as this approach enables a dip into transvestigêneres subjectivities, in order to perceive, monitor, describe and analyze the lines of subjectivities that make up transvestite corporalities in their relations with the university. Semi-structured interviews were conducted with 5 young transvestigêneres (trans* men and non-binary people) university students at the Federal University of Piauí and the State University of Piauí. Although an interview was carried out with transvestites, none of them met the criteria of being young (15 to 29 years old) and university student, revealing data on the ways in which transphobia has a more violent incidence in this segment. The interviews are part of a larger set of data produced during the “National Study on Transvestite and Transgender Profiles” carried out by the LGBT Health Observatory of the Center for Studies in Public Health at the University of Brasília (NESP/UnB), in which I acted as the researcher responsible for the data in Piauí. From the analyzes carried out, the social name, despite being a right guaranteed by internal regulations of universities, undergoes a lengthy and bureaucratic process of effectiveness with little information available. The bathroom is another problem experienced, since these young people are afraid to use it according to their gender identities. Both the demand for the social name and the bathroom requires institutional changes such as the creation of a specific protocol for requesting the inclusion of the social name and educational campaigns on the importance of the social name and the use of bathrooms based on gender identity. It is noticed that Pedagogy

of Tiredness puts these transvestite young people to exhaustion because they constantly exercise an educational function about their identities and rights. In order to guarantee their permanence in the university, transvestite youths use the following Trans(r)es(x)istences tactics: Transcentrar their relationships by strengthening friendships with other transvestigêneres; participate in or have as a reference social collective that produce political and educational actions; interact with or three young transvestigêneres through WhatsApp groups and other social networks, exchanging information and emotions. From the cartography drawn through the interviews, it is understood that young people face numerous challenges to exist in higher education institutions, an existence that is only possible from Trans(r)es(x)istências

Keywords: Jovens transvestigeneres. Ways of educating. Desiring cartographies. Universities.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **MODOS DE EDUCACIÓN ENTRE JÓVENES TRANSVESTIGENERES EN LA UNIVERSIDAD**: cartografías deseantes. 96f. Tesis de Doctorado en Educación - Programa de Posgrado en Educación, Centro de Ciencias de la Educación, Universidad Federal de Piauí, 2023.

RESUMEN

Las actuaciones de/por los géneros jóvenes transvestigeneres se materializan en la relación de juegos de poder que pretenden instaurar la cisheterosexualidad como norma. En ese sentido, las corporalidades y subjetividades de las/les jóvenes transvestigeneres llevan las marcas de prácticas heterogéneas de poder ejercidas por diversas instituciones como la familia, la escuela, el Estado, la iglesia y la Universidad. La presente investigación, en un enfoque cartográfico, acompañó los procesos de subjetivación y resistencia vividos por jóvenes transvestigeneres en dos universidades públicas ubicadas en la ciudad de Teresina-PI. La investigación de Andifes revela que las personas transgénero representan solo el 0,8% de los estudiantes en las instituciones públicas de educación superior, con un 0,1% de Mujeres Trans*, un 0,1% de Hombres Trans* y un 0,6% de personas no binarias, sin embargo, la categoría de travesti no se utiliza en la búsqueda. Por otro lado, en cuanto a la juventud, los datos de ANTRA (2021) señalan que el 5% de las víctimas de transfobia letal tenían entre 13 y 17 años y el 53% de las víctimas tenían entre 18 y 29 años, por lo que la edad media de las víctimas tenía 29,3 años y, en su gran mayoría, las víctimas son negras y realizan identidades femeninas travesti (travestis o mujeres transgénero). De esta manera, la investigación se justifica en la perspectiva de conocer las historias de las/les jóvenes travestis que logran ingresar a las universidades, a pesar de las dificultades impuestas por los prejuicios sociales, por el riesgo de mortalidad señalado por ANTRA, pretendiendo, entonces, revelar que los desafíos y las tácticas de permanencia son vividos por estas jóvenes desde la universidad. Para ello, la investigación busca reflexionar sobre las siguientes preguntas: ¿Cuáles son los problemas y dificultades que atraviesan las actuaciones de los jóvenes transvestigeneres en la universidad? ¿Qué tácticas crean y utilizan los jóvenes transvestigeneres para permanecer en la universidad? ¿Qué modos de educación crean las actuaciones de los géneros jóvenes transvestigeneres en el proceso de afirmación de sus géneros en la universidad? A partir de estas interrogantes problematizadoras, la investigación pretende: Mapear las formas de educar que las actuaciones de los géneros jóvenes transvestigeneres crean al interior de las universidades a partir del enfrentamiento con las normas normativas de género. En cuanto a los aspectos metodológicos, la investigación tomó una perspectiva cartográfica, ya que este abordaje permite adentrarse en las subjetividades travestis, con el objetivo de percibir, acompañar, describir y analizar las líneas de subjetividades que componen las corporalidades travestis en sus relaciones con la universidad. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con 5 jóvenes transvestigeneres (hombres trans* y personas no binarias) universitarios de la Universidad Federal de Piauí y de la Universidad Estatal de Piauí. Si bien se realizó una entrevista a travestis, ninguno cumplió con los criterios de ser joven (15 a 29 años) y estudiante universitario, revelando datos sobre las formas en que la transfobia tiene una incidencia más violenta en este segmento. Las entrevistas forman parte de un conjunto más amplio de datos producidos durante el “Estudio Nacional sobre Perfiles Travestis y Transgénero” realizado por el Observatorio de Salud LGBT, del Centro de Estudios en Salud Pública de la Universidad de Brasilia (NESP/UnB), en el cual Actué como investigadora responsable de los datos de Piauí. De los análisis realizados se puede apreciar que el nombre social, a pesar de ser un derecho garantizado por la normativa interna de las universidades, pasa por un largo y burocrático proceso de efectividad con poca información disponible. El baño es otra problemática vivida, ya que estos jóvenes temen usarlo de acuerdo con su identidad de

género. Tanto la demanda del nombre social como el baño requieren cambios institucionales como la creación de un protocolo específico para solicitar la inclusión del nombre social y campañas educativas sobre la importancia del nombre social y el uso de los baños, según la identidad de género. Se advierte que la Pedagogía del Cansancio agota a estos jóvenes transvestigeneres porque ejercen constantemente una función educativa sobre sus identidades y derechos. Para garantizar su permanencia en la universidad, los jóvenes transvestigeneres utilizan las siguientes tácticas Trans(r)es(x)istencias: Transcentrar sus relaciones fortaleciendo amistades con otros transvestigeneres; participar o tener como referencia colectivos sociales que produzcan acciones políticas y educativas; Interactuar con otros jóvenes transvestigeneres a través de grupos de WhatsApp y otras redes sociales, intercambiando información y emociones. A partir de la cartografía construida a través de las entrevistas, se comprendió que los jóvenes enfrentan numerosos desafíos para existir en las instituciones de educación superior, una existencia que solo es posible desde Trans(r)es(x)istências.

Palabras clave: Géneros jóvenes transvestigeneres. Formas de educar. Cartografías deseantes. Universidades.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AS LINHAS DE VOO DA BRUXA MESTIÇA DA SOCIOPOÉTICA: Pode uma travesti pesquisar e ensinar na universidade?	19
1.1 Da infância monstruosa a fazer-se pedagoga/professora	19
1.2 Do chão das diferenças ao chão da sala de aula: percursos na formação de professora	21
1.3 De mostra a musa: pode uma travesti negra ser professora efetiva?	24
1.4 Por uma pesquisa encarnada: onde estão as outreridades além de mim na universidade	29
2 ENTRE O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE TRANSVESTIGÊNERE E A OCUPAÇÃO NA UNIVERSIDADE: DESEJOS, SONHOS E MEDOS	40
2.1 Breves considerações sobre a presença de pessoas transvestigêneres na Educação Básica: entre o direito de educar e o risco de morrer	41
2.2 O Extermínio da juventude transvestigênera brasileira	44
2.3 A ocupação dê(s) jovens transvestigêneres na universidade: uma possibilidade	47
3 TRAMAS, HISTÓRIAS E DESEJOS DÊS/DAS JOVENS TRANSVESTIGÊNERES UNIVERSITÁRIÊS EM TERESINA-PI	54
3.1 Apresentação inicial dê(s) participê(s) da pesquisa	55
3.2 No começo de tudo é o nome! Os desafios do Nome Social entre a conquista e a efetivação	56
3.3 Libera meu xixi! Inseguranças cotidianas no uso do Banheiro	62
3.4 Os “corres” para se manter na Universidade: a ausência de assistência estudantil	68
3.5 Táticas de <i>Trans(r)es(x)istências</i> : transcendo relações e ativismos políticos para existir na universidade e além	74
MANIFESTO <i>TRANS(R)ES(X)ISTIR</i> NA UNIVERCISDADE	87
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

A pesquisa é, assim como eu, como nós, uma produção social e está envolta em processos de produção de subjetivades. Pesquisar, então, é resultado de uma atividade sensível de elaboração. As experiências vividas, a história, os sentimentos, mesmo os mais íntimos, o desejo, tudo pode estar implicado no modo como se pesquisa. Emaranhados nessa teia complexa de relações sociais, “[...] vemos unicamente na zona do espectro a que somos sensíveis e vemos de maneira diferente segundo a iluminação e a nossa sensibilidade” (NAJMANOVICH, 2001, p. 25). Nesse sentido, a pesquisa de doutorado que realizei racha minha corporalidade, pois falo das *outriedades* desde mim, que sou uma travesti negra pesquisando com/entre outras/as¹ subjetividades transvestigêneres².

A pesquisa flui a partir das afecções (GLEIZER, 2005); a pesquisa é uma experiência; “[...] é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 21). Assim sendo, eu me empenhei na escrita de uma tese que reverberasse minhas várias experiências como travesti, pois este é o fluxo que me atravessa com mais intensidade na atual tessitura de forças da minha existência. Não compreendo as outras subjetividades transvestigêneres, que participaram comigo da pesquisa de doutorado, como “sujeitos” ou como “objeto”, elas são produtoras de conhecimento. Nesse movimento, ao invés de separar o conhecimento de quem produz, quero antes evidenciar as experiências pelas quais se produz conhecimento.

Instigada por Spivak (2010), me questiono: pode uma travesti falar? Pode uma travesti negra, gorda, nordestina e de axé pesquisar? Também quero saber: pode a universidade ouvir as *outriedades*? Os saberes transvestigêneres sofrem um processo histórico de silenciamento dentro das universidades, dentro da sociedade de maneira ampla. Os poucos países que detêm o privilégio epistêmico da produção de conhecimentos reforçam a identidade hegemônica do

¹ De modo feminista recusa-se o masculino como linguagem universal, deste modo serão utilizados apenas pronomes e artigos femininos e neutros, muitas palavras serão feminilizadas ou neutralizadas nesse processo de escrita numa perspectiva insurgente a gramática colonial.

² O termo transvestigênera aglutina as palavras travesti+trans+gênero a partir de linguagem neutra para se referir a corporalidades e subjetividades que mesmo em suas distinções rompem com a cisgeneridade como forma de identificação, são estas as identidades que me refiro a partir do referido termo: travestis, transexuais, homens trans, transmasculinos(es) e pessoas não-binárias (que não se identificam exclusivamente com um gênero). Sabe-se dos limites e riscos de termos guarda-chuva em produzir apagamentos, por isso, em alguns momentos as identidades podem ser utilizadas fora do termo genérico.

homem branco, cristão, heterossexual como produtor de conhecimento, deslegitimando outros saberes e outras práticas culturais (GROSFOGUEL, 2016).

Contudo, desde meados do século XX, variados movimentos sociais têm reivindicado suas existências políticas e epistemológicas. As mulheres cisgêneras, de diferentes modos, por exemplo, passaram não apenas a ocupar as ruas por direitos políticos e sociais, mas, também a ocupar as universidades, denunciando, a partir da categoria gênero, o regime de submissão ao qual éramos, e ainda somos, submetidas. Num movimento epistemologicamente político, nós, transvestigêneres, passamos a reivindicar lugares de fala, como sujeitas de gêneros dissidentes a cisheteronormatividade. Educamos nossas corporalidades entre um regime múltiplo de exclusão, entre os silenciamentos, as subversões, as violências, as resistências, um processo educativo cria nossas corporalidades, cria subjetividades transvestigêneres.

Numa perspectiva eminentemente educativa dos processos de subjetivação, meus interesses de pesquisa inerentes a esse projeto, buscaram compreender como ocorrem as práticas de (des)construção das corporalidades e subjetividades dê/das jovens transvestigêneres nas universidades. Assim, delimiti as seguintes questões orientadoras para minha pesquisa de tese: Quais os problemas e dificuldades que atravessam as performances dê/das jovens transvestigêneres na universidade? Quais táticas são criadas e utilizadas por jovens transvestigêneres para sua permanência na universidade? Que modos de educação as performances dê/das jovens transvestigêneres criam no processo de afirmação de seus gêneros na universidade?

Pesquisa da Andifes revela que pessoas transvestigêneres representam apenas 0,8% dos estudantes em instituições públicas de ensino superior. De outro lado, sobre as juventudes os dados da ANTRA (2021) apontam que, 5% das vítimas tinham entre 13 e 17, anos e 53% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, de modo que a idade média das vítimas foi de 29,3 anos e a grande maioria - mais de 80%, em média - negra e de travestis ou mulheres transexuais. Desta forma, a pesquisa justificou-se pela perspectiva de conhecer as histórias dê/das jovens transvestigêneres que conseguem se inserir em universidades, apesar das dificuldades impostas pelo preconceito social, pelo risco de mortalidade apontado pela ANTRA. Busquei, então desvelar que desafios e táticas de permanência são experimentados por estes jovens desde a universidade.

As performances dê/das jovens transvestigêneres se materializam na relação com jogos de poderes que desejam instituir a cisheterossexualidade como norma (BUTLER, 2001). Neste sentido, as corporalidades e subjetividades dê/das jovens transvestigêneres carregam as marcas de práticas heterogêneas do poder exercidas pelas diversas instituições como família, escola,

Estado, igreja, e a Universidade. A transvestigeneridade é perpassada desde a infância por discursos normatizadores, conforme destacam Louro (2004) e Butler (2001), por mais que os próprios sujeitos estejam empenhados na produção do gênero e da sexualidade em suas corpos/as, eles não fazem isso livre de sanções, imposições e constrangimentos.

Os processos de subjetivação possuem duas ordens: a normatizadora, que busca incessantemente a manutenção da ordem, e a singularizadora, que pode ser considerada como resistências aos poderes normatizadores. Essas ordens de subjetivação se situam nas relações entre a macro e micropolítica (FOUCAULT, 1988; GUATTARI & ROLNIK, 2013). Para Foucault (1988), onde há poder há resistência assim, as linhas de subjetivação permitem fluxos tanto de poderes normatizadores como de possibilidades inventivas e criativas de si. Guattari e Rolnik (2013) aprofundam que a subjetividade é a argamassa de toda e qualquer construção. Neste sentido, pensar a relação da travesti com as normas regulatórias de manutenção da heterossexualidade binária requer uma análise das linhas de subjetivação que compõem as corpos e as performances gêneros das travestis. Para mergulhar nas subjetividades dê/das jovens transvestigêneres propomos uma pesquisa afetiva por meio da abordagem cartográfica, que possibilitam traçar mapas dos processos de subjetivação dessas corpos.

Para esta pesquisa busquei atingir o seguinte objetivo geral: cartografar os modos de educar que as performances dê/das jovens transvestigêneres criam dentro das universidades, a partir do confronto com as normas regulatórias de gênero. Também tracei os seguintes objetivos específicos: identificar os problemas e dificuldades que atravessam as performances dê/das jovens transvestigêneres na universidade; analisar as táticas criadas e utilizadas por jovens transvestigêneres para suas permanências na universidade e, finalmente, caracterizar que modos de educação as performances dê/das jovens transvestigêneres criam no processo de afirmação de seus gêneros na universidade.

Para o alcance desses objetivos mergulhei nos dados produzidos por uma pesquisa quali-quantitativa a partir da abordagem cartográfica, a qual é o modo como me movi na pesquisa, uma vez que este trabalho utiliza dados de um estudo multicêntrico do qual participei como pesquisadora. A pesquisa quali-quantitativa a qual me refiro intitula-se “*Estudo Multicêntrico sobre os Perfis Socioeconômicos, Geográficos, Culturais e de Vulnerabilidades de Travestis e Transexuais*”, genericamente chamada de “Pesquisa Pop Trans”, pesquisa coordenada pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NESP/CEAM/UnB).

A pesquisa ocorreu entre setembro de 2020 a junho de 2022, sendo que a coleta de dados ocorreu de novembro de 2020 a julho de 2021, em duas etapas: a primeira, quantitativa, por

meio da aplicação de um questionário *on-line* e a segunda qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada. A pesquisa teve o seguinte objetivo geral: realizar uma pesquisa multicêntrica, informada por evidências científicas, por meio de um censo nacional, com a finalidade de conhecer os perfis socioeconômicos, culturais e geográficos das vulnerabilidades de travestis e transexuais, para subsidiar a elaboração e promoção de políticas públicas para a superação dos desafios atuais, visando o acesso e o acolhimento dessa população aos equipamentos públicos no país.

Para a operacionalização da pesquisa, de abrangência nacional, ês pesquisadoriês foram dividides em “estações”; estive vinculada à Estação Dandara, composta pelos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia e com coordenação da Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade (UNILAB). Fui convidada para compor a estação pela Prof^a. Dra. Luma, ficando responsável pela gestão da pesquisa no estado do Piauí, junto a uma equipe de 8 pesquisadoriês voluntáries e 1 pesquisadora bolsista. No Piauí, foram realizadas 25 entrevistas, das quais 5 foram selecionadas para a composição deste trabalho, tendo como critério de seleção: serem jovens entre 18 e 29 anos de idade e estudarem ou terem estudado na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) ou Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A partir das entrevistas, principal arquivo sensível para a produção deste trabalho, mergulhamos nas subjetividades dêas/jovens transvestigêneres univeristáries piauienses a partir do método cartográfico. A cartografia me permitiu construir mapas sensíveis sobre as experiências dêas/jovens transvestigêneres, de modo a acompanhar seus fluxos, compondo uma geografia de afetos entre os dados e eu mesma, enquanto pesquisadora, sendo nesta relação que a pesquisa se fez. A pesquisa é resultado de pontes de linguagem entre mim e as subjetividades desses jovens transvestigêneres que falam de suas experiências, apresentam seus mundos, modos de ser, pois a cartografia permite que mundos se desmanchem para que outros se formem (ROLNIK, 2007).

Para tanto, estarei em estado permanente de atenção com a psicóloga brasileira Virgínia Kastrup a qual propõe que:

A entrada do aprendiz de cartógrafo no campo da pesquisa coloca imediatamente a questão de onde pousar sua atenção. Em geral ele se pergunta como selecionar o elemento ao qual prestar atenção, dentre aqueles múltiplos e variados que lhe atingem os sentidos e o pensamento. A pergunta, que diz respeito ao momento que precede a seleção, seria melhor formulada se evidenciasse o problema da própria configuração do território de observação, já que, conforme apontou M. Merleau-Ponty (1945/1999), a atenção não seleciona elementos num campo perceptivo dado, mas configura o próprio campo perceptivo (KASTRUP, 2007, p. 16).

Nesse processo, o campo de percepção se estabelece a partir do próprio mergulhar afetivo nos dados, uma abertura para que os fluxos possam circular, para os problemas e as potencialidades narradas ganharem consistência na composição de mapas cartográficos para esta pesquisa. Como cartógrafa, me desloco como uma tradutora de afetos, de fluxos de intensidades, os mapas produzidos são processos de tradução. Penso no mapa, não um como representação de um todo estático, não como reprodução, como decalque. A cartografia produz mapas-rizomas, que são abertos, com muitas entradas e saídas; as intensidades que compõem o mapa podem estabelecer diferentes conexões entre si (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

A opção pela cartografia, assinala também um marcador ético-afetivo para a pesquisa, na busca de um exercício de uma escuta sensível, como postula o sociólogo francês, René Barbier (2002). Nesta sensibilidade, me movo não apenas pelo ouvir, mas pelo sentir, de modo que não busco exercer julgamentos, ou procurar porquês, a atenção se move pelo próprio processo, sem antecipar, sem supor. O poeta mato-grossense, Manoel de Barros (2010) poderia pensar esse processo como “escovar palavras”, no meu caso, sou uma “escovadeira de entrevistas”.

Além disso, cumpre enfatizar que essa pesquisa se vincula ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Educação e Cidadania (NEPEGECEI), atualmente coordenado pela Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad. O NEPEGECEI se engaja em pesquisas em educação a partir das realidades socioculturais de jovens, mas, não apenas destes, com uma forte produção de pesquisa sobre gênero e sexualidade, destaca-se que antes deste trabalho duas outras pesquisas sobre pessoas transvestigêneres, a primeira uma dissertação de mestrado, defendida em 2016, com o título: “Entre ocós, truques e atraques: a produção de confetos sobre as experiências de Educadoras Trans do Projeto Transformação”, de autoria de Lucivando Ribeiro Martins; e o segundo, uma tese de doutoramento, defendida em 2018, com o título: “Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: TRANSformando os modos de educar e de resistência na Universidade”, de autoria de Valdenia Pinto De Sampaio Araújo.

1. AS LINHAS DE VOO DA BRUXA MESTIÇA DA SOCIOPOÉTICA: pode uma travesti pesquisar e ensinar na universidade?

Mudei-me da casa dos eruditos e bati a porta ao sair. Por muito tempo a minha alma assentou-se faminta à sua mesa. Não sou como eles, treinados a buscar o conhecimento como especialistas em rachar fios de cabelo ao meio. Amo a liberdade. Amo o ar sobre a terra fresca. É melhor dormir em meio às vacas que em meio às suas etiquetas e respeitabilidades.

NIETZSCHE, Friedrich - Assim falou Zarathustra

Para início desta tese, trago algumas notas escritas, apresento alguns dos caminhos que tenho percorrido como pesquisadora e professora. Para tanto, apresento algumas análises das relações críticas que tenho estabelecido com a produção de conhecimento dentro e fora da universidade, com os parâmetros de pesquisa científica, e com a produção dos saberes e fazeres docentes. Pensar nessas relações é abrir a caixa de ferramentas e afecções que tenho utilizado para entender a mim na relação com o mundo acadêmico e da docência. Portanto, esse primeiro capítulo é uma narrativa de experiências que apresenta o modo como meu devir-pesquisadora-professora se produz. Trago nele algumas notas, memórias e teorias que afetam e possibilitam pensar uma epistemologia da pesquisa e da docência encarnada.

Minha iniciação com a pesquisa, aconteceu em paralelo ao meu processo de formação docente, iniciei o curso de pedagogia no ano de 2007 com 17 anos de idade. Desde o primeiro semestre, eu me encantei com a educação, apesar de inicialmente eu não querer fazer Pedagogia, mas, sim, cursar Direito, eu sempre sonhei em mudar o mundo. Contudo, na pedagogia eu entendi que a educação possui um potencial transformador das realidades sociais, e as leituras de Paulo Freire me ensinaram a conjugar o verbo esperar. Esse chão utópico-crítico-transformador é, ainda hoje, alicerce de minhas práticas de ensino e pesquisa. Tanto no ensino, como na pesquisa, o que me move é o desejo por mudança.

1.1 Da infância monstruosa a fazer-se pedagoga/professora

Eu sempre me senti uma monstra, sentia que meu lugar não era nesse mundo. Às vezes pensava em sumir, desaparecer. Eu fui muito feliz na infância e sofri muito. Eu sempre pensei que havia algo de errado comigo, mas, hoje sei que é o mundo que está errado. Eu cresci carregando comigo muitas dores, não esqueço as vezes que saía do colégio, chegava em casa e me trancava no quarto para chorar, um choro abafado, minha mãe batia na porta do quarto e

perguntava “Tá tudo bem?”, eu dizia que estava tudo bem, eu não tinha palavras para expressar o que eu sentia, só queria desaparecer.

Para o filósofo espanhol transmasculino, Paul Preciado (2020b, s/p), “O monstro é aquele que vive em transição. Aquele cuja face, corpo e práticas ainda não podem ser considerados verdadeiros em um regime de conhecimento e poder determinados”. A minha monstrosidade tem origem no modo pelo qual eu não me percebia pertencente ao mundo masculino que queriam constantemente me enquadrar, desde a infância, me sentia estrangeira, sem lugar, à margem, como se tudo que eu gostasse me fosse proibido.

Dói saber que muitas outras de mim, muitas crianças e adolescentes ainda choram em seus quartos, nos banheiros da escola, no caminho de volta para casa, por se sentirem em parte como eu: uma monstra sem lugar! Como monstra, sempre foi difícil olhar-me no espelho, eu nunca vi nada de belo em mim, uma corpa gorda desde a infância, com nariz e lábios grandes, pelos por toda parte, sempre fui forasteira à estética dominante. Na adolescência, eu evitava falar de namoros, com todas as paixões não correspondidas, não tive a emoção de um primeiro beijo, de sentar-me na calçada de casa, andar de mãos dadas. Tudo isso, me foi negado.

Aprendi a costurar na pele as muitas dores, desde a infância; apesar de desejar sumir, tinha uma força dentro de mim que sempre me dizia que morrer não é opção. Penso que sou tão medrosa, que tenho medo da morte, e o medo da morte se tornou minha maior coragem. Ter medo de morrer num mundo que me quer morta é uma coragem absurda. A monstra que sou é feita de intensidades diversas, das dores que costuradas fazia minha couraça mais forte, dos medos que deixavam corajosa, as esperanças que sempre me permitiram andar.

Aprendi a costurar em mim a dor com esperança, eu era uma criança tímida na escola, mas, em outros momentos extremamente alegre e interativa, a timidez se dissolvia frente a elogios e o desejo de ser notada. Na 5ª série, numa feira de ciências a professora de biologia me parabenizou como a melhor apresentação e que eu teria um brilhante caminho na docência. Conforme as séries escolares se passavam, alguns professores me elogiavam, a professora de redação escolheu minha poesia para um livro da escola, no teatro da escola fiz a personagem principal, e também fui escolhida para liderar o grêmio estudantil por 3 anos seguidos.

As violências ainda estavam presentes, principalmente no sentimento de solidão, de não ser compreendida, mas, tudo mudou de perspectiva quando eu passei a ter professoras que acreditavam em mim e me estimulavam. Eu passei a sentir que eu poderia ter um lugar no mundo, mas eu teria que construir este lugar. Foi por isso, que no ensino médio eu decidi inicialmente, que seria advogada, pois atuando com as leis eu poderia lutar por um outro mundo, sem preconceitos e discriminação. Mas, no chão da pedagogia eu encontrei um solo fértil para

a esperança e a mudança, eu fui me fazendo professora. De certo modo, as tantas professoras que me incentivaram também me inspiraram a me fazer professora.

Foi no último ano do ensino médio que decidi compartilhar com minha mãe que era gay, inicialmente era esta a identidade que me cabia, mas quando olho para este momento, me reconheço muito mais como transviada, já que a feminilidade tinha fortes contornos em minha performance. Havia em mim, desde a infância, feminilidade, mulheridade, tantos sentimentos reprimidos, interditos sobre como andar e falar. Como a casca de uma semente naquele momento eu rachava para fazer brotar de dentro de mim desejos de experimentação de um devir-mulher.

Eu cheguei na universidade transviadamente, desde o primeiro momento eu havia dito para mim mesma que não negaria quem eu sou; embora ainda houvesse “mais de mim” dentro da casca, aquela experimentação inicial da feminilidade me fazia vibrar de maneira mais autêntica e genuína do que qualquer outro momento anterior na minha vida. Eu era uma bicha muito afeminada na universidade, principalmente nos primeiros semestres, mas nos últimos os estágios me tolheram um pouco, me questionava: como habitar o espaço da escola como uma bicha afeminada, transviada? O medo de concluir o curso e não conseguir emprego era tremendo, por isso eu decidi me lançar no mundo acadêmico, pois acreditava que como professora universitária teria mais aceitação.

Foi entre medos e sonhos que fui me fazendo pedagoga, apostando na produção crítica de conhecimento, eu só era capaz de pensar em uma educação que produzisse mudanças sociais significativas. Desde a formação inicial, minha percepção de educação estava atravessada por mim mesma, das violências que vivi, de compreender uma educação a partir das diferenças. A pedagogia solidificou meus propósitos políticos, uma vez que a educação perpassa diferentes cenários sociais e embora eu ainda tivesse muito para aprender (mais do que conseguia imaginar), a pedagogia me fez (me faz) sentir capaz de propor intervenções socialmente engajadas em diferentes agrupamentos e contextos.

1.2 Do chão das diferenças ao chão da sala de aula: percursos na formação de professora

Apesar de temer a escola, eu me fiz professora/pedagoga, pois é dos meus medos que brotam as minhas coragens mais absurdas. É do medo da morte que crio vida, é do medo da escola que me faço professora/pedagoga. Eu tinha medo de não conseguir trabalhar em nenhuma escola por ser quem eu era, eu tinha medo de trabalhar na escola por ser quem eu era. Mas, assim como tantas outras alunas de pedagogia, trabalhar não era uma opção, filha de avó

pensionista, desde cedo eu sabia que presaria conquistar autonomia financeira cedo. Entre tantos medos, eu me inscrevi em um concurso para ser professora, porque apesar do medo eu ansiava pelo “chão da escola”.

Quando eu era graduanda muitas professoras falavam as expressões “ser professora do chão da escola”, ou ainda, “do chão da fábrica”, “do chão de giz”, era uma experiência que atribuía distinção social, revelava experiência. Eu temia tocar com os próprios pés aquele chão, mas, dos meus pés saíam raízes que me levavam de volta a esse chão. Após ser aprovada em concurso em 2011 estive, durante 7 anos da minha vida (set./2011- fev./2019), vinculada à Secretária Municipal de Educação de Luís Correia, como professora da educação infantil, de artes, redação, língua portuguesa, e passei também um período como coordenadora pedagógica.

As experiências foram muitas, tanto como professora, quanto como coordenadora pedagógica. Durante todos os momentos, eu entendia que a minha formação como pedagoga não era completa, mas, foi esta formação que me possibilitou um alicerce a partir do qual eu conseguia elaborar pontes diversas, questionamentos críticos e soluções inventivas. Aquelas experiências educativas, me fizeram entender que a profissionalização docente é um processo que extrapola a formação inicial e ganha profundidade na prática. Na obra “Formar o professor, profissionalizar o ensino”, dês pesquisadoriês Betania Leite Ramalho, Isauro Beltrán Nuñez, Clermont Gauthier (2004, p. 54) destacam que

O profissional da educação precisa fazer valer que a sua prática, o que exige a mobilização de saberes, valores, atitudes, ética, de um saber-fazer, e também de outros recursos que fazem parte de um grupo de pessoas e que são produzidos por elas no seio do processo de trabalho e que não são normas do exterior de outros grupos sociais estranhos á profissão. Esses saberes profissionais específicos são reconhecidos diretamente após um processo de formalização da prática.

As experiências educativas diversas que vivi em Luís Correia-PI potencializaram minha profissionalização docente; como salienta a educadora brasileira cisgênera, Selma Garrido Pimenta (2012), os saberes da experiência são aqueles que temos de nossas relações com escola, mesmo antes de nos tornarmos professoras e que se somam aos construídos em nossa formação inicial, e nas rotinas educativas na escola. As experiências são, como define, o filósofo espanhol cisgênero, Jorge Larrosa (2002), aquilo que nos atravessa e nos mobiliza. Eu me sentia movimentada por essas experiências, continuamente desafiada a pensar a educação em sua relação com os contextos sociais reais dês educandes.

Era impossível desassociar a realidade social desse pensar crítico, eu compreendi isso com as leituras de Paulo Freire e outros textos de teoria educacional crítica e pós-crítica, mas também na vivência os sentidos sobre esse pressuposto pedagógico se multiplicaram. Por

diversas vezes, eu me senti impotente como professora, me sentia pequena frente aos contextos sociais tão cruéis, questões que se distanciavam das ações pedagógicas que tanto eu como a escola poderiam propor. Não é fácil trabalhar na escola pública, os dilemas impostos pelas questões de classe, raça e gênero são estruturais, as raízes são profundas.

E eu, que me sentia tão preparada, passei a questionar a minha formação enquanto pedagoga, o quanto a “Didática” que é ensinada nas universidades ainda é instrumental, a recusa constante dos textos de formação docente em discutir os modos pelos quais o racismo, a pobreza, o machismo, a LGBTQIAP+fobia impactavam no desenvolvimento de práticas educativas na escola. Encontrei aconchego na crença de que eu fazia o meu melhor, um compromisso ético, técnico e político.

Paralelo às funções na educação básica de Luís Correia, eu era professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus de Parnaíba e, em contratos temporários, nem sempre ministramos as disciplinas que desejamos. Eu assumi um encargo que pensei estar além de meus conhecimentos: ser professora da disciplina de Didática. Além de duvidar da minha capacidade, naquele momento eu tinha uma compreensão limitada da Didática como uma disciplina rígida, metódica e normativa, que é a compreensão hegemônica.

Mudei de perspectiva quando me reencontrei com o livro “Ética e Competência”, da professora brasileira cisgênera, Teresinha Azeredo Rios (2001). A primeira vez que fiz a leitura deste livro eu cursava a disciplina de Filosofia da Educação II, na graduação em Pedagogia, o que foi fundamental para meu alicerce educacional crítico. A autora compreende que a ética faz uma ponte entre a dimensão técnica e a política, apontando que uma “boa professora”, é boa no que faz (competência técnica) e deseja o bem para ês aluniês (competência política). A linguagem é simples e eficaz.

No fundo, em minhas aulas eu trazia questões sobre mim mesma, eu tentava responder os desafios que o chão das escolas de Luís Correia abria debaixo dos meus pés: eu sou uma boa professora? Não sei se posso responder essa pergunta que martela minhas memórias como professora da educação básica. Entretanto, eu sabia que estava percorrendo caminhos críticos fundamentais para perseguir o sonho de ser a professora que minha criança monstruosa precisava. Percorri esses caminhos nas disciplinas de Didática e Filosofia da Educação para diferentes licenciaturas, pensando a formação docente a partir do “chão da escola”.

A partir de Vera Candau (2013), passei a apresentar textos que contribuíssem com a construção de uma didática crítica, que ampliasse o chão da escola, para pensar também o chão da comunidade em que a escola se situa, desvelar os inúmeros problemas que impedem a aprendizagem. Não são apenas problemas de aprendizagem, no que tange às dimensões

cognitivas que irrompem as possibilidades educativas, as desigualdades sociais, o racismo, a intolerância religiosa, a LGBTfobia, o machismo, abusos sexuais, trabalho infantil, dentre outras problemáticas, atravessam a escola e sufocam as aprendizagens.

Afinal, como prestar atenção numa aula quando se está com fome? Como aprender tabuada quando a única coisa que passa na cabeça é que ao chegar em casa serei vítima de abuso sexual mais uma vez? Se na escola sou chamada de “macaca” por ser negra e ninguém intervém? Foi nesse momento que o chão da escola se cruzou com o chão das diferenças, que minha formação como pedagoga se encontra com aquela menina travesti, negra e gorda. Eu passei a entender que era muito importante ocupar lugar na formação de professores, na tentativa de fragilizar o recorrente tecnicismo da didática. Meu processo de formação como professora/pedagoga se faz nesse cruzar do chão das diferenças para o chão da escola, em meu devir professora-pedagoga-do-chão-das-diferenças-na-escola.

1.3 De mostra a musa: pode uma travesti negra ser professora efetiva?

Transviadamente, conclui a graduação e adentrei o mestrado e as rotinas de leituras sobre gênero e sexualidade, a partir das perspectivas *Queer* e pós-estruturalistas foram fundamentais para que eu seguisse o questionamento sobre a cisheteronormatividade. Eu sabia que queria ser “doutora”, desde o primeiro semestre da graduação, quando a Prof^{fa}. Dra. Luciana Matias Cavalcante se apresentou na disciplina de Metodologia Científica; eu adorei o título “Professora Doutora” e, imediatamente, passei a persegui-lo. O sonho foi se afluando junto ao desejo de me tornar professora no ensino superior, e não por acaso saí da graduação direto para o mestrado.

Entretanto, havia mais em mim do que o sonho de ser doutora ou professora efetiva, eu havia tramado comigo mesma que iria batalhar para chegar nesses lugares e, após isso, assumiria uma identidade de gênero feminina, a minha travestilidade. Eu tinha muito medo de não ser aceita como travesti, afinal quantas travestis são doutoras ou professoras em universidades públicas? Naquela época, eu não conhecia nenhuma, eu nunca tive referência e na ausência destas eu me agarrei ao medo. Eu dei um jeito de conter a mim mesma naquela casca transviada que havia criado. Após o mestrado, passei a concorrer a alguns editais de doutoramento e concursos públicos, e passou o primeiro e o segundo ano e não obtive êxito. Comecei a me questionar: e se eu nunca passar em um doutorado ou concurso público, eu nunca serei a travesti que desejo ser?

O desejo dentro de mim passou a me consumir, como um vulcão pronto a explodir, minha pele gritava por minha mulheridade. Então, no ano de 2017, eu aproveitei a palestra “*Como fazer para si um Corpo Drag*”, que iria ministrar em um congresso para me apresentar pela primeira vez como Letícia Carolina. Fui em uma costureira para pensar a roupa, havia ainda muito medo, misturado com entusiasmo, alegria, havia esperança de que aquele momento fosse apenas o primeiro de muitos, havia esperança de que aquele momento pudesse se eternizar como o começo de um grande sonho, enfim, que aquele momento também pudesse ser eterno.



1ª aparição pública de Letícia Carolina, maio de 2017
Da esquerda para direita: Letícia Carolina e Jessyka Rodrigues
Fonte: arquivo pessoal

Eu sabia que a identidade travesti tinha grande representatividade política, eu entendia (entendo) que a travestilidade era (é) uma experiência contínua de experimentação da feminilidade, aquele momento de estar como Letícia Carolina, foi uma experimentação, um acontecimento, ele teve um desfecho, eu tirei aquelas roupas do corpo, mas eu desejei com todas as forças que elas ficassem, eu queria tanto que a Letícia Carolina ficasse, que ela não fosse embora, que ela assumisse o controle. Por não compreender que ainda não era uma travesti, eu passei a me reivindicar como gênero fluído, assumia que as minhas experimentações transitavam entre os gêneros, neste momento eu experimentava a “contrassexualidade”, proposição do filósofo transmasculino espanhol, Paul B. Preciado. E assim, eu desautorizei o meu genital de determinar qualquer verdade sobre meu gênero, nem homem, nem mulher, uma corporalidade falante que pode assumir múltiplos sentidos e significados, a partir das tecnologias de produção de gênero (PRECIADO, 2018).

Letícia Carolina era meu devir-mulher naquele momento, ela roubava a cena em palestras, eventos científicos, até na defesa de minhes orientandiês de graduação ela exigiu presidir as bancas. Engana-se quem acredita que ela gostava só da universidade, nos barzinhos da cidade ela passou a ser figura frequente. Quanto mais eu era Letícia, mais eu gostava de ser, a alegria em mim transbordava e, cada vez mais, a identidade Letícia Carolina ocupava mais espaço em minha vida, as pessoas me perguntavam se eu era travesti, eu dizia que estava experimentando, mas, dentro de mim eu sempre soube que sim. Eu nunca me senti tão feliz na minha vida. As pessoas elogiavam meu sorriso com frequência, as amigas íntimas diziam que eu estava mais leve.

Não por acaso, Letícia é um nome de origem latina que significa “alegria, prazer, felicidade” e Carolina é a outra em mim, guardiã das dores, sendo meu segundo nome inspirado na canção homônima de Chico Buarque. As duas são partes inseparáveis de mim, intensidades que criam equilíbrio no caos. Com Letícia Carolina, eu sentia que poderia conquistar o mundo, ela é minha máquina de guerra, meu devir-selvagem.



Letícia Carolina no V CONGEAfro/UFPI, novembro de 2018

Fonte: arquivo pessoal

Os anos de 2017 e 2018 foram de profundas experimentações, um processo de reinvenção de minha corporalidade e subjetividade. Foi no fim de 2018 que me inscrevi nas seleções para Doutorado em Educação da UFPI e no Concurso para Professora Efetiva do Curso de Pedagogia, na cidade de Floriano-PI. Eu desejava ser professora efetiva e doutora para ser travesti, mas foi somente quando assumi minha verdade que meus sonhos passaram a se realizar, o bordado do destino parecia já ter desenhado que eu seria professora para ser travesti, eu seria travesti para ser professora, eu seria travesti para ser doutora. Fazer-me travesti foi a maior revolução que fiz na vida.

A alegria que transbordava não diminuiu frente aos desafios que eu sabia que iria enfrentar, assumir-me travesti me colocava em um outro lugar de vulnerabilidade social. Do mesmo modo, eu sabia que muitos seriam os desafios de viver como travesti na UFPI, a professora travesti da UFPI, a doutoranda travesti da UFPI. A notícia se espalhou rapidamente, principalmente porque na posse eu não fiz questão nenhuma de esconder quem eu era, eu tive medo, mas eu passei a vida toda com medo de quem eu queria ser, e a feminista negra e lésbica, Audre Lorde (1977), muito me ensina sobre o medo, quando diz:

Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? Talvez para algumas de vocês hoje, aqui, eu represento um de seus medos. Porque sou mulher, porque sou negra, porque sou lésbica, porque sou eu mesma – uma poeta guerreira Negra fazendo seu trabalho. Pergunto: vocês, estão fazendo o seu? (LORDE, 1977, s/p).

O medo não mais poderia ser maior que o desejo. Aprendi com Audre Lorde a transformar meus medos e silêncios em linguagem e em ação. Durante a posse, quando o Reitor chamou o meu nome, ainda que o civil, eu levantei com o punho erguido, e segurando a bandeira trans, eu gritei alto e bom som no salão nobre da reitoria da UFPI: “*Nós não vamos desistir, nós vamos resistir, a universidade pública é lugar de travesti*”. Aquele grito marcou o início da minha ocupação como travesti negra naquela universidade; ali, delimito o espaço político de minha atuação profissional.

Primeira professora travesti é empossada na Universidade Federal do Piauí

Letícia Caroline Pereira do Nascimento irá trabalhar no campus da cidade de Floriano, e sua primeira aula acontece nesta quinta-feira (28). A pedagoga ingressou também no doutorado.

Por André Nascimento, G1 PI
27/02/2019 06h52 - Atualizado há 3 anos



Matéria publicada no G1 Piauí

Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/02/27/primeira-professora-travesti-e-empossada-na-universidade-federal-do-piaui.ghtml>

Na cidade de Floriano, onde fui lotada, discentes da comunidade LGBTQIAP+ me abraçavam e diziam que era uma grande alegria a minha chegada. De mostra passei a musa, as pessoas me abraçavam e mandavam mensagens positivas, eu constatei que a minha vitória não era uma conquista pessoal, que quando uma de nós chegar em algum espaço carrega consigo toda uma ancestralidade, os sonhos de toda uma comunidade subrepresentada. Passei a entender que minha trajetória pessoal e profissional deveria honrar minhas irmãs vivas e mortas. Por isso, fiz da docência uma ocupação travesti negra e passei a pautar a travestilização e enegrecimento dos espaços educativos.

Desde o período como professora temporária, eu percebi que precisaria ser muito competente para ser respeitada, pois não há espaços para erro quando se é travesti negra, todos os olhares estão voltados para mim, muitos querem que eu caia, por isso, aprendi a voar. Quando se é travesti negra não se pode tremer, a palavra não pode faltar, é extremamente cansativo ser forte o tempo todo e quando esmoreço, penso nas outras antes de mim e nas que virão depois de mim, então me ergo mais uma vez.

Outras podem chegar onde eu cheguei, podem ir mais longe até, contudo, é necessário oportunidade, pensar políticas públicas desde a educação básica para o acolhimento das

diferenças. Pensar uma formação docente para as diferenças é o sonho que me alimenta diariamente na educação. A menina, a monstra, a musa, a mulher, todas elas sou eu e eu sou elas, todas elas marcadas pela travestilidade gorda e enegrecida, tudo em mim é desejo, foi o desejo que me fez assim, é o desejo que me mantém viva, o desejo de transcender esse mundo que me movimenta. O desejo de criar outros modos de educar.

1.4 Por uma pesquisa encarnada: onde estão as outreridades além de mim na universidade

No doutoramento, meu interesse de pesquisa se movimentou em direção às travestigeneridades, visto que eu não poderia ou conseguiria pesquisar de outro modo, porque desde a graduação minhas pesquisas se desenhavam desde dentro. Minha orientadora de graduação, uma mulher cisgênera, negra e acreana me disse certa vez que: “se nós não pesquisamos as nossas próprias histórias, quem irá pesquisar? Vamos permitir que só os outros falem de nós?”, a Profa. Dra. Maria José Albuquerque me marcou. E foi assim na graduação, quando investiguei a partir das falas de professoras e alunes os modos pelos quais a sexualidade atravessa a escola. E foi assim no mestrado, quando pesquisei a partir da sociopoética as ideias e conceitos que jovens do ensino médio tinham sobre sexualidade.

Desde a monografia, passando pelo mestrado e agora durante o doutorado, os temas que pesquiso não são apenas temas de pesquisa, são partes de mim. Os temas surgem das minhas experiências, ou seja, daquilo que me atravessa, que me toca, que produz em mim afeto e potência (LAROSSA, 2002). Na monografia essa compreensão era ainda muito limitada, eu sabia que pesquisava sexualidade na escola porque isso me afetava, contudo eu não tinha acesso a referenciais que me fizessem entender como articular minhas experiências subjetivas com a pesquisa.

Era difícil ler inúmeros compêndios de pesquisas que orientavam para uma escrita impessoal, higiênica, asséptica. A necessidade de se evitar a primeira pessoa na escrita, o desprezo pelo senso comum, essas orientações eram aterrorizantes para mim. Então, o que eu pesquisava naquele momento, e o que pesquiso agora, grita dentro de mim, pulsa de maneira frenética. Em negociação com minha orientadora de monografia, mesmo sem conseguir referenciais teóricos que justificassem isso, conseguir o “direito” de escrever em primeira pessoa, foi libertador.

Foi no Mestrado em Educação da UFPI (2012/2014) que eu me encontrei com referenciais teóricos que me ajudaram a entender minha relação com a pesquisa. Foi pelos olhos

de Shara-estrela-Jane que encontrei outros olhares que me permitiram ressignificar a pesquisa. Deixei a terra em que nasci para habitar Teresina; o primeiro semestre foi desafiador para mim, meu corpo se adaptava ao calor e ao rigor das disciplinas. Mas, nas segundas, sim, eu ainda me lembro o dia da semana, nas segundas à noite, também lembro o horário, na sala de dança do CCE, sim, eu lembro de cada detalhe, às segundas, meu corpo vivia afetos que revolucionaram meu modo de ver-de-ouvir o mundo. Todas as segundas Shara-estrela-Jane ministrava a disciplina de Sociopoética.

Entre as muitas conversas, risos, orientações e encantamentos de mundo, Shara me apresentou o livro “O sujeito encarnado” de Denise Najmanovich (2001), o qual despertou em mim reflexões sobre o encarnar da pesquisa. A partir dessas provocações, passei a buscar o lugar social da minha pesquisa, de onde eu falo? De onde venho? Por que pesquiso a sexualidade e não outras temáticas? Menos do que não ter as respostas para essa pergunta, o que realmente me instigou foi a força da possibilidade de realizar uma pesquisa encarnada. Essa possibilidade desterritorializa a concepção ainda teimosa de “neutralidade” na ciência, de um suposto distanciamento com o “objeto” de pesquisa.

A concepção clássica tomava a separação radical sujeito-objeto como uma verdade inquestionável e não como uma perspectiva particular, entre muitas outras possíveis. [...] ao expulsar o qualitativo e privilegiar exclusivamente o quantificável; ao mecanizar o cosmo e separar o corpo e a alma do homem; ficaram de fora do mundo da ciência a emoção e a beleza, a ética e a estética, a cor e a dor, o espírito e a fé, a arte e a filosofia, o corpo emocional e o mundo subjetivo. [...] O homem que acreditava ter domesticado o universo, se havia perdido a si mesmo.” (NAJMANOVICH, 2001, p. 83-84).

Passei a entender, então, que eu habitava na minha pesquisa de monografia, depois passei a procurar modos de habitar na pesquisa do mestrado, e agora para o doutorado o que propus, mais uma vez, foi rachar o corpo para que a pesquisa me rasgue pelo avesso. Eu nunca estive totalmente separada do meu “objeto de pesquisa”, eu entendi que me separar dele é suprimir uma importante parte de mim que me possibilita habitar sensivelmente a pesquisa. Na verdade, também não entendo que tenho, ou tive, “objeto de pesquisa”, de outro modo, percebo que sou atravessada pela pesquisa, e a tentativa de delimitar tema, sujeitos e territórios para a pesquisa não precisa se fazer numa lógica objetificada.

Eu não preciso me despossuir de mim para pesquisar, os atravessamentos do eu são extremamente viáveis na pesquisa, eu acredito numa epistemologia encarnada de pesquisa, em que a subjetividade dê pesquisadoriês seja matéria-prima para a produção de conhecimentos. Encarnar-me assim na pesquisa possibilitou que eu assumisse, sem problemas éticos ou epistemológicos, o uso do “eu”, ou seja, da primeira pessoa do singular, na escrita científica.

Sem me propor a invalidar as metodologias de pesquisa que recorrem ao estilo de escrita impessoal, gostaria de assinalar que este modelo em muito se alicerça na concepção moderna de ciência que busca uma suposta “neutralidade”, e que ainda se propõem a construir um sujeito universal do conhecimento, quer dizer:

A maior parte das publicações científicas recorre a um estilo asséptico e impessoal onde proliferam-se os “sabe-se” ou as afirmações genéricas do tipo “a neurologia hoje afirma...” ou “a ciência atual confirma...”. Apesar de aparentemente claros, se refletirmos um pouco observaremos que os sujeitos dessas enunciações são entes abstratos: “a neurologia” e “a ciência” não falam, apenas este neurologista ou aquele cientista podem fazê-lo. Em suma, no discurso da modernidade o discurso do enunciado é ocupado por um sujeito abstrato e universal e, então, se escamoteia a responsabilidade de quem fala por expressão própria (NAJMANOVICH, 2001, p.7).

Quando falo da possibilidade de escrever utilizando a primeira pessoa do singular, muitos fazem aquela pergunta emblemática: “você fez o trabalho/pesquisa sozinha, não teve orientadoriê, autoriês, amigues?”. Mas quem me ajudou com essa pergunta foi Deleuze, numa noite dessas em Teresina, no friozinho do ar-condicionado, é claro, quando me enrabava, sussurrou assim com voz de gozo na minha orelha:

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. O nome como apreensão instantânea de uma tal multiplicidade intensiva é o oposto da despersonalização operada pela história da filosofia, uma despersonalização de amor e não de submissão. Falamos do fundo daquilo que não sabemos, do fundo de nosso próprio subdesenvolvimento. Tornamos um conjunto de singularidades soltas, de nomes, sobrenomes, unhas, animais, pequenos acontecimentos: o contrário de uma vedete (DELEUZE, 1992, p. 15).

Enrabar, ser enrabada, é assim que concebo minha relação com os autores e autoras que sustentam essa pesquisa, uma orgia bibliográfica, cujas leituras produzem afecções, por isso, importante ler o que potencializa a corporalidade. Quando eu leio, quando sou enrabada, eu fico grávida de ideias, essa potência fecunda me permite falar em primeira pessoa sobre coisas que só posso sentir em coletivo. Ao encarnar a pesquisa, o “eu” não possui apenas um dentro, não é uma pesquisa solitária, intimista, desgarrada, é uma pesquisa em bando. Não é apenas a pesquisa que deve nos habitar, e preciso abrir a corporalidade para as outreridades. É difícil permitir que o outro nos habite. Na biologia, aprendi que nosso organismo tem mecanismos próprios para expulsar, repelir, qualquer corpo invasor. A permanência do invasor pode causar a morte, todavia, aos poucos, aprendi que somente invadida, a vida pode afirmar-se em sua potência criadora. A invasão é requisito para a permanência da vida a partir de novas formas de existência.

Assim, recuso assumir que o uso do “eu” faz da minha escrita algo personalista, individualista. Entretanto, assumo que penso de um lugar, que possuo uma história atravessada por tantas narrativas e experiências, assumo um ver-de-ouvir-sentir localizado, situado, assumo que não falo sozinha, mas assumo que falo a partir de um lugar que é multidão. Assumir uma escrita em primeira pessoa não significa negar em nós as outreridades, mas reconhecer as fronteiras, perceber as trocas e as contaminações, os distanciamentos e as rupturas. É reconhecer o som da nossa voz em meio à gritaria epistêmica.

Utilizo a expressão **ver-de-ouvir-sentir localizado** para demarcar que não apenas vejo ou falo de um lugar, mas também ouço, e também, sinto e vivo. Nessa perspectiva, busco romper com a hierarquização dos sentidos, como, por exemplo, faz a experiência ocidentalizada no Norte global que confere distinta importância à visão, como nos explica a pesquisadora nigeriana, Oyèrónké Oyèwùmí (2002, p. 03):

O termo “cosmovisão”, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. Neste estudo, portanto, “cosmovisão” só será aplicada para descrever o sentido cultural ocidental e “cosmopercepção” será usada ao descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos

Nesse processo, é preciso rachar a corporalidade, explodir os sentidos na busca de um atravessamento coletivo de mundo e assim compreender que todes temos nossos lugares de **ver-de-ouvir-sentir**. Habitar sensivelmente um lugar requer um processo de (des)enraizamento. Minha escrita (e pesquisa) é paradoxalmente desenraizada e para tanto, é preciso seguir “[...] escrevendo interminavelmente, cada vez mais indigente, mais frágil, mais despossuído de si mesmo” (LARROSA, 2010, p. 26). Pensar as raízes não como permanência, como ponto de fixidez, e quando penso nas raízes penso no mangue que preenche o Delta do Rio Parnaíba, com suas raízes que se lançam para acompanhar encher o vazar das marés, as raízes do mangue parecem dançar. E não por acaso, andar por entre os manguezais é como percorrer encruzilhadas, caminhos que se abrem e se fecham. Pensar o enraizamento como movimento, como processo de lançar-se ao território para multiplicar-se. Então, ao passo em que enraízo a pesquisa assumindo um lugar de produção epistêmica, também desenraízo ao lançar-me em múltiplas direções, colocando-me à deriva das fronteiras.

Além disso, ao assumir a produção de uma pesquisa (des)enraizadamente localizada, recuso o rótulo de uma “pesquisa divã”, no intuito de “curar meus traumas”, pois o centro das pesquisas que faço/fiz não sou “eu”, mas antes uma teia complexa de relações de saber-poder

que estabeleço entre mim e as outreridades. Não é sobre curar a mim apenas, curar também o trauma colonial ao qual nós, mulheres, negres, pobres, perifériques, indígenas, pessoas com deficiências e LGBTQIA+, somos expostos. Por isso, não me centro no “eu”, pesquisar se faz nas relações diversas entre saberes, experiências, modos de ser/viver/sentir, linhas de fugas, violências, resistências, permanências e descontinuidades. Assumo que as pesquisas que tenho realizado conjuram feitiços decoloniais para a cura de feridas profundas marcadas em tantes de nós, esse carrego colonial que insiste em fechar caminhos.

E para conjurar feitiços tenho feito da corporalidade espaço de produção de mim e do mundo; engana-se quem pensa que pensamos com o cérebro, ou que escrevemos com a mão, só é possível pensar e/ou escrever com a corporalidade. É a nossa própria carne que é catalisadora de fluxos de dentro e de fora. O corpo possui atravessamentos múltiplos de um devir-bando. Eu escrevo em bando! Uma escrita-bando se torna possível a partir da abertura do corpo ao outro. Para a abertura do corpo, temos que nos colocar em movimento. Como nos diz Lygia Clark (2009, p. 352) “Através do ‘caminhando’ perco a autoria, incorporo o ato como conceito de existência. Me dissolvo no coletivo, perco minha imagem [...]”. Escrever em primeira pessoa e dissolver-se nos afetos da pesquisa. Acredito na pesquisa como uma forma de nós pesquisadorês nos relacionarmos como a complexidade do mundo social. Como bem o diz Denise Najmanovich:

Fazer honra à complexidade nos leva hoje a dedicar-nos à tarefa de insuflar sentido. É necessário para isso rastrear a rica rede de relações na que um acontecimento há sido tecido, tratar de expandir o universo dimensional de nossa experiência e de nossa historização, sabendo sempre que é impossível seguir todas as pistas, ou suspeitar ao menos da sua existência – entre outras coisas porque vão surgindo em nossa própria atividade de elaboração. (NAJMANOVICH, 2001, p. 60).

A pesquisa é, assim como eu, como nós, uma produção social, é resultado de uma atividade sensível de elaboração. As experiências vividas, a história, sentimentos, mesmo os mais íntimos, tudo pode estar implicado no modo como se pesquisa. Emaranhados nessa teia complexa de relações sociais, “vemos unicamente na zona do espectro a que somos sensíveis e vemos de maneira diferente segundo a iluminação e a nossa sensibilidade” (NAJMANOVICH, 2001, p. 25).

Foi assim que me propus entender a pesquisa como uma experiência sensível, o modo como me relaciono com as teorias e os autores e autoras que fundamentam a pesquisa também é afetivo. Assim, a leitura me possibilita um “me sentir através do outro como se copulasse comigo própria” (CLARK, 2009, p. 355). É na busca pelas outreridades a partir de mim, num

encontro com o fora desde dentro, que me faço uma pesquisadora mestiça; a feminista negra e lésbica Audre Lorde (2019) me inspira a pensar que, com tantas opressões, não posso me dar ao luxo de escolher apenas esta ou aquela batalha. Por isso, tentando bombardear a cosmovisão imposta pelo Norte global com sua normatização cis/hetero/branco/cristão/patriarcal capitalista e imperialista é que me lanço em diversas leituras, desde os malditos pós-estruturalistas que bombardeiam desde dentro, como Deleuze, Foucault..., passando leituras decoloniais como Quijano, Mignolo e Castro-Goméz.... Leituras de feministas negras como Sueli Carneiro, Bell Hooks, Djamilia Ribeiro...; e leituras de transfeministas como Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara de Oliveira, Céu Cavalcanti... Em meu pensar mestiço, eu misturo leituras pós-estruturalistas, decoloniais e feministas. porque acredito, juntamente com Gloria Anzaldúa (2005, p. 707), que ao derrubar muros e apostar nas trocas podemos criar uma outra consciência, ou seja:

En unas pocas centúrias, o futuro pertencerá à mestiza. Porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais culturas. Criando um novo mythos ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos la mestiza cria uma nova consciência.

Então, como pesquisadora mestiça que conjura feitiços decoloniais abro meu corpo para diversas leituras, experiências e afecções, assumo meu lugar de *outriedades* e neste mundo colonial, não sou definida só por uma identidade: sou travesti, negra, gorda, periférica, nordestina, latina, professora, criada por vó, eu me desmancho entre essas diferenças para afirmá-las de modo político. Entendo que dentro do debate étnico-racial brasileiro a categoria mestiçagem produza outros sentidos políticos que fortalecem o mito da democracia racial, todavia, não parto desta compreensão. Assumo meu lugar de mestiça para produzir encontros nas zonas fronteiriças das muitas diferenças em mim.

Assumo a mestiçagem como perspectiva metodológica, como feiticeira banida da ciência colonial, que aprendeu os dogmas, produção euroCIScentrada de saberes, mas não me limitei a eles. Como bruxa em diáspora cruzei os domínios pós-estruturalistas, correndo perigo nas fronteiras do pensamento *Queer*, me nutrindo de afeto com o feminismo negro, aprendendo a desobediência das epistemologias decoloniais, pulsando vida amalgamada ao Transfeminismo. Nesse processo ler, aprender e pesquisar não são atos mecânicos, mas se fazem a partir de experiências sensíveis.

Quando começava ler essas múltiplas leituras que rachavam a epistemologia dominante da pesquisa eu pouco entendia; eu lia e lia e as coisas, cada vez mais, se complicavam. Aos

poucos passei a entender que a leitura não deve nos favorecer a compreensão de concepções, a leitura também é fluxo, ou passa ou não passa,

[...] Porque ler é uma sensação do mundo que se deixou escrever em um gesto indecifrável. Não decifre esse gesto, não. Mas vale abandoná-lo e abandonar-se em seu mistério. Nenhuma sensação pode ser uma cifra, é um movimento: saltos, tropeços, viradas, encruzilhadas, verdades à prova de milagres, milagres que se cozinham sem verdades à vista (SKLIAR, 2010, p. 19-20).

Deixei há muito tempo as ideias da graduação de ler para compreender, ler para conceituar. Passei a ler para sentir, para permanecer viva. As leituras mexem comigo, não porque são difíceis, eruditas, mas porque permitem fluxos de desterritorializações. As leituras provocavam novas formas de pensar, de sentir. Essa é uma leitura de intensidade, na qual, “[...] não há nada a explicar, nada a compreender, nada a interpretar. É do tipo de ligação elétrica, corpo sem órgãos...” (DELEUZE, 1992, p. 17). A leitura e a experiência como fluxos permitem a não compreensão do mundo, mas sim o ser e estar no mundo.

Hoje compreendo que o não saber me potencializava, no início me incomodava, eu não estava acostumada a ler para não compreender. E nesse não saber, as leituras, as experiências me atravessaram. Isso porque o excesso de conhecimento, de concepções, de informação congela as experiências, paralisa os fluxos, porque:

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais o preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de ‘sabedoria’, mas no sentido de ‘estar informado’), o que consegue é que nada lhe aconteça (LARROSA, 2002, p. 21-22)

A experiência, de modo geral, e a experiência da leitura, têm me possibilitado abrir as afecções, perder as palavras frente aos acontecimentos na escuta silenciosa do sensível, do apreensível. A leitura é um processo não de atribuição de significados, mas de atribuição de sentidos e nisso compreendo que também a escrita é um fluxo. Escrevo a partir das afecções, acreditando que:

Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relações de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política etc (DELEUZE, 1992, p. 17).

Tenho exercitado o fluir como escrita, como vida. A pesquisa flui a partir das afecções (GLEIZER, 2005), a pesquisa é uma experiência “[...] é o que nos passa, o que nos acontece, o

que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 21). Assim sendo, eu me empenhei na escrita de uma tese que reverberasse minhas experiências como travesti, negra, gorda, nordestina, de axé, professora e interiorana, pois estes são os fluxos que me atravessam com mais intensidade na atual tessitura de forças da minha existência.



Frequência - Produção com giz de cera, pastel e vela sobre papel, por Letícia Carolina Pereira na Disciplina Pesquisa Qualitativa I – Doutorado em Educação UFPI – Orientação: Prof.^a Dr.^a Shara Jane Adad

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

FREQUÊNCIA

Tudo que existe emana uma frequência

Somos pura energia cósmica

Os corpos se conectam pela energia

Diferentes corpos possuem diferentes energias

Se conectar é criar pontes de energias

Diferentes ou iguais as energias podem se conectar

O importante é vibrar na mesma frequência

É como uma sinfonia de singularidades

O tecido da diferença é povoado de unicidades

(Diário de uma doutoranda travesti. Teresina-PI, 19 de agosto de 2019).

Quero pesquisar com outras corporalidades transvestigêneres, pesquisar com, pois nós, pessoas trans, sabemos muito, possuímos diversos conhecimentos que podem ajudar a tensionar o campo de conhecimentos da educação (BOURDIEU, 2004). O que espero nessa relação é o que Santos (2010) chama de “sensocomunizar” a ciência. Não compreendo os outros corpos trans que participaram comigo da pesquisa de doutorado como “sujeitos” ou “objeto”, elas são produtoras de conhecimento. Ao invés de separar o conhecimento de quem produz quero antes evidenciar as experiências pelas quais se produz conhecimento.

Instigada pela filósofa indiana Gayatri Spivak (2010) me questiono: pode uma travesti falar? Também quero saber: pode a universidade ouvir uma travesti? Rompo nesse processo, com os constantes epistemicídios, não peço licença para falar ou escrever, é preciso tomar a palavra que nos foi negada e assumir nosso lugar como produtoras de epistemologias. Assim, me reconheço como uma intelectual, pensando como Bell Hooks (1995, p. 468), quando ela afirma que:

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias, tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla [...].

Assumir que falo de meus atravessamentos produz constantes ataques ao modo pelo qual pesquisei, me acusam de ser passional, não científica, de não ter rigor mas, todos esses ataques apenas me mostram o quanto o trabalho de uma travesti negra incomoda a elite acadêmica que, insistentemente, se diz neutra, quando na verdade produz conhecimentos sobre o próprio umbigo, negando outros modos de ver-de-ouvir-sentir o mundo. No doutorado em educação na UFPI, passei por várias disciplinas distantes do que eu acreditava como ciência, mas eu sabia que precisava passar por aquilo para ser doutora, eu tinha consciência crítica do meu ver-de-ouvir-sentir o mundo. Sobre o primeiro semestre do doutorado, trago o seguinte diário:

O piso da sala é acinzentado, as paredes de um amarelo opaco, o teto de forro gélido, o ar-condicionado ameniza as temperaturas elevadas de Teresina. O mês de junho se finda e com ele o meu primeiro semestre letivo no doutorado. A memória atravessa a pele, as frustrações, expectativas, alegrias, empolgações, desgastes exaurem o corpo que já quase não tem forças para escrever qualquer linha. Mas há vida, há desejo, a escrita pulsa da superfície, transpor para a escrita o que me afeta é um hábito de pesquisa que ajuda a estruturar sensações em blocos consistentes. Um diário é um congelamento momentâneo de um fluxo, mas o diário é um campo aberto para outros fluxos. É o fluxo que me atravessa é a tensão gerada pelo campo da epistemologia da pesquisa educacional ao debate ainda binário sobre o que é e o que não é ciência. Sou profundamente incomodada com o conceito de ciência, pois esta é um produto social, um produto desta mesma sociedade que extermina

travestis negras. Por sorte, há mais do que a morte, e nas (re)e(xistências uma multiplicidade de possibilidades rasga o cotidiano. Eu rejeito a ciência normativa, pois rejeito a sociedade normativa, a ciência opera o epistemicídio, a sociedade opera o extermínio. Uma ação brutalmente articulada que nos anula como sujeita do conhecimento e como sujeita de direitos à vida. Compreendo que minha existência é questionadora da vida e da ciência. Mas, numa perspectiva de afirmação da vida entre um campo múltiplo de poderes sou uma travesti negra no doutorado em educação, faço ciência para questionar a ciência. (Diário de uma doutoranda travesti. Teresina-PI, 25 de junho de 2019).

Habitar a UFPI quer como professora, quer como doutoranda, foi um espaço de profunda solidão, raramente eu via outras de mim naquele espaço. As pessoas cisgêneras que me cercavam não conseguiam entender os motivos pelos quais eu me sentia sozinha, elas diziam: “estamos aqui com você!”, mas a solidão da travesti negra acadêmica nunca foi sobre estar sem companhia. A solidão é epistêmica, se reflete na ausência nas discussões acadêmicas de referências transvestigêneres, no recorrente espanto sobre o meu tema, a minha corporalidade e a minha subjetividade. Naquele espaço, os constantes olhares-rostos-de-espanto que me questionavam mesmo sem dizer nada, “que tema é esse?”, “isso é pesquisa”, “o que ela faz aqui?”, “é ele ou ela?”, “é homem ou mulher?”.

Essas relações de estranhamento foram fundamentais para que eu me encontrasse com o meu tema de pesquisa, pois eu passei a me questionar: onde estão as outras pessoas transvestigêneres na universidade? Quais serão os desafios que elas enfrentam e que táticas de superação criam? Eu sentia necessidade de estabelecer essas conexões, eu buscava me fortalecer com as leituras transfeministas que estava fazendo, ler minhas irmãs travestis me empoderava. Além disso, passei a participar dos encontros do Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais (GPTRANS), eu aprendia bastante estando com as minhas, um acolhimento que não encontrava na estrutura hegemonicamente cisheteronormtiva da UFPI.



Encontro Mensal de Novembro (2019) do GPTRANS em Teresina-PI
 Fonte: arquivo pessoal

Entre minhas companheiras, o significado coletivo de minha atuação como pesquisadora e professora se fortaleceu, em um dos encontros. Quando cheguei ao espaço de nosso encontro, a travesti negra e assistente social, Joseane Borges, exclamou: “chegou a nossa doutora!”, eu ri um pouco desconcertada e depois comentei: “amiga, eu ainda não sou doutora, estou no doutorado!”, ela imediatamente retrucou: “para nós, você já é doutora, é a nossa doutora”. Toda travesti é multidão, é coletivo, é povoamento, nós carregamos umas às outras em nossas histórias, lutas, dores e alegrias. Definitivamente, se para alguns eu ainda era a “monstra sem gênero, assustadora”, para outras eu era orgulho e representatividade, a musa, a diva.

Aliais, era assim que ês outres jovens transvestigêneres alunes da UFPI e da UESPI com os quais eu encontrava me chamavam: musa, deusa, diva, rainha, lacradora. Eu me sentia uma referência para elus, entre nós havia sentimentos de representatividade. Assim como eu, muitas desses jovens sonham em seguir carreira acadêmica, minha chegada nesse lugar é um símbolo de esperança, elus sabem que minha chegada abre portas para que outres de nós também possam habitar a pós-graduação e à docência do ensino superior. E agora, como pesquisadora, em meu doutorado, eu me lancei na direção dessas juventudes transvestigêneres universitariês, tentando entender mais sobre os seus caminhos.

2 ENTRE O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE TRANSVESTIGÊNERE E A OCUPAÇÃO NA UNIVERSIDADE: DESEJOS, SONHOS E MEDOS

Minha navalha carrega o fio da vida
 Minha voz clara rompe pelo ar
Eu cuidei das minhas feridas
 A gente não vai recuar
Esperar o amor, mas andar com medo
 Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei que eu mereço andar em paz

Urias, Andar em Paz

Uma das muitas ideias que temos sobre as juventudes no imaginário social coletivo é que ês jovens sonham, por isso, inicio este segundo momento tentando refletir: que sonhos ês jovens transvestigêneres têm? Antes dessa interrogação, talvez seja sensato perguntar, poderiam ês jovens transvestigêneres sonhar? Se no contexto de política pública brasileira, a juventude vai dos 15 aos 29 anos de idade, que sonhos as juventudes transvestigêneres podem ter quando os dados da ANTRA estimam que a expectativa de vida média de pessoas trans no Brasil é de 35 anos de idade? O que esperar de uma vida que se finda tão logo se conclui a juventude? Fico questionando se nós, de fato, podemos ou devemos sonhar já que a morte é um horizonte fixo em nossa janela que pode ou não deslocar-se para longe de nós.

A traviarca brasileira Keila Simpson nos diz que “a nossa vingança será envelhecer” e, de certo modo, este tem sido um compromisso ético político assumido pelas corporalidades transvestigêneres que desafiam a morte no Brasil, o país que mais mata pessoas trans no mundo. A afirmação da vida frente ao medo da morte só é possível se tivermos sonhos e um dia eu sonhei em ser uma professora travesti na universidade. Aquela jovem acadêmica do curso de Pedagogia, que por diversas vezes teve os sonhos atropelados por tanta LGBTQIAP+fobia, engoliu o choro por diversas vezes, mas também teve que gritar em outras. Eu não tive a oportunidade de ser uma jovem travesti na graduação, embora dentro de mim, eu já fosse (eu sempre fui!), talvez por esse direito ter sido negado. Eu sempre fiquei pensando em encontrar algumas/mas jovens transvestigêneres fazendo graduação: que caminhos elus/elas percorreram para estar na universidade?

2.1 Breves considerações sobre a presença de pessoas transvestigêneres na Educação Básica: entre o direito de educar e o risco de morrer

A notícia do assassinato de Keron Ravach, adolescente trans de 13 anos no Ceará chegou a mim como um gole seco difícil de ser engolido, aquele embargo na garganta que dificulta o respirar, que tira a voz. Uma menina de apenas 13 anos de idade! estávamos ainda durante os maus agouros da pandemia de Covid-19 e, no momento, eu ainda cursava, no doutorado, a disciplina “Formação Docente”, mas não conseguia deixar de pensar: “Será que essa menina estava na escola? Será que a escola poderia ser um lugar de proteção social para as infâncias/adolescências trans?”. Keron faria 14 anos no fim do mês em que foi assassinada e cursava o ensino fundamental em uma escola pública de Camocim-CE.



g1 CEARÁ

Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito

Adolescente de 17 anos foi detido e confessou o crime, afirma policial responsável pelo caso.

Por G1 CE
08/01/2021 12h22 - Atualizado há um ano



Adolescente de 13 anos foi agredida até a morte com pauladas e chute em Camocim, no Ceará - Foto: Arquivo pessoal

Fonte: Portal G1 CE

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>

Uma jovem trans, estudante do ensino fundamental, morta por outro jovem de 17 anos. Uma jovem trans morta por cobrar a dívida de um programa que teve com outro jovem, narrativa não confirmada pelas pessoas próximas da vítima, o que pode significar a utilização de estigmas relacionados à travestilidade para culpabilizar a vítima e/ou justificar/atenuar a violência exercida. Dois jovens envolvidos em um crime violento: Keron foi morta com chutes e pauladas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 9.394/96, a educação escolar pública é de matrícula obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (Art. 4°). A escola, nesse contexto, deve ser uma instituição de referência para a

construção de valores para as infâncias e juventudes e, mesmo que esta instituição não tenha um impacto determinista sobre as identidades juvenis, a escola é uma referência importante.

A partir dos estudos do pesquisador brasileiro cisgênero Paulo Carrano (2003), compreende-se que ês/as jovens vivem em um mundo repleto de regras sociais e, na busca por sua autonomia, elus/elas assimilam, recusam e transvaloram o ordenamento social. Desse modo, atribui-se um papel ativo às juventudes no processo de produção das próprias identidades culturais, não são simples assimiladoriês/as, ao contrário, são criadoriês/as de si. Então, o que se espera da escola e de outras instituições sociais é que cumpram um papel na difusão de valores, saberes e práticas de apreço à diversidade. Em seu Art. 3º a LDBEN nº 9.394/96 estabelece o “respeito à diversidade humana” com princípio para o ensino no Brasil.

Infelizmente, ês/as pesquisadoriês/as das questões de gênero e sexualidade na educação apontam que na contramão de uma educação que se fundamenta no “respeito à diversidade humana”, a educação brasileira tem sido alvo de constantes ataques, quando o tema é diversidade sexual e de gênero. Sob o obelisco fálico e fantasmagórico nomeado de “Ideologia de Gênero”, as camadas conservadoras e/ou religiosas e/ou fascistas têm orquestrado uma verdadeira cruzada contra as infâncias, adolescências e juventudes LGBTQIAP+ nas escolas, com o intuito de produzir um silenciamento sobre as questões de gênero e sexualidade, a partir do pretexto de que tais temáticas seriam de âmbito familiar e não escolar.

No texto, *“Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca”*, em que sou coautora juntamente com ês pesquisadoriês cisgêneros Shara Jane Adad e Lucivando Martins, relatamos os embates ocorridos no ano de 2018, na Câmara Municipal de Teresina, sobre a retirada do termo “gênero” do Plano Municipal de Educação (ADAD; NASCIMENTO; MARTINS, 2020). Longe de ser um problema localizado na capital piauiense, os embates sobre a presença do termo gênero nos planos de educação, bem como outros ataques as questões de gênero e sexualidade na escola acontecem em todo país, acirrando-se desde 2011 com ações do Programa “Brasil sem Homofobia”, como narram as pesquisadoras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Jozimara Assunção Camilo Alves e Célia Regina Rossi (2020).

A ofensiva antigênero no Brasil no contexto educacional diminui as possibilidades de proteção social às infâncias, adolescências e juventudes e a garantia de espaços de sociabilidades a partir dos quais estes possam elaborar criticamente suas próprias concepções sobre a diversidade cultural humana. Assim, embora não possa analisar a fundo os contextos educativos dos quais participavam Keron (13 anos) e o jovem de 17 anos que confessou o crime,

não deixei de pensar, desde que recebi a notícia do assassinato, sobre o papel da educação escolarizada entre tantas violências vividas por crianças, adolescentes e jovens.

De maneira especial, em relação às juventudes, grupo social alvo desta pesquisa, Carlos Henrique dos Santos Martins e Paulo Carrano consideram que:

Os jovens fazem seus trânsitos para a vida adulta no contexto de sociedades produtoras de riscos – muitos deles experimentados de forma inédita, tal como o da ameaça ambiental e do tráfico de drogas –, mas também experimentam processos societários com maiores campos de possibilidades para a realização de apostas diante do futuro. A escola, em especial a de Ensino Médio, constitui-se em instituição privilegiada de promoção de suportes para que os jovens elaborem seus projetos pessoais e profissionais para a vida adulta (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 44).

Retomo a imagem que associa constantemente juventudes ao sonhar para pensar sobre quais sonhos uma adolescente trans de apenas 13 anos poderia ter em um país onde travestis possuem expectativa de vida de 35 anos? Se acusaram Keron de se prostituir, pontuo inicialmente que ativismo social transvestigênera tem conduzido um debate não moralista sobre a prostituição, compreendendo a prostituição como um trabalho legítimo que pode ser escolhida por pessoas trans. Todavia, a prostituição em grande parte dos casos, não é uma escolha, pelo menos não um desejo primário, é antes uma atividade compulsória exercida, principalmente, por travestis e mulheres transexuais que, excluídas do mercado formal, encontram “abrigo” na prostituição.

A ANTRA estima que cerca de 90% de travestis e mulheres trans no Brasil vivem compulsoriamente da prostituição. Estaria Keron antecipando para a adolescência o seu destino inevitável, ou ela poderia/deveria sonhar em fazer parte dos 10% dês travestis e mulheres trans que não se prostituem para sobreviver? Não é raro ouvir histórias de travestis e mulheres trans no Brasil que começam a se prostituir na adolescência. Em uma parte dos casos, a prostituição inicia-se após a expulsão de casa, da escola e, sem proteção, passam a morar nas ruas ou em casas de cafetinas. Não são raras nem poucas essas histórias.

Mas, Keron Ravach estava na escola, então não sei se isso traz esperança ou dor, para o “*Monstra-florescer feminilizando práticas educativas*” (NASCIMENTO, 2021), em que narro os meus (des)encontros com a escola, as muitas dores que sofri por não me enquadrar na língua cisheteronormativa que era falada e ensinada. Segundo dados da pesquisa “*Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: por que frequentam?*”, coordenada pela socióloga Miriam Abramovay (2015), dos 8.283 estudantes na faixa de 15 a 29 anos no ano letivo de 2013, 14% não desejava ter travestis, transexuais ou transgêneros como colegas de classe.

Os dados estatísticos sobre as experiências de pessoas transvestigêneras na educação são bastante escassos e muitas pesquisas são realizadas por coletivos trans*. De acordo com

pesquisa de 2017, realizada pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 82% dos trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos. De acordo com a reportagem de Laura Alonso, para o Diário do Rio³, duas em cada três estudantes das 526 pessoas trans e travestis cadastradas do Projeto Garupa, da Prefeitura do Rio de Janeiro, já sofreram violência por serem trans, o que equivale a 83% das pessoas entrevistadas. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2016, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) aponta que 42,8% dês participantês da pesquisa se sentem inseguriês em razão de sua expressão de gênero.

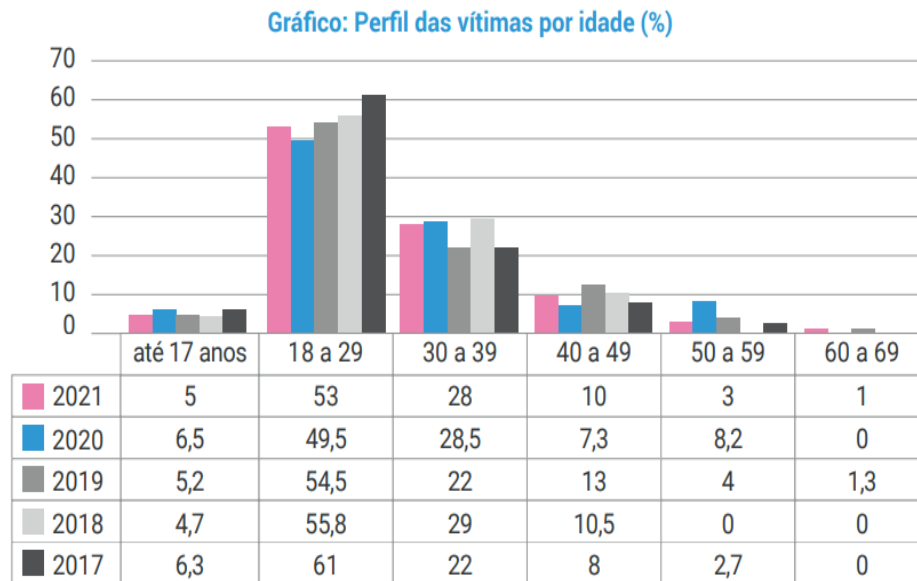
O estudo quali-quantitativo pioneiro da travesti cearense Luma Nogueira de Andrade, em sua tese de doutoramento intitulada: “*Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*” apresenta diversos sentidos e significados atribuídos a travestis por alunes e professoriês da rede pública cearense, em grande parte estereótipos caricatos, negativos e sexualizantes que contribuem para produção de estigmas e violências dentro da escola. Ambas, Luma e Keron, são travestis cearenses, aquela doutora em educação, e esta um dado na estatística do país mais transfóbico do mundo.

2.2 O Extermínio da juventude transvestigênere brasileira

Keron Ravach (13 anos), não é um caso isolado. Lamentavelmente, os dados da ANTRA⁴ têm apontado para a juvenilização dos assassinatos de pessoas transvestigênere no Brasil, uma vez que a média etária dês vítimês é de 29,3 anos. Só em 2021, 53% dês vítimês tinham entre 18 e 29 anos e mais de 5% dês vítimês tinham entre 13 e 17 anos, o que significa que 58% dês vítimês tinham entre 13 e 29 anos, estando entre a adolescência e a juventude. A faixa-etária entre 18 e 29 anos corresponde ao maior número de assassinatos de pessoas trans, quando consideramos os dados de 2017 a 2021, conforme o gráfico a seguir.

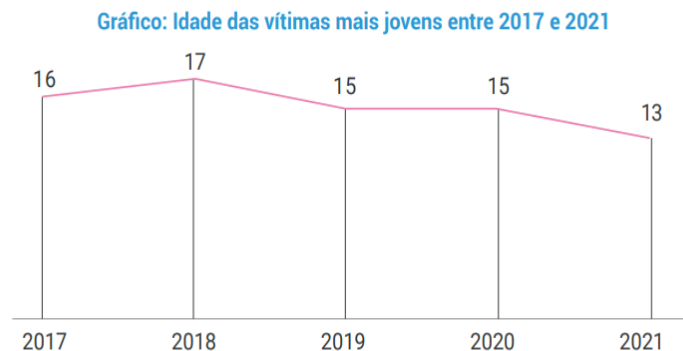
³ <https://diariodorio.com/mais-de-80-das- pessoas-trans-afirmam-ja-terem-sofrido-violencia-dentro-da-escola/>

⁴ A ANTRA constitui-se em uma das mais respeitáveis e engajadas associações de travestis e transsexuais no Brasil e os dossiês de assassinatos de pessoas trans no Brasil são publicados pela instituição desde 2017, contando com a curadoria técnica de pesquisa e análise de Bruna Benevides, atualmente secretária de Articulação Política da ANTRA.



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Entre 2017 e 2021 o grupo etário entre 18 e 29 anos ocupou a média de 54,76% dos casos de assassinatos de pessoas trans, dados que corroboram para o entendimento de que a expectativa média de uma pessoa transvestigênera no Brasil é de 35 anos. O Atlas da Violência⁵ registra que a morte dê/das jovens entre 15 e 29 anos correspondeu a 53,3% do total de homicídios no Brasil em 2018 e a 51,8% em 2017, uma média que pode ser observada em outros anos com algumas oscilações, de modo que é seguro enfatizar que a juventude é a principal vítima de homicídios no Brasil, desde 1980. Nossa sociedade, sistematicamente, falha na proteção social das juventudes. É perigoso ser jovem e trans no Brasil, e assusta ainda mais quando verificamos que entre 2017 e 2021 tivemos ao menos uma vítima menor de idade, conforme o gráfico seguinte.



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

⁵ O Atlas da Violência é um estudo anual publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

O ano de 2021 é um marco da vítima mais jovem de transfobia letal no país, com o assassinato da adolescente Keron Ravach de 13 anos, todavia antes a idade mínima era de 15 anos (2019 e 2020). Infelizmente, 2022 não ficará de fora da estatística, uma vez que a jovem Renata Ferraz de 16 anos, foi assassinada a facadas na cidade de Patos-PB, conforme reportagem a seguir.

Adolescente trans é encontrada morta em estrada no Sertão da Paraíba

Por Matheus Melo | 20 de abril de 2022 às 07:58



Renata Ferraz tinha 16 anos e estava desaparecida desde o domingo (17) - Foto: Reprodução/redes sociais

Uma menina trans de 16 anos foi encontrada morta na tarde desta terça-feira (19), em uma estrada vicinal na cidade de Patos, na saída para São José de Espinharas.

Renata Ferraz, como é conhecida, estava desaparecida desde o domingo (17) e, na segunda-feira (18), a família registrou o caso na Polícia Civil de Patos. O corpo foi reconhecido pelo pai da adolescente.



Mais Lidas



Reportagem disponível em: <https://f5online.com.br/adolescente-trans-e-encontrada-morta-em-estrada-no-sertao-da-paraiba/>

A brutalidade dos crimes é constante, facadas, chutes, pedradas, uso de arma de fogo (múltiplos disparos) tem justificado o alerta constante dos movimentos sociais trans*, de que no Brasil há, em curso, um projeto constante, sistemático e estrutural de extermínio de pessoas transvestigêneres ainda na juventude. De acordo com dados da Transgender Europe (TGEU) que monitora globalmente os assassinatos de pessoas trans (71 países), no que se refere ao ano de 2021, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, pelo 13º ano consecutivo, ressaltando que, no ano de 2021, 33% de todos os assassinatos registrados no mundo aconteceram no Brasil e 70% na América do Sul e Central. Em face aos dados, concluí-se que a cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil.

Keron Ravach, 13 anos, cearense; Renata Ferraz, 16 anos, paraibana. Os estados também não são mera coincidência, a região Nordeste é recorrentemente a mais violenta em relação às pessoas trans. No período de 2017 a 2021, apenas no último ano não ocupou o 1º lugar no *ranking* que ficou com a região Sudeste, 35% dos casos totais, contra 34% no Nordeste.

Entre 2017 e 2020, o Nordeste ocupou o topo do *ranking*, registrando 39% em 2017, 36% em 2018, 37% em 2019 e 43% em 2020. Entre os estados nordestinos, o destaque vai para o Ceará, a Bahia e o Pernambuco, em ordem de pódio. Em relação ao Piauí, entre 2017 e 2021 o estado está entre a 21ª e a 24ª posição, oscilando entre 1 e 2 assassinatos por ano.

O contexto étnico-racial é outro marcador importante do mapeamento de assassinatos de pessoas transvestigêneres, entre 2017 e 2021, uma vez que a média de pessoas trans negras assassinadas é de 80,6%. No Brasil, diferentes entidades do movimento negro seguem negociando que o processo de colonização das corporalidades negras ainda não foi superado. Os dados do Atlas da Violência de 2020 apontam que os casos de homicídio de pessoas negras aumentaram 11,5% na década em análise (2008 – 2018). Apenas em 2018, segundo o Atlas da Violência de 2020, 75,7% das vítimas totais de homicídio no Brasil eram negras.

O conjunto de dados é estarrecedor e, de modo particular, me coloco como uma travesti negra de 33 anos de idade, uma vítima em potencial desses bárbaros crimes de transfobia, e não à toa tenho atuado socialmente no Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Além disso, academicamente também tenho tentado chamar atenção para o caráter interseccional dos crimes de transfobia no Brasil, a partir de publicações como “*Travestis negras em Brasil: vidas precárias más allá de la pandemia*”.

É urgente entender que ainda temos muitas aprendizagens interseccionais para desenvolver enquanto movimento transvestigêner e negro. A travesti preta, doutora, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), em seu texto “Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros”, traz importantes considerações sobre os modos pelos quais os diálogos entre esses movimentos precisam ser fortalecidos, afinal, temos um extermínio de uma juventude negra e transvestigêner em curso, precisamos unir esforços contra coloniais que pensem criticamente raça e gênero.

2.3 A ocupação dê/das jovens transvestigêneres na universidade: uma possibilidade

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicou a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, a qual estima que em 2018 apenas 0,8% de pessoas nas universidades federais do Brasil são transvestigêneres, de um total de 11.114 pessoas. Esse total é dividido da seguinte forma: Mulheres Transexual/Transgênera: 0,1% (1.676); Homem Transexual/Transgênero: 0,1% (1.703); e Não-Binário 0,6% (7.735).

Os desafios enfrentados por jovens transvestigêneres para ingressar em uma universidade são inúmeros, muitas vezes começando na educação básica, a qual, a partir de uma política cisheteronormativa, expulsa pessoas transvestigêneres da escola. Essa, então, é a primeira condição para quem deseja ingressar em uma universidade: vencer a educação básica. Contudo, a linguagem utilizada na pesquisa da ANDIFES revela que a transfobia impacta de diferentes formas as realidades de pessoas transvestigêneres. Destaca-se que a categoria travesti não é utilizada na pesquisa, uma exclusão não ocasional de nossas corporalidades, é um método, um projeto. As travestis continuam reduzidas a uma condição marginalizada imposta pela colonialidade cisheteronormativa.

Ao apresentar os dados sobre transfobia letal entre transvestigêneres, não podemos deixar de destacar que as maiores vítimas são travestis e mulheres transexuais negras (em média 80%). Em paralelo, enquanto as travestis são as que mais morrem, nem configuram como possibilidade de presença no ensino superior, em conformidade com pesquisa realizada pela ANDIFES. Enquanto apenas 0,8% de estudiantês de IES federais são transvestigêneres (homens e mulheres trans* e pessoas não-binária), 90% da população de travestis e mulheres trans* vive compulsoriamente da prostituição.

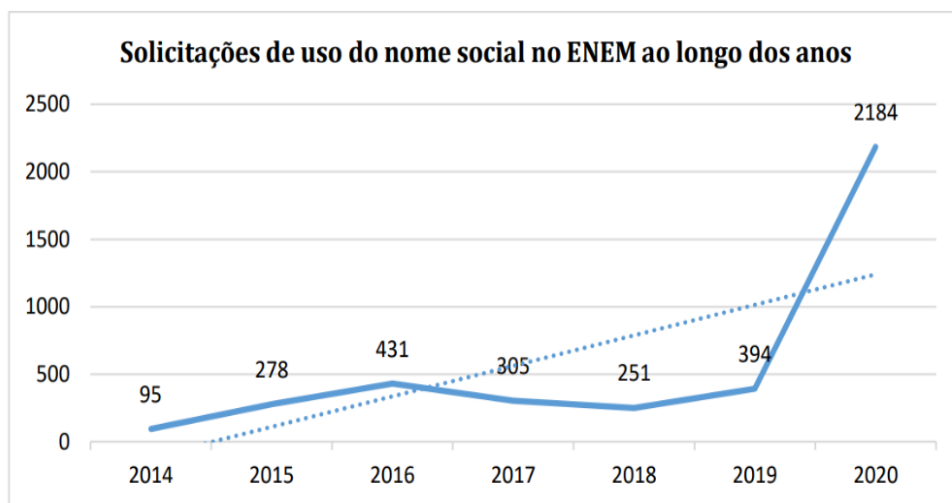
Para a maior parte dos adolescentes e jovens transvestigêneres que iniciam sua transição na educação básica, concluir esta etapa é findar, vencer uma grande guerra. E, por certo, encerrar este ciclo para iniciar o ensino superior significa iniciar outras batalhas. Ainda na fronteira entre a educação básica e o ensino superior são impostas barreiras. Até 2014, não havia reconhecimento do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), instituído no Brasil desde 1998 e, desde 2009, principal mecanismo de seleção para o ensino superior. Para as professoras transgêneras Rebeka de França e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira, em colaboração com a professora cisgênera Maria Cristina Cavalcanti Araújo,

O nome social surge no Enem após várias denúncias e reclamações na mídia pelo constrangimento que pessoas trans sofreram na hora de apresentar o documento de identidade aos fiscais das salas de prova, desde atraso da entrega de caderno de provas pela demora de conferência de dados a relatos de humilhações e discriminação por parte dos fiscais (FRANÇA; NOGUEIRA; ARAÚJO, 2016, p. 23).

As reivindicações por nome social fazem parte do movimento social de transvestigêneres desde a década de 1990, mas naquele momento o foco era o SUS. Apenas depois da primeira década do século XXI as reivindicações também passaram a mirar o ensino superior, momento em que a demanda por este nível de ensino cresceu entre a comunidade transvestigênera. Antes de 2014 as pessoas transvestigêneres não tinham alternativa, prestariam

o ENEM com riscos de terem suas identidades de gênero desrespeitadas. Embora, o ENEM comece a utilizar o nome social em 2014, apenas em 2016, com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, houve maior segurança jurídica para a utilização do nome social, não apenas no ENEM, mas de maneira geral nas instituições que compõem a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A pesquisadora transvestigênera Brume Dezembro Iazzetti, que em sua dissertação de mestrado pesquisou ações afirmativas para pessoas trans, produziu o seguinte gráfico sobre os quantitativos de solicitações de uso do nome social no ENEM ao longo dos anos (2004-2020)



Solicitações de uso do nome social no ENEM ao longo dos anos
Fonte: Iazzetti (2021, p. 72)

Cabe destacar, a possibilidade de uso do nome social é um dispositivo que pode reduzir preconceitos, entretanto não garante o respeito integral às pessoas trans na realização do ENEM e a reportagem de Maya Santos, adiante, demonstra como apesar da solicitação do nome social, o respeito não é assegurado.

Mulheres trans denunciam constrangimento no Enem

No mês da visibilidade trans, duas mulheres denunciam falta de sensibilidade quanto ao tratamento dos seus nomes antes do início do Exame

LeiaJá por Maya Santos ter, 19/01/2021 - 16:00



Luana Maria da Luz Barbosa, 20 anos, pensou em desistir de fazer o Enem 2020 em função do constrangimento

O primeiro dia de aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020, realizado no último domingo (17), foi marcado por denúncias de casos de constrangimentos a pessoas trans, na Região Metropolitana do Recife (RMR). Ao LeiaJá, duas mulheres trans denunciam a falta de sensibilidade quanto ao tratamento das participantes momentos antes do início do Exame e como isso impactou no desempenho na avaliação.

Matéria de Maya Santos para o Leia Já

Disponível em: <https://www.leiaja.com/carreiras/2021/01/19/mulheres-trans-denunciam-constrangimento-no-enem/>

Há sempre uma incerteza quando nos referimos aos ainda limitados direitos da população transvestigênera no Brasil, pois a presença do dispositivo tanto não garante o respeito, como não garante o uso, afinal as pessoas transvestigêneras enfrentam demasiadas burocracias para terem seus nomes sociais registrados. O ENEM não foge à regra, é necessário enviar fotos e a documentação original para uma análise que definirá ou não o direito ao uso. É preciso assinalar que essa incerteza é uma barreira que restringe acessos, o que leva algumas pessoas a sequer considerarem se inscrever no ENEM, para evitar possibilidades de desrespeito.

No que se refere aos dados coletados a partir do Estudo Multicêntrico sobre os Perfis Socioeconômicos, Geográficos, Culturais e de Vulnerabilidades de Travestis e Transexuais, um total de 549 pessoas transvestigêneras responderam ao questionário sobre educação e nível de formação conforme apresentado em seguida:

Categorias	Frequência Absoluta (n=549)	Frequência Relativa (%)
Curso técnico e profissionalizante completo	21	3,8%
Curso técnico e profissionalizante incompleto	12	2,2%
Ensino fundamental completo	10	1,8%
Ensino fundamental incompleto	9	1,6%

Ensino médio completo	129	23,5%
Ensino médio incompleto	25	4,6%
Ensino superior completo	71	12,9%
Ensino superior incompleto	210	38,3%
Pós-graduação	62	11,3%

Nível de formação dos sujeitos da pesquisa do estudo multicêntrico sobre os perfis socioeconômicos, geográficos, culturais e de vulnerabilidades de travestis e transexuais.

Fonte: Pesquisa Pop Trans (UNB/NEAB, 2022)

Os dados apontam que, entre os pesquisadês, 38,3% (210) possuem ensino superior incompleto e 23,5% (129) ensino médio completo, reforçando a ideia de que a população transvestigênera está em busca da universidade. A Pesquisa Pop Trans (UNB/NEAB, 2022) ainda aponta que a maior parte das pessoas transvestigêneras ingressaram na universidade a partir do vestibular (43.4 %) ou do ENEM (40.5 %). Apenas 4.4 % ingressaram a partir de cotas específicas para travestis e transexuais, de maneira que 83.7 % ingressaram sem o uso de qualquer tipo de cota.

As cotas específicas para a população transvestigêneras também tem sido alvo de mobilização política por parte do movimento social trans e, ao passo que compreendemos que a inserção está acontecendo, percebemos que a quantidade de pessoas trans na universidade ainda é pequena quando comparamos com a população cisgênera. Vale ressaltar que assim, como o uso do nome social no ENEM a política de cotas é recente. Brume Iazzetti (2021, p. 75) destaca que:

Seus precedentes decorrem de duas universidades baianas. As primeiras ações afirmativas para pessoas trans* surgem em cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na passagem de 2017 para 2018. Pouco tempo depois, também em 2018, a UFSB se torna a primeira do país a implementar ações afirmativas para pessoas trans* em cursos de graduação. Posteriormente, a UFABC se torna a primeira (e por ora única) do estado de São Paulo com uma iniciativa do tipo na graduação⁹⁴ sendo implementada na passagem de 2019 a 2020, tendo como principal inspiração, legal e politicamente, o modelo de reserva de vagas adotado na UFSB.

A partir do mapeamento realizado por Brume Iazzetti (2021), ao todo, 34 instituições públicas do país contam com ações afirmativas para pessoas trans*, sendo a maioria exclusivamente em cursos de pós-graduação e apenas 8 (23,5%) são estaduais. Somente 6 instituições contam com políticas afirmativas na graduação: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade do Estado do Amapá (UEAP). As cotas estão localizadas em grande

parte na pós-graduação, mas o grande desafio, até o momento, é ampliar as cotas para a graduação.

Defendemos as cotas para a população transvestigênera como uma reparação histórica de nossa exclusão do ensino superior, contudo ainda há muita resistência. Aponto, como exemplo, a experiência frustrante, em 2019, quando a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) abriu processo seletivo⁶ para o preenchimento de 120 vagas em diferentes cursos, reservando vagas de ação afirmativa para estudiantês transexuais, travestis, pessoas não-binárias e intersexuais. Com intervenção direta do então Presidente Jair Bolsonaro, por meio do Ministério da Educação (MEC), o edital foi cancelado. O debate público sobre a urgência das cotas para pessoas transvestigêneras continuam acontecendo com mobilização dos movimentos sociais.

Outro dilema tem sido sobre os critérios de verificação das identidades transvestigêneras. Na literatura Transfeminista, a categoria autodeterminação, referendada na Resolução nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e na Resolução 001/2018, do Conselho Federal de Psicologia, compreende a identidade de gênero a partir de um processo de autopercepção, de maneira que cabe a pessoas transvestigêneras definir-se. Contudo, conforme abordado na obra *Transfeminismo* (NASCIMENTO, 2021), nenhuma identidade social se constrói de maneira isolada, por isso, entendo que cabe à comunidade transvestigênera refletir sobre suas próprias definições numa perspectiva ética, de cuidado coletivo e política de garantia de direitos.

Sobre essas questões, a ANTRA publicou uma nota que versa sobre a importância da política de cotas e reservas de vagas destinadas em universidades públicas para o acesso da população de travestis, mulheres e homens trans, transmasculinos e demais pessoas trans, pontuando que:

Atualmente, o principal fator que está prejudicando a efetividade das cotas raciais para o ingresso de travestis e demais pessoas trans nas universidades tem sido a utilização das mesmas por pessoas desonestas ou que não entenderam os objetivos que permeiam a criação da reserva de vagas, se utilizando de autodeclarações duvidosas ou de situações que não coadunam com a realidade socioeconômica, vivências ou expressão de gênero que as condicionem à discriminação e marginalização apregoadas a partir da leitura social identitária para usufruírem de direitos que não lhes são legalmente pertencentes. Não bastasse toda a polêmica em torno da constitucionalidade de ações afirmativas baseadas na identidade de gênero, ter ainda poucas universidades que têm se debruçado sobre o tema e criado esse acesso, e as perseguições que essas políticas enfrentam, temos visto de forma recorrente várias

⁶ Disponível em: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/noticias/universidade-federal-cancela-vestibular-trans-intersexuais-pedido-mec/345864.html>

questões na implementação dessas políticas, em especial quanto à identificação dos seus destinatários.

É urgente tornarmos público a discussão sobre os objetivos da política de cotas/reservas de vagas, que não deve levar em consideração o critério exclusivo da autodeclaração, mas buscar compreender todos os fenômenos sociais, culturais e políticos que dificultam o acesso à universidade e as próprias cotas, a fim de assegurarmos que as pessoas trans vulneráveis (sujeitos do direito) sejam as beneficiárias efetivas e possam gozar do acesso que vem sendo conquistado, mas que tem enfrentado resistência em diversos espaços e denúncias públicas de fraudes (ANTRA, 2020, s/p).

Compreendo que o principal fator definidor para as cotas transvestigêneres não é exclusivamente a autodeclaração pessoal desta identidade, mas, sim, os modos pelos quais as vivências transvestigêneres impactam diretamente na trajetória estudantil dessas pessoas que pretendem concorrer às cotas. Por isso, além da autodeclaração, é fundamental uma análise das histórias de vida, este e outros critérios precisam ser definidos em diálogo com a comunidade transvestigênera acadêmica e ativista. Nos últimos anos, o fato de algumas pessoas não se reconhecerem como cisgêneres não as coloca no mesmo lugar de experimentação de violências históricas vividas por travestis e transexuais, categorias fundantes do debate acerca da transfobia.

Não se trata de impor hierarquias, é sobre compreender quem são as herdeiras dessa dívida histórica, pois cerca de 90% de travestis e mulheres transexuais vivem compulsoriamente da prostituição. Em média, 90% das vítimas de transfobia letal são travestis e mulheres transexuais e, em média, 80% das vítimas de transfobia letal são negras. Repito os dados para termos certeza sobre que identidades precisam ser reparadas historicamente, quando pensamos em cotas para a população transvestigênera. Assim sendo, é necessário acolher, entre nós, a diversidade e, de modo crítico, perceber as singularidades. Cotas já!

3 TRAMAS, HISTÓRIAS E DESEJOS DÊS/DAS JOVENS TRANSVESTIGÊNERES UNIVERSITÁRIÊS EM TERESINA-PI

Abordarei, a partir de agora, dados relativos às entrevistas realizadas em 2021 para o “Estudo Multicêntrico sobre os Perfis Socioeconômicos, Geográficos, Culturais e de Vulnerabilidades de Travestis e Transexuais”, genericamente chamada de “Pesquisa Pop Trans”, coordenada pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NESP/CEAM/UnB). A pesquisa teve abrangência nacional e ês/as pesquisadoriês/as foram dividides em “estações”; estive vinculada à Estação Dandara, composta pelos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, com coordenação da Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade (UNILAB).

Como responsável pela produção de dados em Teresina-PI, supervisionei uma equipe de 8 pesquisadoriês voluntáries e 1 pesquisadora bolsista. Conseguimos realizar, ao todo, 25 entrevistas, das quais 5 foram selecionadas para a composição deste trabalho, tendo como critério de seleção: serem jovens entre 18 e 29 anos de idade e estudarem ou terem estudado na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) ou Universidade Federal do Piauí (UFPI). Infelizmente, esses critérios levaram à exclusão das entrevistas realizadas com pessoas que se autodeclaravam travestis e mulheres transexuais. Esse dado corrobora com as discussões anteriores sobre a precariedade e vulnerabilidade às quais travestis e mulheres transexuais sofrem.

O grupo de 5 jovens transvestigêneres é composto por dois homens trans (Akin e Rafael), duas pessoas não binárias (Triz e Lai) e uma pessoa transmasculina (Josyel). Importante ressaltar que tais identidades estão em processo de organização social e política e de registro de suas trajetórias históricas. Para Vércio Gonçalves Conceição (2021), homem trans negro, reconhecido como líder histórico do movimento, compreende que há um apagamento dessa identidade dentro do próprio Movimento Social de Travestis, Transexuais e Pessoas Trans*⁷, em especial de homens trans* negros. As organizações sociais de homens trans* são mais recentes, o que não significa dizer que não há histórico de atuação política desses sujeitos, sendo necessário, portanto, contar e fortalecer essas narrativas.

⁷ Em máxima vênua, as histórias de resistências de travestis e mulheres transexuais que iniciaram, ainda hoje são bases fundamentais para o ativismo político organizado de pessoas transvestigêneres. Neste caso, uso os termos travesti e transexual fora do termo guarda-chuva transvestigeneridade, conferindo a estas identidades o reconhecimento digno que suas atuações históricas merecem.

O termo homem trans* é usado para se referir a pessoas que se reconhecem como homens transexuais ou homens transgêneros, pessoas que ao nascer são designadas com o sexo feminino e posteriormente se autopercebem como homens. O professor e homem trans Guilherme Almeida (2012) entende que homens trans* utilizam diversos recursos para produzir seus gêneros, desde estéticos a cirúrgicos, apontando para uma diversidade. O termo pessoas transmasculinas, por sua vez, é utilizado para se referir a pessoas que se referenciam principalmente pela estética masculina, podem usar pronomes masculinos, mas não se definem exclusivamente como masculinos, operando com uma desconstrução da “masculinidade tóxica”. Pessoas não-binárias não se identificam exclusivamente com nenhum dos dois gêneros, usam pronomes neutros, contudo, podem se identificar com maior preponderância com um dos gêneros e usar esses pronomes também. Por isso, é possível que pessoas transmasculinas/es se reconheçam como não-binárias.

3.1 Apresentação inicial dos participes da pesquisa

Akin Alencar
Meu nome é Akin, sou um homem trans, eu tenho 22 anos e faço história no curso de Licenciatura em História na UESPI. Sempre trabalhei desde muito cedo, eu abri recentemente uma hamburgueria, negócio próprio. Sou bem próximo da minha família, me considero uma pessoa muito caseira. Já militei no Afronte e participei da Resistência/PSOL-PI.
Trix Gomes
Meu nome é Trix Gomes, eu sou de Teresina, Piauí, tenho 24 anos, sou uma pessoa trans não-binária, eu uso os pronomes “ele” e “elu”, eu curso psicologia na Universidade Estadual do Piauí e participo de alguns coletivos, como a Frente Piauí, a Frente Bissexual do Piauí e a Liga LGBT da UESPI e organizo a Resistência do PSOL.
Rafael Santana
Meu nome é Rafael Santana, sou um homem trans, tenho 28 anos, sou formado em comunicação social, orientação em jornalismo pela UFPI. Atualmente, trabalho na área de marketing, design e publicidade.
Lai Nepomuceno
Meu nome é Lai, eu tenho 20 anos, sou uma pessoa trans não binária, faço letras português na UFPI, moro com meus pais, minhas duas mães e meu pai. Tenho vários gatos.
Josyel Araujo

Eu sou Josyel, tenho 27 anos, sou estudante de educação física da UESPI – Torquato Neto. Sou transmasculino, sou bailarino clássico... não sei mais o que dizer... sou sofredor da UESPI!

3.2 No começo de tudo é o nome! Os desafios do Nome Social entre a conquista e a efetivação

“[...] uma das coisas que me fazem ter muita raiva da Universidade é que está o nome morto em todos os e-mails, todas as atividades[...]”
Akin Alencar (2021)

As pesquisadoras e professoras trans* Andreia Lais Cantelli e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (2020), usam a expressão “A ponta do *iceberg*” para se referir às violências vividas por pessoas transvestigêneres em relação ao nome social. Não por acaso, essa é a primeira categoria delimitada nessa pesquisa, afinal parece-me imprescindível que iniciemos nossas apresentações informando os nossos nomes, algo que parece simples, que fazemos com frequência, mas que para pessoas transvestigêneres é sempre, no mínimo, constrangedor e, na maior parte das vezes, massacrante.

A violência corriqueira fica evidenciada na fala de Trix, quanto pontua que “Os episódios mais comuns de transfobia institucional são, é..., o não reconhecimento”. Destaco a expressão “não reconhecimento” para falar do nome social, uma vez que é assim que nos sentimos todas as vezes que o direito ao nome social nos é negado. A psicóloga travesti negra, Jaqueline Gomes de Jesus, define da seguinte maneira nome social: “Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero.” (JESUS, 2012, p. 30).

O nome social está associado ao modo como nos identificamos, nos reconhecemos, bem como desejamos ser identificadas/as e reconhecidas/as. É fundamental, compreender que as pessoas transvestigêneres possuem direito à autodeterminação, ou seja, nós mesmas/as definimos como queremos ser reconhecidas/as. Na obra *Transfeminismo*, resalto que:

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

Nestes termos, o direito ao nome social está atrelado ao conceito de autodeterminação, ou seja, a escolha de um nome diferente do que está em nosso registro civil e que reflete a nossa identidade de gênero. O nome é uma importante expressão do modo pelo qual nos apresentamos no mundo social. Por isso, ratificamos que não são as instituições que devem dizer como nós, pessoas transvestigêneres, devemos ser chamades/as, esse é um direito nosso. Entretanto, apesar de se constituir como direito, sua garantia é bastante burocrática e dificultada pela falta de conhecimento nos setores administrativos das universidades.

Ês/as participantiês da pesquisa estudam na UFPI e na UESPI mas, é importante destacar, ambas as instituições possuem normatizações próprias sobre o nome social. Do mesmo modo, tanto em nível federal como estadual existem legislações específicas. No âmbito federal, temos o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 e, na UFPI, temos a Resolução nº. 003, de 31 de março de 2015. Na esfera estadual, temos a Lei nº 5.916, de 10 de novembro de 2010 e, na UESPI, temos a Resolução nº. 056/2014, de 26 de agosto de 2014. É evidente que o desrespeito com o nome social não é falta de legislação, e sim, carência de informações sobre como efetivar esse direito. Com relação à inserção do nome social na UESPI, Akin Alencar relata que:

Cara, eu tentei. Só que a UESPI tem um probleminha. A Ayra, por exemplo, ela conseguiu depois que ela foi no *Twitter* e reclamou, mas quando a gente pede, esses processos passam muito tempo na administração ou na coordenação do curso, o que é um absurdo, porque é só para botar o nome social no nosso *gmail*, nas coisas. Inclusive, todos têm o meu nome morto, o que é uma das coisas que me fazem ter muita raiva da Universidade, é que está o nome morto em todos os *e-mails*, todas as atividades [...]

No que diz respeito à sua experiência na UFPI, Rafael Santana nos conta que:

[...] não foi fácil, apesar dessa conquista e do que levou essa conquista ser uma coisinha pequena, tinha muita gente na frente botando barreira besta, barreira que não tinha nem que existir porque era uma coisa muito simples, era e é apenas um acréscimo de uma barrinha a mais no sistema, só isso. Só que eu tive que ir e brigar, tive de falar para a mulher como isso já funcionava em alguns locais e tudo mais [...]

Em ambas as instituições temos relatos que nos permitem perceber que a inclusão do nome social não é uma rotina administrativa ordinária dentro dos serviços administrativos da UFPI e da UESPI. Entre os relatos que recebi, tanto nessa pesquisa, como nos muitos diálogos que tive com outras pessoas transvestigêneres, a demora e a falta de protocolo específico eram queixas constantes. O Jovem Akin cita um caso que ganhou repercussão na mídia piauiense, qual seja o da acadêmica de jornalismo da UESPI e ativista social do FONATRANS, que foi até as redes sociais denunciar a transfobia institucional sofrida, conforme a matéria adiante:

A CIDADIA DIVERSIDADE

Transfobia: mesmo com resolução interna, UESPI demora mais de 6 meses para inserir nome social de estudante

Redação Ocorre Diário 14 de fevereiro de 2021



Casos como esses contribuem para que apenas 0,2% da população trans tenha acesso ao ensino superior: ambiente universitário segue reforçando estereótipos e negando existências trans

Não é nenhuma novidade dizer que as universidades brasileiras há muito tempo reforçam e refletem os estereótipos que demarcam as políticas de exclusão do nosso país. As políticas afirmativas começaram sua inserção na educação superior quase meio século depois da invasão europeia ao nosso continente e ainda assim, em 2021, suas marcas históricas seguem afastando jovens negros e periféricos dos espaços acadêmicos.

Matéria Publicada no Corre Diário

Disponível em: <https://ocorrediarario.com/transfobia-mesmo-com-resolucao-interna-uespi-demora-mais-de-6-meses-para-inserir-nome-social-de-estudante/>

Ayra Dias é uma jovem travesti negra e paraense, que migrou ao Piauí para fazer sua graduação, é produtora cultural na cena *ballroom* em Teresina e aparece na imagem com o livro “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis na mão. Para a acadêmica de jornalismo, obstaculizar o uso do nome social na instituição é mais do que uma violência isolada, é um projeto histórico de exclusão de pessoas transvestigêneres ao ensino superior. Na matéria do Correio Diário, Ayra Dias afirma que “não podemos permitir que a universidade seja um espaço destinado a uma maioria branca, cisgênera, de classe média, sem deficiência. Esse tem sido o retrato da universidade por muito tempo, resultando no processo que conhecemos como epistemicídio.”

Após a repercussão midiática, a solicitação de Ayra foi atendida. Aliás, essa é uma tática já conhecida entre pessoas transvestigêneres, quer dizer, expor as violências sofridas na tentativa de constranger as instituições, forçando-as a atender nossas solicitações. Entretanto, nesse processo, não é apenas a instituição que é exposta, afinal é o rosto de Ayra que estampa a matéria. Tais denúncias não são feitas com alegria pois, tanto Ayra, como Akin ou Rafael,

desejaram ter suas solicitações atendidas prontamente, visto que elas têm respaldo legal. Todavia, expor nas redes sociais, “brigar” ou explicar como fazer são rotinas comuns que as pessoas transvestigêneres precisam enfrentar para serem atendidas em suas solicitações. Dentro do movimento social, reconhecemos essa prática de “brigar” para conquistar nossos direitos como “Pedagogia do Barraco”. Conforme registrei anteriormente, a demora, a burocracia e a falta de orientação são o grande entrave para a efetivação do nome social nas instituições. Trix nos conta que:

[...] A UESPI diz que foi uma das primeiras universidades no Brasil a aderir ao nome social, mas nessa resolução da UESPI não diz quais são os passos que esse estudante tem que tomar pra conseguir que a universidade utilize institucionalmente o seu nome social, ou seja, o estudante não tem um meio a quem se direcionar, na resolução ele não sabe direito a pró-reitoria que ele tem que se direcionar, ele não sabe o passo a passo ele tem que fazer, então [...] eu e outros amigos precisamos simplesmente sair mandando e-mail para todos os e-mails possíveis que a universidade dispunha a respeito de questões de estudantes, a respeito de questões de matrícula, para a gente conseguir que alguns desses e-mails fossem respondidos, para tirar nossas dúvidas, além disso as pessoas da recepção que atendiam os telefonemas não sabiam também responder as nossas demandas, então alguns desses e-mails não existiam, inclusive, a própria UESPI [*não tinha*] informação nas redes sociais, seja no *Instagram*, seja no *Twitter* e no Site, não existiam, então muitos e-mails foram desenvolvidos para gente... e eu só consegui ter essa adesão no nome social, quando eu simplesmente me humilhei dizendo que eu precisava muito [...]

Nesse sentido, o que fica evidente é que além das legislações vigentes sobre o nome social, é preciso que o corpo técnico-administrativo receba treinamento que oportunize o conhecimento dos procedimentos necessários para fazer a solicitação. Buscando informações sobre o nome social na UESPI, foi possível encontrar orientações no *site* oficial, na aba de “Perguntas Frequentes”, com o título “FAQ - Como solicitar a mudança do nome social”⁸. e, as mesmas informações estão contempladas no episódio #91 do UESPI Podcast⁹. Ouvindo as informações, me chamou atenção quando tanto a apresentadora, como a convidada, a Diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos, Adélia Leal, usaram a expressão “**aos** travestis e transexuais”, o estranhamento acontece, pois, o movimento social tem reivindicado que a identidade de gênero travesti seja usada no feminino, de modo que seria incorreto o uso da contração “aos” usada no masculino.

Com esse estranhamento audível, resolvi fazer uma releitura da Resolução CEPEX/UESPI nº 056/2014 e percebi que a contração “aos” se repete na legislação: “Art. 1º – Fica assegurado o uso do nome social aos travestis e transexuais nos registros, documentos e

⁸ Disponível em: <https://uespi.br/acesso-a-informacao-faq/> acessado em 01/02/2023

⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qfVwAC_KoL4 acessado em 01/02/2023

atos do controle acadêmico na forma disciplinada nesta Resolução”. É possível que o uso do termo “aos” corresponda ao uso recorrente do masculino como linguagem universal, assim como é possível que, de fato, as pessoas que redigiram a resolução considerassem adequado o uso de artigos, pronomes e contrações masculinas para a identidade travesti: “o travesti/ao travesti”. Tomada pela dúvida, decidi também reler a Resolução COSUN/UFPI nº 003/2015 na qual está exposto o seguinte: “Art. 1º Assegurar ao estudante da UFPI, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, a possibilidade de uso e de inclusão nos registros acadêmicos de seu nome social, nos termos desta Resolução”. Nesse caso, é usado o masculino como linguagem universal, sem referência às identidades travestis ou transexuais.

O cuidado com o texto das legislações também é importante, pois a linguagem produz sentidos e as palavras destes documentos compõem os discursos que circulam dentro das instituições. Em 2014, na UESPI, pessoas consideraram correto utilizar a expressão “aos travestis” e anos depois, em 2021, o termo foi usado em um canal institucional cujo objetivo é fornecer informações. Não é exagero considerar esse “erro” algo violento porque ele materializa, desde a ausência do cuidado de como se referir, à exclusão experimentada por pessoas transvestigêneres dentro de instituições de ensino superior.

Não foram encontradas no site da UFPI informações sobre como proceder para solicitar a inclusão do nome social além das informações que constam na Resolução COSUN/UFPI nº 003/2015. É fundamental que as universidades tenham orientações concretas sobre como fazer o procedimento de inclusão do nome social, uma vez que, de maneira geral, ês/as alunes/as quando chegam às instituições de ensino superior precisam aprender a preencher requerimentos, formulários, organizar documentações, uma rotina burocrática que aos poucos vai se impondo na rotina discente acadêmica e, nesses casos, dificuldades já são sentidas. Ao relatar sobre o seu processo, Lai Nepomuceno destaca que:

Então, isso é um requerimento que eu fiz, não está nem com dois dias que eu preparei. Você tem que enviar para a reitoria para eles aprovarem, tem toda uma burocracia. Eu fiz, vou ver aí como vai desenrolar. Eu não fiz antes por ter ficado afastado por questão do ensino remoto e por não ter tanta afinidade com questões de coisas virtuais. Tô aprendendo agora a como, por exemplo, enviar um *e-mail* para a Reitoria, coisa que eu deveria saber muito antes, mas tô sabendo agora que eu não sou muito ligado nessas questões, mas fiz o requerimento e estou esperando para ver o que vai dar.

Lai relata que está aprendendo como enviar um *e-mail* para a Reitoria e, os procedimentos de requerer a inclusão do nome social, à rotina burocrática se soma a transfobia institucional, tornando o processo ainda mais difícil tanto de ser solicitado, como de ser atendido. Por isso, ratifico que é imprescindível que as universidades promovam treinamento

das equipes e mantenham informações adequadas sobre os procedimentos de inclusão do nome social nos canais institucionais de informação.

Nem a UFPI, nem a UESPI tem formulário próprio para a solicitação de inclusão de nome social, mas no caso da UESPI deve-se utilizar um “Requerimento Discente” padrão, preencher os dados pessoais, marcar “Outros” no campo “Natureza Da Solicitação” e redigir a solicitação no campo “Observações”, anexando cópia do RG. A UFPI apenas solicita envio de requerimento fundamentado para a Pró-reitoria de Graduação ou para a Pró-reitoria de Pós-Graduação, a depender do vínculo, sem fornecer nenhuma informação extra. A existência de um formulário padrão específico para este fim já é realidade em algumas instituições brasileiras e entendo o uso deste formulário como uma prática positiva. Ambas as instituições se baseiam no princípio da autodeterminação para a inclusão do nome social, de maneira que não é exigido qualquer tipo de laudo. A não inclusão do nome social causa violências durante as aulas nas universidades, conforme alguns relatos

- Toda aula tem um professor que eu corrijo... toda aula... toda aula, tipo, ele fala meu nome, mas usa os pronomes femininos... e aí toda aula eu digito “meus pronomes são tals, fale comigo desse jeito”, tipo, toda hora, toda aula e ele não aprende [...] (Trix Gomes, em entrevista concedida em 2021).

- Eu sempre uso Josyel, no final do meu nome completo, entre parênteses, eu coloco o nome de registro, que às vezes teve algum professor ou outro, acho que pela questão da idade, não sei... ficou caçando Josyel na lista a vida inteira e não achou... Tenho sempre que colocar lá no último. E teve o mesmo professor problemático, que estava implicando com a minha, com minha transição, meu nome, ele disse que não era nem para usar esse nome, era para usar o que estava na chamada. Nesse dia, eu não respondi, porque se eu tivesse respondido eu tinha ido furar os pneus do carro dele. Então, eu só virei as costas e deixei ele falando só (Josyel Araújo, em entrevista concedida em 2021).

A partir desses relatos, e a partir das pesquisas produzidas pelas travestis negras nordestinas Maria Clara Passos (2022) e Thiffany Odara (2020), evidencia-se que as experiências de pessoas transvestigêneres produzem outras possibilidades educativas para além do instituído colonialmente nos espaços educativos. Tanto Trix, como Josyel irrompem a lógica cisheteronormativa da sala de aula, anunciam suas experiências para além do que é legitimado e, de modo educativo, afirmam que possuem nomes e/ou pronomes que diferem de seus registros. Além do mais, a correção feita aos professores, não busca constranger, revela aquilo que Paulo Freire (1996, p. 25) afirma: “Quem ensina aprende ao ensinar [...]”, é um diálogo horizontal.

Há uma certa *Pedagogia do Cansaço* quando, ao se expressar oralmente (perceptível apenas de maneira audível) Trix enfatiza “TO-DA aula tem um professor que eu corrijo” e

conclui: “toda hora, toda aula e ele não aprende”. Do mesmo modo, Josyel diz: “Nesse dia, eu não respondi, porque se eu tivesse respondido eu tinha ido furar os pneus do carro dele. Então, eu só virei as costas e deixei ele falando só [...]”. O cansaço se torna evidente, ter que sempre corrigir, sempre informar, sempre ensinar.

Na denuncia feita na matéria do Ocorre Diário, a travesti negra Ayra Dias (2021) nos diz: “Porque eles não nos concedem espaço. Eu, enquanto travesti, vou lutar por minha permanência, porém é cansativo ter que lutar todos os dias por um direito básico que é educação”. A *Pedagogia do Cansaço* se revela na exaustão vivenciada por pessoas transvestigêneres em constantemente terem que, numa postura educativa, ensinar ês/as agentês/es institucionais sobre seus direitos na garantia de seu acesso e permanência nos espaços e na espera lenta e burocrática das solicitações feitas.

Constato, a partir dessas primeiras análises que, apesar de UFPI e UESPI possuírem legislações próprias de garantia do nome social, a efetivação desse direito é obstaculizada pelos seguintes fatores: a) falta de informação sobre os procedimentos de solicitação de nome social nos canais institucionais; b) ausência de formulário de requerimento específico para esta finalidade; c) deficiência no preparo dê/s das agentês/es públicos para informar e encaminhar os procedimentos de inclusão do nome social; d) longa espera para a realização do procedimento.

3.3 Libera meu xixi! Inseguranças cotidianas no uso do Banheiro

“[...] se eu entrasse no masculino tava estranho, se eu entrasse no feminino também estava estranho [...]”
Josiel Araújo (2021)

Além do uso do nome social, outra demanda constantemente reiterada são problemas relacionados ao uso do banheiro conforme a identidade de gênero. É preciso evidenciar que as violências produzidas por essas experiências possuem diversos níveis, desde a expulsão violenta ao medo e constrangimento ao utilizar o banheiro. Nesse sentido, mesmo quando não ocorre nenhuma ação violenta, a transfobia opera de modo a restringir o uso do banheiro por pessoas transvestigêneres. É comum que tenhamos medo, receio, constrangimento em usar os banheiros, porque a violência é sentida por nós, muitas vezes antes de adentrar os banheiros, o que inclusive faz com que muitas pessoas transvestigêneres reduzam a frequência de uso dos banheiros ocasionando problemas de saúde.

Em matéria produzida por Rafael Machado (2019, s/p) para o Portal Drauzio Varella, são apresentadas algumas evidências científicas dos riscos à saúde experimentados por pessoas transvestigêneres em razão do não uso do banheiro, conforme podemos ver em seguida:

Uma pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia identificou que 54% das pessoas transgênero entrevistadas tiveram problemas de saúde relacionados à falta de acesso a banheiros públicos, incluindo infecção urinária. Aproximadamente, 70% tiveram dificuldade para utilizar os banheiros ou sofreram ofensas e ataques físicos nesses locais. A pesquisa recebeu respostas de 93 pessoas trans que vivem, trabalham ou passam longos períodos em Washington, capital dos Estados Unidos. Para os padrões científicos, a amostragem é pequena e localizada, mas são escassos os trabalhos que se debruçam sobre o assunto.

Os dados são poucos e restritos sobre as realidades transvestigêneres, mas as poucas pesquisas corroboram com as trocas de informações que fazemos nos espaços de ativismo social. A matéria de Rafael Machado (2019) destaca que é comum as pessoas transvestigêneres beberem menos água para diminuir a ida aos banheiros, o que pode provocar desidratação, prisão de ventre e azia (falta de água faz com que o muco do sistema digestivo se altere, provocando azia, indigestão e dificuldade para evacuar); infecções urinárias também podem acontecer, sendo mais comuns em homens trans* e pessoas transmasculinas, mas, pode ocorrer em travestis e mulheres trans*, em razão da prática de *aquendar* (prender com fita o pênis entre as pernas, diminuindo o volume). Do mesmo modo, pesquisadores da área da saúde, em uma publicação no *The New England Journal of Medicine*, importante periódico, ressaltam que:

Embora essas questões possam ser decididas pela lei dos direitos civis, os banheiros são importantes para a saúde. As pessoas transexuais que são impedidas de usar banheiros onde se sentem seguras podem sentir que não têm escolha a não ser suprimir as necessidades corporais básicas. O uso tardio do banheiro pode causar problemas de saúde, incluindo infecções do trato urinário ou renal, impactação fecal e hemorroidas. Algumas pessoas transexuais até se abstêm de beber durante o dia para evitar a necessidade de urinar. (SCHUSTER; REISNER; ONORATO, 2016, p. 101)

A partir das falas presentes na pesquisa, é possível evidenciar que o processo transexualizador desencadeia medos e preocupações em relação ao uso do banheiro que anteriormente eram sentidos em menor escala, conforme relata Rafael Santana: “Como eu fui [...] me aceitar mesmo no final do curso eu usava o banheiro feminino e não tinha muita treta por isso, até porque o banheiro masculino é podre, sejamos sinceros. Mas eu usava de boa, tranquilo, apesar de sentir um pequeno desconforto e tudo mais.” Apesar de não ter seu acesso negado, o desconforto ainda se faz presente, essa sensação é comum a pessoas transvestigêneres e é resultado dos inúmeros casos de violência constantemente noticiados.

Na maior parte das notícias, são travestis e mulheres transexuais que são expulsas de banheiros de *shoppings* e de escolas, mas não existe um espaço onde pessoas transvestigêneres possam repousar em segurança. Um caso notório aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), quando o Deputado Estadual Douglas Garcia (PSL-SP) afirmou que "Se um homem que se acha mulher entrar no banheiro em que estiver minha mãe ou minha irmã, tiro o homem de lá a tapas e depois chamo a polícia". A fala foi proferida em defesa do PL 346/2019, que propunha estabelecer o sexo biológico como o único critério para a definição do gênero de atletas em partidas esportivas oficiais no estado. A fala transfóbica do referido deputado foi denunciada pela travesti preta, também Deputada Estadual por São Paulo, Érica Malunguinho.

Podemos compreender esse medo que cerceia e limita o uso do banheiro por pessoas transvestigêneres como um *cisheteroterrorismo*¹⁰, a circulação de discursos e práticas que produzem e incitam a violência sobre corporalidades que não seguem a lógica binária genitalista compulsória entre sexo e gênero (BENTO, 2011; VERGUEIRO 2015; BUTLER, 2017). Para o psicólogo, boyceta, artista e ativista, Suome Matheus Vilela de Lima:

Discursividades e dispositivos cisheteroterroristas são, portanto, essencialmente genitalistas e binários, considerando apenas a possibilidade macho-fêmea; homem-mulher; hétero-homossexual. Assim, a ideia de corpo natural decorre de uma ideia de valor social, um tipo de design de espécies que informa o que deve ser um corpo. Sendo assim, o corpo "normal" é descrito e não descoberto. Ao afirmarmos naturalmente boycetas, visamos problematizar estas normalizações dos corpos.

Dentro desta cisheteronorma, as práticas, discursos e técnicas regulam as experiências acerca dos desejos e formação de saberes por meio de mecanismos de sujeição. As pessoas são classificadas em categorias e fixadas em uma suposta identidade sexual, não dando espaço a outras experiências. Transvestigêneres são classificadas/as/os, desta forma, como desviantes e antinaturais, atravessadas/as/os por processos de animalização e especismo. Nossas existências não chegam sequer a serem enunciadas, o que incorre em uma prática de silenciamento.

A negação do banheiro para pessoas transvestigêneres é resultado direto do *cisheteroterrorismo* que nos destitui de um reconhecimento como seres humanos, a partir do momento que não performamos a identidade de gênero que seria supostamente adequada a nossa genitália. Sobre o uso dos banheiros, há uma implantação perversa, em especial dirigido a travestis e mulheres transexuais, de que o uso compartilhado entre pessoas cis e trans*

¹⁰ A categoria *heteroterrorismo* foi criada pela socióloga brasileira cisgênera, Berenice Bento (2011). A exemplo da pesquisa produzida pela transfeminista brasileira, Viviane Vergueiro (2015), outras pesquisadoras transfeministas tem inserido o prefixo "cis" em outras categorias de análise ampliando assim as possibilidades de reflexão acerca das violências vividas por pessoas transvestigêneres.

implicaria no risco de estupros e de contração de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Tais risco não passam de fabulações cisheteroterroristas que marginalizam pessoas transvestigêneres e restringem seus direitos. A sensação de desconforto é evidenciada na fala de Josyel Araújo, exposta abaixo:

[...] nos banheiros do R.U., como ainda não estava em transição um hormônio, eu usei o feminino para escovar os dentes só, mas já tinha aquele olhar meio diferente das meninas que estravam no banheiro e eu tentava assim... porque se eu entrasse no masculino tava estranho, se eu entrasse no feminino também estava estranho, só que como era o banheiro mais próximo [...] onde tem oportunidade de usar o banheiro masculino eu uso, se não for de uso coletivo, que **eu acho que não tô preparado assim pra passar por certas coisas que tem...** a gente nunca sabe onde é o limite do outro ser humano que tá ali no mesmo ambiente que você. Acho que só... não sei... no shopping eu uso o de cadeirante também, deficiente, banheiro de deficiente, então eu prefiro usar ele para evitar qualquer coisa.

Na perspectiva do cisheteroterrorismo, enfatiza-se que embora nas falas dê/as entrevistadiês/as não o viés de violências físicas ou expulsões em razão do uso do banheiro, fica evidente o medo, receio e constrangimento causado nessas situações, o que pode implicar em danos à saúde física e mental. Ressalto, ainda, que a insegurança é resultado também da ausência de um dispositivo legal que garanta, efetivamente, o uso do banheiro por pessoas transvestigêneres, a partir de sua identidade de gênero. A cartilha *on-line* “O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica?” produzida pela ANTRA e ABGLT orienta que a expulsão de pessoas transvestigêneres de banheiros deve ser denunciado como crime de homotransfobia tendo como fundamento o Mandato de Injunção (MI) do Supremo Tribunal Federal (STF) nº 4.733, de 13 de junho de 2019, equiparou o crime de homotransfobia ao crime de racismo.

A orientação fundamenta-se na interpretação do MI 4.733/2019, uma vez que a ação de expulsar pessoas transvestigêneres é decorrência do preconceito e discriminação. Todavia, embora a interpretação seja legítima, a demanda por um dispositivo jurídico que garanta o uso do banheiro a partir da identidade de gênero ainda é uma demanda para o movimento transvestigêner brasileiro. Desse modo, em junho de 2022, a ANTRA lançou a campanha “STF: libera meu xixi”, para pressionar a corte a decidir sobre o Recurso Extraordinário 845.779 de Santa Catarina (RE 845779 RG/SC), que está parado desde 2015 e versa sobre a violência sofrida por uma mulher trans* em um *shopping* de Santa Catarina. A expectativa é que o resultado, se favorável, coloque fim às discussões sobre o uso do banheiro com relação à identidade de gênero, uma vez que existem mais de 700 casos semelhantes parados na justiça. Além da pressão ao STF, a ANTRA encaminhou ao Deputado Federal David Miranda (PDT),

como parte da campanha “#liberameuxixi”, um projeto de lei que garanta a proteção no uso de banheiros e demais espaços segregados por gênero a travestis e transexuais.¹¹

Como estratégia de divulgação nas redes sociais, várias postagens ainda são feitas usando a #liberameuxixi e, nesse contexto, destaco o *post* feito no *Instagram* da artista trans* Iva Bergson:



Instagram @ivabergson

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoKfvfmLjQz/>

Reconhece-se que alguns esforços já foram realizados com base nas análises realizadas em decorrência do uso do banheiro a partir da identidade de gênero, como a Resolução n° 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT), a qual determina em seu Art. 6º, que “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.” Todavia, desde o golpe de 2016 até o fim do (des)governo Bolsonaro em 2022, o CNCD-LGBT passou por uma descaracterização que fragilizou sua existência como dispositivo de controle, proposição e avaliação de políticas públicas LGBTIAPQ+.

Outro dispositivo importante é a Nota Técnica 02/2020 da Coordenadoria de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE, do Ministério Público do Trabalho, que em seu 3º princípio recomenda

¹¹ As informações foram recolhidas a partir do Instagram da ANTRA (@antra.oficial) disponível em: https://www.instagram.com/p/CfzFoerM3t/?utm_source=ig_web_copy_link

que se “garanta o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa, sendo vedada a criação de espaços de uso exclusivo para pessoas LGBTQI+”.

Recentemente, Membros do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público da Paraíba (MPPB) publicaram a Nota Técnica Conjunta n° 001/2022, na qual são apontadas importantes recomendações para a construção de uma diretriz de política não-discriminatória em escolas e universidades, asseverando que:

Se devem garantir o acesso e o uso seguro de banheiros a alunos(as), corpo docente, demais trabalhadores da unidade educacional em todos os níveis de ensino e pessoas que estejam inseridas no ambiente escolar, inclusive nos cursos de educação profissional técnica, e comunidade acadêmica de ensino superior, conforme sua identidade de gênero (NTC 001/2022, p. 8).

É nítida a existência de esforços diversos que apresentam discussões as quais nos permitem compreender que o banheiro deve ser usado a partir da identidade de gênero das pessoas. Desta maneira, a partir dos relatos e reflexões, aponta-se ainda que UFPI e UESPI não dispõem de qualquer orientação normativa sobre o uso do banheiro por pessoas transvestigêneres. Entretanto, cumpre destacar uma experiência positiva na UFPI, ou seja, a implantação, em 2018, de um banheiro unissex no Centro de Ciências da Educação (CCE), conforme matéria a seguir:



globo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE

MENU g1 PIAUÍ

UFPI cria banheiro unissex e ação divide opiniões de estudantes

Diretor de centro onde banheiro foi lançado afirmou que ação foi para atender a demanda de diferentes orientações sexuais. Iniciativa divide opiniões.

Por G1 PI 08/03/2018 10h29 · Atualizado há 4 anos

Banheiro funciona ao lado de um feminino — Foto: José Marcelo / G1

Entrou em funcionamento no Centro de Ciência e Educação (CCE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPI).

crédito: globoplay

Matéria do G1 Piauí

Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/ufpi-cria-banheiro-unissex-e-acao-divide-opinioes-de-estudantes.ghtml>

Importante ressaltar que as diferentes identidades transvestigêneres possuem diferentes anseios em relação ao uso do banheiro. É comum, por exemplo, que travestis e mulheres transexuais prefiram usar o banheiro feminino, então as identidades têm diferentes demandas. Por isso mesmo, o banheiro unissex não concorre nem substitui os banheiros por gênero, a compreensão precisa ser diversa. Impor o banheiro unissex a todas as pessoas transvestigêneres seria uma prática de segregação social. Nessa perspectiva, as pessoas transvestigêneres, para terem suas diferenças reconhecidas, deveriam ocupar lugares determinados para suas existências, mesma lógica que produziu o *apartheid*.

A educadora cisgênera brasileira, Vera Candau (2008), pensando a educação multiculturalista, compreende que na perspectiva do “multiculturalista diferencialista” o reconhecimento das diferenças produz segregações para garantir espaços próprios para cada grupo cultural. As experiências de *apartheid* na África do Sul e de segregação racial nos EUA evidenciam a existência de banheiros, bebedouros, escolas, ônibus, igrejas para negres/as. Por isso, aponto que embora positiva, a experiência do banheiro unissex não pode se tornar uma experiência segregadora. Assim, o banheiro unissex é uma prática positiva para todos que desejam usá-lo, sendo resguardado o uso dos banheiros, a partir da identidade de gênero expressa por pessoas transvestigêneres. Uma travesti não pode ser impedida de usar o banheiro feminino por conta da existência do banheiro unissex, a travesti deve escolher e se sentir segura para usar ambos os banheiros.

A partir dos relatos e análises, na ausência de normatização específica no âmbito da UFPI e da UESPI, compreendo que duas medidas poderiam ser tomadas: primeiramente, a elaboração de uma normativa interna em ambas as instituições que garanta o uso do banheiro de acordo com as identidades de gênero, e a segunda, uma campanha educativa sobre o uso do banheiro em conformidade com as identidades de gênero, envolvendo palestras (e ações formativas diversas) e a distribuição de material educativo (*folders* e cartazes).

3.4 Os “corres” para se manter na Universidade: a ausência de assistência estudantil

“[...] Eu me sinto expulso da Universidade o tempo todo, porque como homem trans, eu tenho que trabalhar porque a Universidade não me garante uma permanência[...].

Akin Alencar (2021)

A dimensão da assistência social precisa ser compreendida a partir de muitos fatores, afinal, essa pesquisa trata de/das jovens transvestigêneres. Dessa maneira,

interseccionalmente, compreende-se que tanto a juventude como a transvestigeneridade são fatores de vulnerabilização social, assim, também não pode ser desprezada a questão racial.

De acordo com o estudo *Education at a Glance* (2022), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o segundo país com mais jovens de 18 a 24 anos que não estudam ou trabalham, ou seja, em torno de 35,9% dos brasileiros nesta faixa etária não estão matriculados em instituições de ensino e não desempenham nenhuma atividade profissional, sendo importante destacar, que a população jovem do país corresponde a um quarto da população nacional.

O psicólogo Léo Ramos Chaves (2022) sintetiza alguns dados sobre a juventude brasileira que podem contribuir para esta reflexão, primeiramente de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual especifica que, em 2021, o percentual de jovens desempregados é de 41,88% entre indivíduos de 14 a 17 anos e de 26,8% entre os que têm de 18 a 24 anos. Segundo, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2012 e 2018, 53% dos jovens entre 15 e 29 anos ingressaram no mercado de trabalho em ocupações precárias (CHAVES, 2022). O cenário que se desenha é assustador e se divide entre o não trabalhar ou estudar e o trabalho precário.

Se considerarmos a dimensão racial, as pesquisadoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne (2018) apontam que uma “Pedagogia da Crueldade” produz o genocídio da juventude negra brasileira, a contar de estereótipos racistas que enquadram os/as jovens negres/as como perigosa, delinquente e subversiva e, quando não está morta, a juventude negra está encarcerada. Vale ressaltar, que esses estereótipos racistas afastaram os/as jovens negres/as tanto do ambiente educacional como do mercado de trabalho. Infelizmente, os dados sobre pessoas transvestigêneres são escassos e, de modo geral, o recorte da juventude torna essa discussão ainda mais limitada. Entretanto, cumpre destacar que além de ser ínfima a presença de pessoas transvestigêneres no ensino superior, sua exclusão do mercado formal também é uma realidade. Nesse contexto, compreendo que os dilemas de jovens transvestigêneres devam se intensificar numa perspectiva interseccional. No que tange às dificuldades para a permanência na universidade, Akin Alencar, jovem homem trans* negro, interlocutor desta pesquisa relata que:

Então, eu tenho percebido que existe essa dificuldade, nos espaços, e nos espaços normais também que para além da academia, a gente sabe que a transfobia ela vai estar em todos os lugares. Só que uma das coisas que me chateia bastante é que eu esperava que isso também não acontecesse com tanta força dentro da Universidade, por ser um espaço acadêmico, mas as vezes parece que é o contrário, parece que eles querem expulsar a gente o tempo

inteiro. **Eu me sinto expulso da Universidade o tempo todo, porque como homem trans, eu tenho que trabalhar porque a Universidade não me garante uma permanência.**

O desafio de trabalhar e cursar ensino superior é uma grave problemática social que tanto pode comprometer a formação como pode provocar a desistência do curso. A percepção de Akin evidencia que ao não criar condições de permanência, a universidade expulsa jovens transvestigêneres. Ambas as universidades, UFPI e UESPI, dispõem de inúmeras modalidades de bolsas estudantis que, infelizmente, sofreram ao longo dos últimos anos sucessivos cortes, esse contingenciamento afeta toda a comunidade acadêmica. Todavia, percebe-se que numa perspectiva interseccional, jovens periféricos, mulheres negras, mães solo, pessoas negras/as, pessoas transvestigêneres e pessoas com deficiências são mais atingidas/as levando em conta a própria estrutura macrosocial.

Akin Alencar e Josyel Araújo fizeram uso de bolsas, no caso de Akin, Bolsa Monitoria, e Josyel, bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), lembrando que ambas as bolsas utilizam o Índice de Redimento Acadêmico (IRA) como critério de classificação. A bolsa monitoria é uma bolsa de curta duração, quer dizer, a de Pibid pode ter uma duração maior entre 12 e 18 meses, chegando até a 24 meses. É importante considerar que, embora atualmente as bolsas tenham sido aumentadas para R\$ 700,00 (setecentos reais), até o mês de outubro de 2022 o valor de ambas era de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o que valida o desabafo de Akin, quando diz que:

Se eu esperar na UESPI bolsa universitária para me manter, eu morro. Inclusive, porque eu recebi uma bolsa monitoria a pouco tempo atrás e para mim é um absurdo, eu como homem trans ter que me manter 3 meses, com o atraso de 3 meses de uma bolsa, **se eu dependesse desses R\$ 400,00 para viver, eu não vivia.** Então, tipo assim, é uma realidade para mim que a gente sabe que é muito difícil, é muito complicado para gente. Então, eu esperava como homem trans outra coisa da Universidade nesse momento. Mas, o que a Universidade tem me dado, não é isso, né! Então é muito difícil para mim, eu tenho pensado muito sobre essas coisas, **porque é uma coisa que a gente espera, mas não espera, né?**

Para garantir a permanência dê/s alunes/as, a universidade oferta um conjunto de bolsas e auxílios de diversas naturezas, mas de modo geral, as bolsas, além de oferecer benefício financeiro têm por objetivo contribuir com a formação pedagógica e profissional discente, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão e o auxílio, por sua vez, foca objetivamente nas condições de permanência. As diversas bolsas e auxílios têm valores variados, todavia, muitas delas eram fixadas em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e, mesmo com o aumento para R\$ 700,00 (setecentos

reais) ainda é insuficiente para a manutenção dês/das alunes/as. Em razão disso, Josyel Araújo relata que, além de ser bolsista, precisa fazer “outros corres” para sobreviver:

Eu tenho, antes eu tinha o auxílio-moradia. Como eu passei no PIBID, eu tenho os R\$ 400 do PIBID, eu recebo cesta básica do SASC [...] A outra grana que eu tinha era do *delivery* que eu fazia e aí depois roubaram meu celular, foi difícil de voltar, mas, já comprei outro. E aí o estágio eu já sei que não vou conseguir remunerado e não tem lugar nenhum, só está tendo em escola pública e forma remota... o PIBID, eu sinceramente, não sei se vou conseguir aguentar porque a professora todo dia é “gente fazer post, gente relatório, gente reunião”. De manhã aula, de tarde reunião, de noite relatório, ainda tem o balé clássico, tô tentando botar minha vida de volta e agora eu estou como bailarino clássico, eu quero, é isso que eu queria desde o começo, e agora, só agora que eu tô conseguindo a chance e não quero perder isso agora. Eu tô correndo para onde der e também se eu não conseguir fazer *delivery*, que eu tô com certo medo depois do assalto, eu vou ficar só na venda de planta mesmo, tem umas plantas aqui, vou vender, anunciando mesmo, só essa renda.

O relato amplo de Josyel revela os inúmeros “corres” que precisam ser feitos para garantir sua sobrevivência, levando a um cansaço e pressão evidentes: “de manhã aula, de tarde reunião, de noite relatório”, lembrando, ainda, que as bolsas que inserem ês/as alunes/as em ensino, pesquisa e extensão exigem certa dedicação. Além disso, o relato de Josyel, permite perceber que estar como alune/a e ser bolsista reduz o tempo que você pode dedicar-se a atividades prazerosas fora do espaço acadêmico, como é o caso do balé clássico. Há, portanto, inúmeros fatores estressantes na rotina de acadêmiques/cas transvestigêneres, que além de lidar com a transfobia, precisam estudar e garantir condições de subsistência, e na medida que esses/as alunes/as se afastam de atividades livres, prazerosas, de diversão e lazer, compreende-se, neste contexto, que há um maior impacto na saúde mental.

Importante observar que no caso de estágios e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão fora da universidade ês/as alunes/as transvestigêneres precisam lidar com a transfobia também nesses espaços, ou algumas tensões como relata Trix:

E eu também trabalhei em um posto de saúde. No posto de saúde era até um trabalho bem legal, porque era um trabalho mais leve [...] e às vezes eu conseguia estudar nos horários de trabalho, mas esse no posto de saúde a galera acompanhou muito o meu processo de tentar me entender enquanto uma pessoa trans [...]. Tipo, foi um estágio que eu peguei certas transfobias institucionais, certas bifobias também, mas, era um lugar que eu conseguia conversar com as pessoas e elas conseguiam de certa forma compreender, depois de certo tempo, o que era o errado e o que era o certo naquela situação, então tipo, foi bem legal esse processo. Não foi um processo ruim, não foi um processo árduo para mim, foi um rolê bem pedagógico [...].

As tensões ficam evidenciadas e, apesar de considerar um “rolê tranquilo”, destaco a necessidade imposta a pessoas transvestigêneres de explicar-se constantemente. Em entrevista concedida à *Revista Revestrès*, eu destaquei que “O MEC não me paga pra ser didática com

transfóbiques” (NASCIMENTO, 2021). Uma resposta, um pouco explosiva, deve-se exatamente à exaustiva função imposta, por estarmos, o tempo todo, em todos os espaços, respondendo perguntas de curioses/as sobre transvestigeneridade. Pergunto: quantes/as alunes/as, além de se preocupar em exercer suas atividades de ensino, pesquisa e extensão precisam o tempo todo explicar suas identidades?

Nesse sentido, essas outras atividades remuneradas ou com bolsas que complementam a formação acadêmica, além de contribuir para a permanência na universidade são uma necessidade para pessoas transvestigêneres, o que também acarreta problemas e tensões que podem, inclusive, impactar no desempenho acadêmico e/ou na saúde mental, conforme os relatos a seguir:

[...] porque se eu tivesse em casa, se eu tivesse minha família talvez eu tivesse um pouco mais... era como se eu tivesse um apoio, era como se eu tivesse todo fim do dia um lugar para ficar, sem tá muito preocupado com isso. Só que... meu desempenho tá ruim porque a minha situação, hoje, é ruim. Se eu tivesse... se eu não precisasse me preocupar com tanta coisa, meu desempenho com certeza seria melhor, eu dormiria bem, não dormiria duas três horas da manhã e acordaria cinco seis da manhã todo dia com o mesmo pensamento: “será que amanhã vão me mandar embora? será que é hoje que eu vou embora? será que é hoje que vai acabar a comida?” (Josyel Araújo, em entrevista concedida em 2021).

[...] era muita pressão... que eu não dava conta, tanto que eu acho que isso reverberou para que eu... para que minhas notas caíssem na universidade, para que eu não continuasse no curso que eu fazia antes, né, que é o curso de Direito (Trix Gomes, em entrevista concedida em 2021).

Ressalto, mais uma vez, que nas experiências de pessoas transvestigêneres os desafios decorrentes do próprio contexto de formação acadêmica são travessados pela transfobia e outras violências se considerarmos a perspectiva interseccional, como o racismo, no caso de Akin, e a bifobia, no caso de Trix. Portanto, há uma maior sobrecarga nessas violências, pois os desafios de estar no ensino superior soma-se à transfobia e outras violências. Se de um lado a permanência na universidade é impactada pelas condições socioeconômicas, de outro, administrar outras atividades para conseguir se manter na universidade pode trazer impactos negativos quando não se conta com uma estrutura acolhedora.

Nem todas as bolsas e auxílios exigem uma contrapartida em atividades de trabalho, ensino, pesquisa ou extensão dê/das acadêmiques/cas. No âmbito da UFPI, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec) é responsável por administrar os benefícios de permanência (bolsas e auxílios) advindos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), ê/a alune/a pode contar com: Bolsa de Apoio Estudantil/BAE, auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, concedido por 24 meses; Isenção da Taxa de Alimentação – ITA, isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes Universitários;

Auxílio Residência/AR, benefício em pecúnia, de fluxo não-contínuo, apresentado via edital, destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, cujos familiares diretos ou responsáveis legais morem a, no mínimo, 50 Km (cinquenta quilômetros) do Campus. A UESPI, por sua vez, tem as bolsas e auxílios de permanência geridas pela Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX), por meio do Departamento de Assuntos Estudantis e Comunitários (DAEC). De acordo com as informações fornecidas no *site* da instituição, foram encontrados dois benefícios: Auxílio Alimentação Estudantil e Auxílio Moradia, as outras opções demandam contrapartida.

Pretendo insistir na relevância de bolsas cujo foco seja, exclusivamente, a permanência, sem que para isso ês/as alunes/as precisem desenvolver outras atividades, pois, primeiramente, destaca-se que há uma quantidade extremamente reduzida de pessoas transvestigêneres na universidade e, segundo, inúmeras dificuldades somam-se para suas permanências, desde a transfobia cotidiana à vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, enquanto pesquisadora transfeminista, compreendo a necessidade de ampliação do Programa de Bolsa Permanência – PBP, que de acordo com a Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, objetiva: “Art. 3º, I- viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas”, com um valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Compreende-se que este programa, ou outro criado para pessoas transvestigêneres teria um impacto bastante positivo, a exemplo do Programa Transcidadania, ação conjunta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo do município de São Paulo, por meio do qual as pessoas transvestigêneres beneficiadas/as recebem um valor mensal para concluir o ensino fundamental e médio, além de receberem educação profissional e apoio psicológico. Tanto o Programa de Bolsa Permanência quanto o Programa Transcidadania, são exemplos que podem ser seguidos com o intuito de oportunizar melhores condições para que pessoas transvestigêneres permaneçam no ensino superior. No que tange a outras bolsas com atividades de trabalho, pesquisa, ensino e extensão, a participação de pessoas transvestigêneres também deve ser incentivada, todavia, compreendo que uma bolsa com fins de dedicação ao curso tenha efeitos mais positivos, visto que parte das trajetórias transvestigêneres está atravessada por violências, limitações e instabilidades que podem se intensificar com exigências que vão além das atividades formativas básicas da graduação.

O questionamento que posso fazer é: se a universidade tem interesse em criar condições para que as pessoas transvestigêneres acessem e permaneçam nesses espaços, conforme a fala de Lai Nepomuceno, me leva a refletir que:

A universidade, mesmo sendo pública, ela tem um caráter privado, ela atende a interesses privados, ela atende a interesses de certas pessoas. **Então eu não diria que a universidade é um ambiente acolhedor, porque as políticas dentro da Universidade por mais que tenham avançado, elas não são voltadas para a gente, para o público Trans**, elas atendem a uma demanda da cisgeneridade. (Lai Nepomuceno, entrevista concedida em 2021).

É imperioso que a universidade assuma o compromisso ético e político de não apenas integrar jovens transvestigêneres na instituição, mas, de possibilitar reais condições para sua permanência. A singularidade das violências vividas por pessoas transvestigêneres demanda por políticas específicas com reserva de vagas e programas de bolsas permanência também específicos. Além da discussão já apresentada, também pesa o fato de que muitas bolsas têm o rendimento acadêmico como critério e a falta da bolsa acarreta em graves problemas que prejudicam as aprendizagens aferidas matematicamente com o IRA. Nas outras bolsas, cujo critério não é o IRA, pesa a análise da situação socioeconômica e, nesses casos, entendo que a transvestigeneridade deveria configurar com um elemento que amplia a vulnerabilidade. Acredito que, sem políticas específicas, a população transvestigênera continuará com acesso limitado e permanência incerta no ensino superior.

3.5 Táticas de *Trans(r)es(x)istências*: transcentrando relações e ativismos políticos para existir na universidade e além

“[...] tem também as pessoas trans, a partir do momento em que eu consigo me entender enquanto uma pessoa trans, a primeira coisa que eu fiz foi fortalecer essa minha rede de afetos [...]”

Trix Gomes (2021)

Inúmeras são as violências, medos e limitações enfrentadas pela população transvestigênera na universidade e, nesse sentido, me movimenta também para compreender: que modos de existir essa juventude cria para permanecer dentro da universidade; que redes de apoio e afeto são criadas?. A experiência dessiês/as jovens transvestigêneres nos permite ver que a universidade é um lugar que constantemente sufoca a presença de corporalidades que fogem à norma cis-hetero-branco-normativa, conforme destaca Akin Alencar:

Eu só consegui melhorar da disforia depois que realmente eu consegui conhecer mais pessoas trans, que eu tive acesso, conhecimento. Por isso, que eu sou muito feliz em ter acesso a alguns espaços, porque **mesmo sofrendo da forma como a gente sofre e mesmo aquele espaço não sendo para mim, por exemplo a Universidade, eu estou lá e eu estou ocupando.** Porque eles não vão me impedir de ocupar um espaço desses. Porque eles não querem um professor trans, preto, professor de história? Por que eles não me querem falando? Por que eles não me querem militando? Por que eles não me querem falando da minha vida que eu sou normal, sem querer tirar o meu peito? Por que eles não me querem assim? Por que é que eu estou incomodando tanto? Só porque eu existo, não, nossa, isso não tem cabimento para mim. Então eu sou o tipo de pessoa que vai ser chata, eu vou ocupar todos os espaços e vou incomodar mesmo e vou viver. Eu estou vivendo a minha vida e eu estou muita mais feliz que antes. Eu sou um homem trans completo. Não sou completamente feliz porque a gente passa muita dificuldade e o Bolsonaro é meu presidente, né. Não tem como ser completamente feliz. Mas eu estou muito melhor que antes (Akin Alencar, em entrevista concedida em 2021).

A fala de Akin oferece diferentes entradas para reflexões, todavia primeiro quero me prender ao conceito clínico de disforia amplamente difundido entre a comunidade transvestigênera. “Disforia de Gênero” é um diagnóstico classificado a partir do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), atualmente em sua 5ª versão de 2013. De acordo com as CISPesquisadoras brasileiras, Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), os esforços para diagnosticar o “fenômeno transexual” se intensificaram na década de 1950, com os estudos do endocrinologista Harry Benjamin e a partir de então, o uso de hormônios e intervenções cirúrgicas começaram a se configurar como “tratamento” adequado para as transvestigeneridades, desde que um “diagnóstico verdadeiro” fosse realizado com base na não aceitação de seu “corpo natural”. De modo simplório, é isso que o diagnóstico de “disforia de gênero” revela: uma inconformidade com o suposto gênero natural atribuído ao nascer.

O que aponto no livro *Transfeminismo* (NASCIMENTO, 2021), em colaboração com outras pesquisadoras transvestigêneras, como: Céu Cavalcanti (2019), Amara Moira (2017), Viviane Vergueiro (2015) e Beatriz Bagagli (2015), é que a ideia de disforia só ganha sentido se a cisgeneridade é tomada como norma, como régua para avaliar, para medir todas as outras identidades de gênero. Nesse contexto, é preciso evidenciar que nascer com pênis e tornar-se homem ou nascer com vagina e tornar-se mulher não é um processo natural, como muito bem apontam as reflexões de Simone de Beauvoir (1970) e Judith Butler (2017). A cisgeneridade, enquanto identidade, nomeia pessoas que seguem uma ordem compulsória e produzida socialmente entre sexo e gênero. Por sua vez, o regime de poder e verdade cisnormativo emerge com a colocação da cisgeneridade em discurso e, nesse contexto, a cisgeneridade é um dispositivo que articula, coloca em ações saberes e poderes a partir de diversas instituições, com o intuito de classificar e hierarquizar pessoas a partir da produção normativa da cisgeneridade e consequente marginalização de pessoas fora desse padrão.

Ao questionar-se sobre o ódio por si mesmo, o transmaculine acadêmico de fonoaudiologia, Lucius Luz Gomes (2021,89), responde que “Não sei CIS tô certo, mas tudo foi culpa do branco europeu com seus privilégios que implantaram a raça, o gênero e até a p**** de como, e com quem eu faço sexo.” É preciso situar a universidade inicialmente como parte da estrutura colonial que, como apontam Aníbal Quijano (1992), Maria Lugones (2014) e Viviane Vergueiro (2015), classifica e hierarquiza a partir dos eixos de raça, classe e gênero, definindo aqueles/as que terão ou não status de humanidade, colocando como padrão o homem, branco, cisheteronormativo, burguês, cristão e sem deficiências.

Desse modo, por ser colonial, a universidade a partir de sua estrutura física, burocrática e pedagógica também pode ser definida como um espaço cisnormativo, que tanto cria obstáculos para acadêmiques/as transvestigêneres, como não se empenha em resolvê-los. Assim sendo, a disforia sentida por Akin é resultado direto da ausência de corporalidades de pessoas transvestigêneres nos espaços universitários e que não validem constantemente a norma cisgênera causando desconforto, medo, insegurança nas pessoas que se diferenciam da norma estabelecida. É importante dimensionar o processo de disforia sentida por Akin não como um processo interno simplesmente, é fundamental, nesse contexto, “desprivatizar” a dor, como propõe a psicóloga travesti Céu Cavalcanti (2019, p. 35-36):

Precisamos com urgência pensar sobre nossos sofrimentos, mas na mesma medida, precisamos com urgência estabelecer processos de desindividualização e desprivatização desse sofrimento, especialmente os que decorrem de transfobia em seus vários níveis. Mas aqui nos atentemos juntas, pessoas leitoras, desprivatizar não implica abandonar a percepção das linhas de singularidade que nos forjam em nossas próprias diferenças. Desprivatizar dores não é dessingularizar dores. E em relação às pessoas trans, é justamente o movimento de privatização da dor e recusa às singularidades que promove o viés patologizante com vazia pretensão universalista. Prestemos atenção.

É preciso entender que apesar de singular, a dor de Akin, todas as nossas dores, de pessoas transvestigêneres que ocupam a universidade, não são “nossas” apenas, elas são infligidas como consequência de um regime cisnormativo. Embora sejamos nós que recebemos um diagnóstico, é a cisgeneridade que se encontra adoecida ao naturalizar seu próprio gênero. Akin, então, revela que para ocupar a universidade, para dirimir os efeitos disfóricos de estar em um espaço cisnormativo, segue sua busca por outras pessoas transvestigêneres, uma tática também utilizada por Nai Nepomuceno:

Então, as minhas redes de apoio são basicamente meus amigos. Pela questão de que no último ano, **eu venho buscando *transcentrar* as minhas relações... em amizade pelo menos.** Porque eu acabei me sentindo muito sozinho, de ter amigos que... não que se afastaram, mas que não compreendem uma totalidade sabe? Então eu busco isso nos meus

amigos... as nossas conversas acabam sendo no tema central muitas vezes, a gente discutindo esses afetos e como...como a gente pensa e sente eles. Então... essas questões, eu busco apoio mais nos meus amigos. A gente está sempre conversando sobre e acho que se não fosse por eles, eu teria uma visão muito... muito mais pessimista acerca das relações que eu posso construir. Ainda bem que esse último ano eu conheci pessoas incríveis que influenciam diretamente a minha vivência e que tão sempre construindo coisas novas, trazendo novas discussões e acho que **isso enriquece muito e ajuda muito a minha saúde mental e sem dúvidas me ajudou muito na minha aceitação** (Nai Nepomuceno, em entrevista concedida em 2021).

Transcentrar é um conceito que tem circulado com frequência entre pessoas transvestigêneres nas redes sociais e movimentos sociais. Para Noah Scheffel (2022, s/p), homem trans e profissional na área de tecnologia da informação, “TRANScentrar é o ato de realizar algo junto às demais pessoas que também são trans”. A ideia de *Transcentrar* as relações pode acontecer tanto em relações amorosas como em amizades, portanto, se trata de *Transcentrar* o afeto. Compreendo que o *transcentramento* das relações é uma prática de amor nos termos que propõe a teórica feminista negra Bell Hooks (2020), amor como uma prática ética, política e coletiva, um amor que se move como ação, e não apenas como sentimento.

Quando pessoas transvestigêneres buscam *Transcentrar* suas relações, tentamos diminuir o excesso de explicações sobre nós mesmas/as que precisamos sempre fazer, além de reduzir nossa exposição à transfobia. Toda pessoa transvestigênera sabe muito bem o que é ter que ouvir “piada” ou “comentário” transfóbico em espaços majoritariamente cisgêneros, ou constranger-se ao ter sua identidade de gênero colocada no centro de uma discussão. Nessa proposição, não busco afirmar que espaços ocupados exclusivamente por pessoas transvestigêneres sejam livres de violências, afinal nossas subjetividades são forjadas atravessadas pela colonialidade. Entretanto, ao *Transcentrar* nossas relações buscamos assumir um compromisso ético e coletivo de uma prática de amor que se desdobra em cuidado coletivo.

Ao *Transcentrar* as relações, as pessoas transvestigêneres descolonizam o espelho, na medida em que esse espelho não opera mais devido a um pacto narcísico, a busca é por perceber-se em outre/a transvestigênera, de modo acolhedor, não para afirmar individualismos, uma vez que as singularidades são respeitadas e fazem parte de trama coletiva de *trans(r)es(x)istências*. Buscar a si nes/nas semelhantes não para mirar-se sozinho/a, mas para existir coletivamente. Trix Gomes, revela que sua rede de afeto inclui pessoas LGBTQs e do movimento social e destaca que:

Além disso, tem também as pessoas trans, a partir do momento em que eu consigo me entender enquanto uma pessoa trans, a primeira coisa que eu fiz foi fortalecer essa minha rede de afetos, foi fortalecer também esse espaço, sabe, pra mim, porque eu entendo que estando com pessoas que sentem coisas similares a mim e que de certa forma se parecem comigo, **eu consigo me entender melhor** e eu consigo estar no mundo de uma forma mais

saudável e **também consigo fazer com que essas pessoas também se sintam bem** e também consigam permanecer no mundo de forma mais saudável, então, tipo, eu consegui ampliar minhas redes também nesse sentido, de estar com pessoas semelhantes a mim.

A fala de Trix revela o aspecto coletivo de retroalimentação que o *Transcentramento* de relações proporciona, uma cura coletiva a partir do compartilhamento de feridas, quando a dor pode ser transmutada em potência para existir em espaços cisnormativos. Para além da dor, compartilha-se amor, produz-se ativismo político, cria-se afeto. Na fala de Akin, *Transcentrar*, reduz a disforia; para Lai, ajuda na autoaceitação; para Trix há um fortalecimento mútuo, abrigar-se em outrem *trans-semelhante* é a principal ferramenta ética e política de cuidado usada por jovens transvestigêneres para permanecer na universidade. Uma permanência que é uma guerra, que se reverbera em luta, a ocupação é violenta, pois desmobiliza a estrutura, então, retomo os questionamentos de Akin, quando expõe:

Porque eles não querem um professor trans, preto, professor de história? Por que eles não me querem falando? Por que eles não me querem militando? Por que eles não me querem falando da minha vida que eu sou normal, sem querer tirar o meu peito? Por que eles não me querem assim? Por que é que eu estou incomodando tanto? (Akin Alencar, entrevista concedida em 2021).

Compactuo com a artista interdisciplinar transvestigênera, Jota Mombança (2022), quando afirma que, embora assumamos o nosso lado nesta guerra, que tracemos táticas de guerrilha para existir, que ocupemos a universidade fazendo barricadas, esta guerra foi convocada a nossa revelia, nosso grito de protesto é uma resposta às violências que perpassam nossas corporalidades, em qualquer espaço que ousemos existir. É difícil ocupar um lugar no qual não somos desejades/as, mais difícil ainda é compreender que esse lugar raramente existe, e as palavras da transnordestina Ceú Cavalcanti (2017, s/p) expressam esse sentimento, quer dizer:

Estar no lugar da des-esperança, do lugar onde em geral não se espera quase nada de nós (e se surpreendem quando descobrem que temos a capacidade de pensar). Ocupar o constante lugar do erro e sermos constantemente lembradas disto por todos os veículos possíveis. Estar no lugar onde os afetos e os tesões a nós dirigidos são sempre pensados duas vezes, possíveis de existir apenas caso se esgueirem pelas sombras, rápidos e sorrateiros — e que ninguém saiba. Ocupar o lugar do corpo que em si próprio, não deve ousar planejar muito tempo de vida, pois esta pode ser retirada a qualquer momento.

“Eles não nos querem”, nós ousamos existir sem o consentimento da cisgeneridade, é nessa *trans-trama* coletiva que nosses/as corpes/as se encontram e criam *Trans(r)es(x)istências* na universidade, estar juntas/as é uma tática para vencer a *Pedagogia do Cansaço*, afinal é cansativo todos os dias explicar o nome social, sentir medo de usar o banheiro com base na

identidade de gênero, sair de casa sem saber se volta vive/a, todas essas violências cotidianas podem despotencializar as corporalidades transvestigêneres com afecções negativas, portanto, é fundamental Transcentrar as relações recarregar-se de afeto, de potência para existir.

A existência coletiva a partir do *transcentramento* das relações também faz com que ês/as jovens transvestigêneres construam coletivos políticos dentro e fora da universidade ampliando assim a ação histórica do Movimento Social de Travestis, Transexuais e Pessoas Trans*. Historicamente, as raízes do ativismo político transvestigênere remonta ao ano de 1979, no Espírito Santo, quando Jovanna Baby fez parte da criação da grupo “Damas da Noite”, coletivo de prostitutas cisgêneras e transvestigêneres. Posteriormente, Jovanna Baby parte para a capital carioca, Rio de Janeiro e funda, em 1992, juntamente com Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique Du Bavieur e Claudia Pierry France, a Associação de Travestis e Liberados (Astral).

Jovanna Baby Silva (2021) e Thiffany Odora (2020) acentuam que a organização política composta por travestis e transexuais se fazia necessária dada a existência de reivindicações próprias que não encontravam acolhida nem no Movimento Homossexual, nem no Movimento de Prostitutas. Nesse sentido, é útil enfatizar que travestis, transexuais e pessoas transvestigêneres ocupam diferentes movimentos sociais. Nesta pesquisa, temos participiês como Trix Gomes da Liga LGBT da UESPI e Lai Nepomuceno que construiu o Movimento por uma Universidade Popular (MUP) e a União da Juventude Comunista, assim, em ambos os casos se destaca a participação em movimentos sociais que não são compostos só ou majoritariamente por pessoas transvestigêneres.

Essa atuação em movimentos diversos justifica-se também numa perspectiva interseccional afinal, ês/as sujeites/as podem estar inseridos em diferentes tipos de opressão e, portanto, de ativismo. Desse modo, a professora travesti preta, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) problematiza invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros no Brasil. Ocupar diferentes movimentos sociais gera algumas tensões, contudo essas diferenças são educativas, como defende o professor Miguel Arroyo (2014). Para a pedagoga travesti preta, Maria Clara Passos (2022, p. 41):

É sabido que cada movimento possui a sua singularidade. No entanto, o entrecruzamento das opressões tem se concretizado nas esferas sociopolítica, cultural e educativa. Por isso, ressalto a potencialidade de coalizões entre as mais diversas pautas como as lutas por moradia, pelos direitos das mulheres, pelo fim da exploração trabalhista, por práticas antirracistas, pelo reconhecimento da LGBTQIA+fobia etc. Ainda que com contradições e ambivalências, acredito ser possível uma frente ampla pela construção democrática.

A luta contra a transfobia, portanto, pode se encontrar e se fortalecer com outras lutas, o que faz esses atravessamentos serem educativos e contribuírem com o processo formativo dês/das própriês/as sujeites/as enquanto agentes políticos. O relato de Lai Nepomuceno traz à tona muitas dessas questões, quando explica que:

Eu construo o MUP - Movimento por uma Universidade Popular - e a União da Juventude Comunista aqui no Piauí. Nesses últimos meses estou um pouco afastado por questões de saúde mental, tô focando mais em ficar bem para voltar. Mas, são partes importantes na minha vida pela questão que eu acho cada vez mais necessário que o que tá na universidade seja levado para comunidade. Então, nesse sentido o MUP é muito presente na minha vida porque ele me ajudou a enxergar essa dimensão maior do que é produzido, do que pode ser levado e integrado. Os movimentos sociais são muito importantes para mim e acho que são sim o caminho para que a gente tenha uma mudança efetiva na nossa sociedade (Nai Nepomuceno, em entrevista concedida em 2021).

Primeiramente, ficam evidentes as tensões que podem ser produzidas dentro do movimento social, a ponto de ser necessário se afastar para se cuidar e depois retornar; esse *autocuidade* é fundamental quando se pretende ocupar espaços de disputa social, uma vez que os diálogos realizados demandam gasto de energia. A psicóloga travesti, Ceú Cavalcanti (2017) aponta o *autocuidade* como uma ética fundamental para o Transfeminismo, explicando que “Sustentar um corpo que é ao mesmo tempo trincheira de luta e máquina de guerra exige gastos imensos de energia, seja em qual contexto for”, por isso, é fundamental que pensemos o autocuidado, a autoproteção, a autopotencialização, numa dimensão coletiva também. Acredito, que para Lai, deixar o MUP não é abandonar a luta é fortalecer a própria corporalidade como máquina de guerra.

Ainda sobre o relato de Lai, quero destacar que tanto o MUP quanto a União da Juventude Comunista são movimentos que mobilizam de maneira fundante a categoria classe, debate que pode e deve ser desenvolvido numa perspectiva interseccional. Acredito que a presença de Lai favoreça a ampliação dessas reflexões, afinal pessoas transvestigêneres não são as donas dos meios de produção, é fundamental nossa inserção e contribuição dentro do campo da luta de classes. Monique Prada (2018) coloca em “Putafeminista” as prostitutas/putas como trabalhadoras do sexo, um aporte grandioso para a caracterização das prostitutas/putas como membras da classe trabalhadora. Como brada Paul B. Preciado, “Trabalhadores do cu, uni-vos!” A experiência vivida por Trix Gomes também é bastante potente, quando explica que:

A liga LGBT é tanto um projeto de extensão, quanto um projeto político dentro da universidade, só que infelizmente, devido a pandemia, a gente não tá conseguindo se articular e se organizar, meio que tá parado, já vai fazer mais de um ano que a liga não consegue caminhar. E aí vem um peso também, né, para nós, LGBTQIA+, isso mostra que a gente não está conseguindo dar conta, nem da universidade e nem do político, mostra

essas fragilidades. Antes da pandemia, a Liga costumava fazer rodas de conversa na UESPI, a gente também tinha as formações políticas né, a respeito de questões relacionados a gênero, questões relacionadas a sexualidade.

O formato de Liga Universitária pressupõe a participação efetiva de alunes/as, diferentes de outros coletivos e projetos acadêmicos cujos responsáveis principais e/ou proponentes são docentes das instituições, as Ligas assumem o protagonismo discente. A Liga LGBT da UESPI revela um caráter de educação política sobre as questões de gênero e sexualidade que fica perceptível ao visitar o *Instagram* <@ligalgbt_uespi> com a realização de rodas de conversas (inclusive em parques abertos), palestras, participação e organização de eventos com a tradicional Semana do Orgulho de Ser que antecede a Festa da Parada do Orgulho de Ser em Teresina, organizada pelo Grupo Matizes.



Post do *Instagram* @ligalgbt_uespi
Roda de Conversa sobre Diversidade e Relacionamentos Abusivos
30 de junho de 2019

Ressalta-se que a Liga LGBT é composta tanto por pessoas da comunidade como por pessoas cisheterossexuais, contudo pessoas LGBT são maioria, assim, ressalta-se a potência de trocas. Numa dimensão interseccional, Trix é tanto uma pessoa trans não-binária como bissexual, pertence a mais de uma “letrinha”. Apesar de a pandemia ter produzido uma paralisação da Liga, a partir de seu *Instagram* constata-se que desde sua fundação até os primeiros momentos da pandemia muitas atividades e *posts* de cunho educativo foram realizadas reforçando o caráter pedagógico do Movimento Social de Travestis, Transexuais e Pessoas Trans*, como elucidam as travestis pretas Maria Clara Passos (2022) e Thiffany Odara (2020).

Por sua vez, Rafael Santana e Josyel Araújo participam de coletivos compostos por pessoas transvestigêneres, o que ressalta a importância de criar espaços próprios de articulação e formação política. O que destaca, neste sentido, é que faz parte das táticas adotadas por pessoas transvestigêneres participar tanto de espaços exclusivos de ativismo social para pessoas transvestigêneres, como de espaços onde lutas sejam compartilhadas. Rafael Santana é cofundador do Coletivo 086 que traz como lema “Voz e Vez pra TODES”, os líderes e fundador do Coletivo são Homens Trans*, embora majoritariamente transvestigêneres, pessoas cisgêneras atuem como colaboradoras. O foco central do Coletivo 086 é produzir conteúdo digital e audiovisual que possibilite difundir as histórias de pessoas transvestigêneres e LGBTQIAP+ produzidos pela própria comunidade.

Em sua ação de estreia, o Coletivo 086 lançou em janeiro de 2020 o “*Transdoc*”, produzido por Grax Medina Gutiérrez, Rafael Nunes Santana, Rodrigo Moara Sobieski e Daniel Victor Moura Albano. O “*Transdoc*” reuniu relatos de vidas de várias pessoas transvestigêneres piauienses, incluído o meu e o de Rafael. As gravações foram realizadas aos fins de semana, em Teresina-PI, no apartamento do homem trans, mexicano, jornalista, produtor de audiovisual, roteirista e cofundador do Coletivo 086, Grax Medina. A sensação que tive ao entrar é que era uma produção caseira feita com muito empenho, havia uma bandeira trans na parede de fundo para as filmagens, mas a iluminação e a câmera eram profissionais. Grax manuseava a câmera fazendo as filmagens e os demais ajudavam na iluminação, havia um lanche organizado que era servido às pessoas que chegavam para filmar de acordo com a agenda de gravações. Não é possível assistir ao “*Transdoc*” na íntegra, mas os produtores já realizaram várias exposições e alguns *teasers* estão disponíveis no Youtube do Coletivo 086.



Exibição do “*Transdoc*” na Casa da Cultura de Teresina-PI
da esquerda para direita, Rafael Santana, Letícia Carolina Nascimento, Daniel Albano e Grax Medina
01 de fevereiro de 2020
Fonte: @coletivo086



Peça publicitária do “Transdoc” em alusão a data 15/05 – Dia do Orgulho de Ser Travesti e Transexual, na imagem Rafael Santana no estúdio de gravação.
Fonte: Facebook Coletivo 086

Além do “*Transdoc*”, o Coletivo 086 realizou duas edições do “Congresso On-line de Corpes e Subjetividades TRANS”; realiza posts informativos sobre as datas comemorativas e de luta do calendário LGBTAIAP+; em janeiro de 2021, organizou a “Mostra Visibilidade” no Cinemas Teresina, com exibição de 3 filmes/documentários que tinham como protagonistas mulheres trans*: “Alice Júnior”, “Fabiana” e “Maria Luiza”; e já produziu algumas campanhas publicitárias educativas, como a campanha “Prevenção pra todes”, que objetiva sensibilizar a comunidade sobre a incidência de câncer de mama entre a população transvestigênera.



Peça publicitária campanha “Prevenção pra Todes”
Fonte: Facebook Coletivo 086

Por sua vez, Josyel Araújo participa da Associação de Trans Masculinos do Piauí (ATRAMS), conforme relata:

Eu tava... acho que ainda tô no grupo da, mas assim, a gente só tem um grupo no *WhatsApp*, conversa e às vezes tinha antes, por exemplo, sempre tinha o jogo da gente: “*FutTrans*”. Eu participei só uma vez, que foi assim que eu tinha conhecido mesmo o grupo, fui mesmo só para zoar, porque nem jogar direito, eu não sabia. Tem o grupo de *WhatsApp* da ATRAMS e tem um grupo que é da galera transmasculinas, por fora, que é só pra conversar “peta” mesmo. A galera conversa de tudo, de hormônio, de ajudar com trabalho, é dúvida, “ah, eu tô ansioso, gente me ajuda?”, “Gente corre aqui”, “óh, eu tô vendendo tal coisa”... E alguns assuntos +18 (“mais dezoito”) também, dúvidas também quanto a *packers*, *binders*, muita coisa mesmo! No da ATRAMS, é mais informações sobre órgãos que podem te ajudar a tirar o nome da carteirinha social, acompanhamento médico, cuidado com a questão do hormônio, doação de roupa, alimento, oferta de trabalho é mais informativo. O outro grupo é só coisas bem aleatórias mesmo.



“*FutTrans*” organizado pela ATRAMS no Parque Potycabana
 Na imagem: Josyel Araújo (blusa branca e azul) e outros jovens transmasculinos
 26 de janeiro de 2020
 Fonte: *Instagram* @atramsoficial

Ao visitar a página de Instagram do grupo <@atramsoficial>, constatei que o “*FutTrans*” realizado foi parte da atividade “Corpos em jogo, Roda de conversa e lazer”, que além da partida de futebol entre jovens transmasculinos contou com uma roda de conversa com a participação de uma psicóloga. A página de rede social do coletivo conta com divulgações de informações relevantes e participações em eventos formativos e de lazer. Interessante perceber, a partir do relato de Josyel, que nem todas ês/as jovens transvestigêneres têm relações de efetiva construção em coletivos sociais, entretanto, percebe-se que a ATRAMS acaba sendo uma instituição de referência e de trocas coletivas, um espaço informativo e educativo.

Outro aspecto importante é a participação do Josyel em um grupo de *Whatsapp* com pessoas transvestigêneres para trocas diversas, uma tática que produz um *transcentramento* das relações, a partir de uma organização política e educativa fluida. Outros jovens também relatam detalhes dessa prática:

Eu fiz um grupo no *WhatsApp* com uma galera trans, porque eu conheço muito homem trans e muita menina trans da periferia mesmo, sabe? Muita gente trans preta, e aí eu estava

tentando organizar com eles, um encontro só nosso, só de pessoas trans para a gente realmente conseguir de alguma forma conversar, se conhecer. Eu quero muito aproximar as pessoas trans que eu conheço, para que elas se conheçam também, para que a gente saia dessa bolha de galera cis, e pare de se comparar, sabe? E consiga viver melhor, fazer amizades melhor e de alguma forma se aquilombar, né? A gente se *transquilombaria* de alguma forma, porque não existe nada melhor do que uma amizade transcetrada, né? (Akin Alencar, em entrevista concedida em 2021).

Além disso, eu tenho um pequeno grupo no *WhatsApp* para ajudar com questões que envolvam política, saúde, educação algumas pessoas trans, na maioria, pessoas trans que estejam chegando agora que não sabem muita coisa e que querem se informar com relação a médico ao tratamento e tudo, a gente conversa “ah, assim...” a gente mostra os caminhos porque eu e muitos outras pessoas trans tiveram essa dificuldade de não ter alguém que tivesse lá ajudando: “oh vai por aqui”, “faz por aqui”, não! Eu por exemplo, acho que passei bem um mês três meses batendo cabeça pra retificar meu nome e hoje em dia eu sei que em um mês você consegue (Rafael Santana, em entrevista concedida em 2021)

A “cibercultura” pensada pelo sociólogo espanhol, Manuel Castells (1999) tem proporcionado à sociedade novas formas de interagir, encurtando espaços, flexibilizando o tempo. Por sua vez, o filósofo polonês Zygmunt Bauman (2001) entende que na “modernidade líquida” as relações sociais são mais frágeis, fugazes e maleáveis. Os grupos de *Whatsapp* apresentam-se, então, como uma possibilidade de aproximação de experiências transvestigêneres sobre temáticas e demandas diversas como trabalho, sexo, assistência social, apoio emocional, saúde, dentre outros. De acordo com o CISpesquisador, Thiago Coacci (2014), a ocupação transvestigênera na internet/redes sociais numa perspectiva política e educativa tem origem no início dos anos 2000, com o *blog* chamado “Transfeminismo”, criado por Aline Freitas, reconhecidamente perscrutora do Transfeminismo brasileiro. Posteriormente, em 2011, a página “Transfeminismo”¹² é criada no *Facebook* e, em formato de *blog*, esta segunda iniciativa tratava-se de um projeto coletivo que contava com grandes nomes como Viviane Vergueiro e Hailey Alves.

Seja por meio de *blogs*, páginas de *Facebook* e *Instagram* ou *Whatsapp*, o ciberespaço é um território explorado por jovens transvestigêneres, pontuo, embora de certo modo, as redes sociais ofereçam liberdade de expressão, nem sempre estão disponíveis para jovens transvestigêneres, uma vez que conjunturalmente nem as juventudes nem as pessoas transvestigêneres possuem o direito de falar sobre si mesmas/as. A socióloga e pesquisadora em juventudes Celecina Sales (2001) aponta uma desqualificação dos discursos dês/as jovens de modo que “nas redes sociais, por exemplo, os jovens estabelecem suas redes de relacionamento, criam formas de afiliação, assim esse tipo de interatividade proporciona

¹² <<https://transfeminismo.com/>>

identificação de gostos, de estilo, de uma estética e linguagem própria" (SALES, 2010, p. 26). Assim sendo, percebe-se que o ciberespaço se constitui como um território possível de ocupação política, educativa e afetiva entre jovens transvestigêneres, uma tática de *Trans(r)es(x)istência*.

Retomando a fala de Akin Alencar, jovem homem trans negro, percebe-se que o pensar interseccional atravessa seu desejo de *transcentramento* das relações e o conceito de *transquilombaria* reflete essa potência. Para a historiadora negra brasileira, Beatriz Nascimento (2018), o quilombo aponta caminhos para outros modos de ser e existir coletivamente rompendo com a lógica de estratificação hierárquica colonial, assim, o quilombo possui um “caráter libertário, é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo”, (NASCIMENTO, 2018, p. 211). A metáfora *transquilombaria* faz emergir a urgência de seguir ampliando o debate racial entre pessoas transvestigêneres de maneira *transcentrada*.

As travestis pretas Maria Clara Araújo, Giovanna Heliodoro e Erika Hilton (2018) apontam o *Afrotransfeminismo* como possibilidade de racializar e interseccionalizar os debates e ativismos feitos por pessoas transvestigêneres. A histórica liderança do movimento transmasculino negro brasileiro, Leonardo Peçanha (2021 p. 139), pontua que:

A união entre homens trans e transmasculinos negros é uma potência e resistência que deve existir para que possamos lidar com as dificuldades, também as alegrias. As referências de transmasculinidades negras vêm crescendo no Brasil. O empoderamento de um homem negro trans é importante, pois a visibilidade se dá de maneira diferente. Pela dificuldade de acesso e visibilidade que as pessoas negras (cis ou trans) têm na mídia e na sociedade, precisa ter mais visibilidade trans negra positiva. Hoje temos muitos homens negros trans que podem ver no outro alguém igual. [...] A questão racial é determinante para entender o lugar pelo qual homens negros trans passam, que é bem diferente dos demais homens trans. Empoderar, visibilizar homens negros trans para estarem em diversos espaços e fazer valer a representatividade plural das transmasculinidades e transmasculinidades negras brasileiras.

Entende-se, então, que a metáfora *transquilombaria* reforça a dimensão interseccional presente em muitos relatos dê/s das jovens transvestigêneres, assim o *transcentramento* precisa operar considerando a diversidade de demandas, problemáticas e potências sociais que atravessam ê/s as jovens transvestigêneres, pensando de modo aliançado raça, gênero e classe. As táticas de *Trans(r)es(x)istências* criam modos de existir na universidade para além dela, um processo que é político e educativo, uma ocupação pequena e corajosa, que vence o medo e cria esperança.

MANIFESTO TRANS(R)ES(X)ISTIR NA UNIVERCISDADE

Eu espero que eu esteja vivo!
Trix Gomes

Como encerrar um texto que não tem fim, uma trama que não começou em mim, mas me atravessa, que segue para além de mim? Sou uma parte sem todo, somos partes do nada, somos o esvaziamento da ideia de humanidade e o temor das pessoas cisgêneras é exatamente esse: não queremos fazer parte disto que vocês chamam humanidade. As pessoas transvestigêneres são oráculos do fim do mundo moderno, elus/elas anunciam a dissolução de umas das ficções mais caras às estruturas coloniais: gênero. O ódio da cisgeneridade vem de sua incapacidade de retirar os próprios pés do chão enquanto nós transvestigêneres pulamos abismos e voamos livremente. E quando tocamos os pés no chão, fazemos isso de pés descalços, de peito(s) nú(s). Fazemos de nossas corporalidades máquinas de guerras (des)orgânicas para colapsar o cisheteropatriarco burguês e cristão.

ELES (CIS)TEMEM A NOSSA LIBERDADE

Eles nascem com seus corpos, nós criamos corporalidades. Eles instituíram universidades para produzir conhecimento, nós (des)aprendemos experimentando nossas corporalidades. Eles se casam no papel, nós amamos com nossas corporalidades. Eles ergueram igrejas para adorar um deus, nós somos corporalidades que assumem sua própria criação. Eles institucionalizaram o mundo, nós as instituintes do caos. Somos a alvorada do amanhã que não nascerá e que sem luz ciscegará o mundo. Somos damas de paus, reis sem coroas, valetes sem gênero, triunfamos na derrota.

DECI(S)FRA-ME, OU EU TE DEVORO!

Eles querem nos negar amor, conhecimento, deus, pátria, família, humanidade, maioridade, melhor idade, felicidade, a vida, um prato de comida, a avenida, o hormônio, o sonho, o leite derramado, o riso debochado, a verdinha, a marafá, o padê, o credo, o pai-nosso e o azeite de dendê. É branco sem preto. Azul ou rosa. É vida sem vida. Endividada vida. Fera domada se torna humane/a. Fera livre é livre, nem fera é, é livre! Escorre, corre, deslisa, reCUa, enverga, quebra, requebra, desquebra, embrasa, ferve e não embaça, cansei dessa tese, me deixa ser livre, bailarina translú(d)ei(c)da em sua dança de acasalamento com o apocalipse.

SEGURA A NECA, QUE AINDA NÃO VOU DESAQUENDAR.

- MONA EU NEM AQUENDEI!

Queriam que eu ficasse 4 anos segurando a neca por um pedaço de papel timbrado. Não é neca de boneca, mas essa boneca tem neca. Eu? segurar a neca? Saiba que não se pode desaquecer aquilo que nunca foi aquecido. Entre as pernas, sou rio, escorro leite e mel, na boca tenho fel. Nem segurei a neca e de quebra fiz ouvir meu brado. Gritei de alegria, de dor, de (des)amor, de esperança, gritei: meu nome é Letícia Carolina e nesta univerCISdade você vai me chamar de senhora, e é com a voz aveludada. Senhora!? Não aprenderam nem a me chamar de senhora, vão ter que me chamar de Doutora.

DOUTORA TRAVESTIS

Pensam que doutorarão uma, nem sou a primeira, nem serei a última. Quando uma foi doutorada, todas nos doutoramos por extensão. Somos travestiS, nosso singular é plural, mesmo sem “S”, pois, o “S” só marca o plural na CISgramática, na prática travesti é travestiS, a gente só não quer ser CIS. Colocamos as garras na univerCISdade e não vamos soltar, uma por uma, nossas irmãs vão entrar, irmãs e irmãos também vão festejar. CISranda, CISrandinha, ninguém quer mais CISrandar, podem dar a meia-volta, volta e meia, podem dar.

UNIVERCISDADE NÃO UNIVERSAL

Não nos querem em comunhão, não dividem o pão. O conceito de epistemicídio como pensa a preta Sueli Carneiro (2005), nos cai bem também. Eles instituem o que é conhecimento a partir de seus próprios critérios, nos impedem de acessar o que eles dizem que é conhecimento. Nos impedem de conhe(c)SER. Não se nega apenas o conhecimento, nega-se o direito a ser. O TRANSepistemicídio é uma maquinaria colonial que destroça lixo não-humano e descarta nas esquinas. Nos negam seus saberes, mas saberes outros não temos. A ignorância deles é saber de um único modo. E do resto nos resta parir outros mundes. Eles não impediram(rão) ou destruíram(rão) nossas formas transcendidas de aprender, só fecharam o corpo para as outreridades.

CADÊ A TRAVESTI QUE TAVA AQUI?

- PROSTITUIÇÃO COMEU!

Ainda tão poucas, é em nós, travestis, que a violência colonial impetra as marcas mais profundas, mais dolorosas. Se é preta então, é certo o caixão. Caixão é luxo, indigente, morre duas vezes: enterraram a trava com o nome de ocó. Não chega a 1% o total de pessoas transvestigêneres na univerCISdade, mas, se depender da categoria travesti, não somos nem

0,01%. A exclusão já começa quando travesti nem é categoria na pesquisa. Será que eles já assumem, a priori, que não existe travesti na univerCISdade. E é tão difícil que nem eu achei travesti na univerCISdade. No começo, foi desesperador uma lista de homem trans, transmasculinos e pessoas não-binárias para entrevistar, e eu me perguntava: cadê as travestis?

TUDO PUTA!

Encontrei-as na prostituição. Na velhice sem graduação. Na juventude ~~apenas~~ com sonhos. Nenhuma travesti entrevistada era jovem universitária. Travesti serve para ser puta e não para ser doutora. Mas, se fizéssemos uma pesquisa para saber quantos doutores já se formaram pesquisando putas travestis, acredito que encontraríamos algumas dezenas. Somos as mais excluídas, entre a comunidade transvestigênera, da univerCISdade, mas essa afirmação não é para ranquear opressão é para fazer política de inclusão. Cota para travesti da graduação a pós-graduação, política educacional para garantir o básico, afinal o Ensino Básico é mais que fundamental. E bolsa, a travesti quer bolsa, e não é da Prada ou *Louis Vuitton*.

É SÓ UM NOME? É MAIS QUE UM NOME!

E tem aqueles que não chegam também a 1% nas universidades, acessam, mas garantia de permanência não têm. Jovens homens trans, transmasculines, pessoas não-binárias, ou como eu prefiro chamar: nbzinhas. Nem direito ao nome têm, quer dizer, direito no aparato resolutivo da instituição têm, mas garantir que o nome social seja respeitado, devidamente respeitado, isso não se tem. Cadê o formulário de solicitação do nome social? Cadê as informações no *site*? Cadê a qualificação dês/das funcionáries/as para agilizar o nome social dês/das gatinhês/as? A transfobia na univerCISdade começa pelo nome, mas senta que tem mais!

LIBERA MEU XIXI

É só um banheiro, é só um xixi! Imagine você não conseguir usar o banheiro da univerCISdade sem sentir medo, tensão, aflição, receio. Quantas vezes você vai ao banheiro por dia, 4 ou 5, no mínimo, não é? Imagine, todas as vezes sentir a mesma sensação desesperadora, sucessivas vezes ao dia. É urgente que a univerCISdade crie campanhas educativas que orientem o uso do banheiro a partir da identidade de gênero autopercebida, afixe cartazes nos banheiros, oriente a equipe de segurança quanto a isso. Não é para prender xixi é para prender transfóbiques! #STFliberameuxixi

E DALI CORRES PARA PERMANECER

Contingenciaram os gastos na univerCISdade e transvestigêneres que já não tinha bolsa, ficou mais distante ainda da política de assistência social. Assim não dá para ficar, não dá para permanecer, sem bolsa, sem nome social, sem segurança no banheiro, sem apoio psicológico. O projeto é nos excluir. Nós precisamos do projeto *Transcidadania na Universidade* com bolsa para as pessoas transvestigêneres se manterem na instituição, não é esmola é reparação histórica! A gente está cansada/a de correr para sobreviver. A gente que fazer xixi tranquilhe/a no banheiro da universidade sem se preocupar em ser expulso, em ter o que comer em casa ou se o professor vai me chamar pelo nome social. A gente quer paz, mas, onde tem CIS tem paz? NÃO!

EITA CANSEIRA!

Não queremos essa guerra, não é mesmo Jota Mobança (2021), entretanto, não vamos deitar! Bem que eu queria deitar, essa univerCISdade se faz numa *Pedagogia do Cansaço*, toda hora explicar o que é trans*, o que é nome social, parece até engraçado, mas a gente que tem que orientar como eles têm que fazer o serviço deles. Isso cansa! Eu estou exausta de lidar com tudo isso e ainda escrever uma tese. Eu queria deitar numa redinha na praia da Pedra-do-sal, porém não posso abandonar as barricadas que erguemos, é preciso seguir enfrentando, sigamos cansadas, mas sigamos.

A VIBE É TRANSCENTRAR AS RELAÇÕES

A sorte é que a gente tem a gente. Ês/as jovens transvestigêneres compreendem que estar dentro da sua comunidade, produzir um *transcentramento* das relações é um modo de se fortalecer para aliviar o cansaço, as dores, curar aquilo que Grada Kilomba (2020) chamaria de “trauma colonial”. Exercer o autocuidado de maneira coletiva, irmanada. Compartilhar as gambiarras existenciais criadas para se equilibrar nesse CISTema que insiste em nos derrubar. Quebrar o espelho narcísico da colonização fazendo refletir e brilhar as nossas muitas cores e diferenças. E que os conflitos entre nós sejam transformados em aprendizagens, nós assumimos o erro, pois, somos o erro, a falha. Transcentrar as relações é uma potente tática de trans(r)es(x)istência na univerCISdade.

CANSADES/AS SIM, MAS, NO ATIVISMO SOCIAL!

A máxima gritada por inúmeros movimentos sociais ecoa com força: só a luta muda a vida! Para pessoas transvestigêneres, existir já é sinônimo de luta. E ês/as jovens acadêmiques/cas transvestigêneres constroem coletivos sociais políticos e reconhecem a

importância da mobilização e agrupamento social para a resistência. De modo coletivo e organizado ações educativas são criadas. Como apontam Maria Clara Passos (2022) e Thiffany Odara (2020), o Movimento Social de Travestis, Transexuais e Pessoas Trans* produz pedagogias desobedientes ao CISTema colonial. A organização social e política também é uma combativa tática de trans(r)es(x)istência na univerCISdade.

TRANSCONECTADES/AS

Faz *post* no *Instagram*, grupinho no *Whatsapp*, ês/as jovens transvestigêneres também *transcentram* relações a partir das redes sociais. Distorcendo o tempo e o espaço, a conexão é real e dá para falar de tude juntinhe e misturadinhe. A transconexão é política, educativa e afetiva. Cabe orientação pra mudar o nome social, apoio emocional, vaga de emprego e até assuntos pra 18+. Troca de gambiarras de produção de vida a partir do ciberespaço. A meta é fugir do *match* com a transfobia, isso merece um *dislike*, quero nem visualizar. Sabe o que seria bom fazer: uma *live* com todes/as, eu amo tá juntinhe de vocês! Transconectar é trans(r)es(x)istir na univerCISdade.

DEIXE-ME VIVER E SONHAR

Eu também espero estar viva e isso não é pouca coisa. 4 anos sendo professora da UFPI e nunca tive uma aluna travesti, eu sonho que esses muros que nos separam desabem. Eu sigo desobediente, junta/e as minhas/es, sigo tramando a derrocada do cisheteropatriarcado burguês cristão. Sigo honrando o sangue derramado, os sonhos nem sonhados, a vida interrompida, o grito sufocado, o respirar cansado, respira, inspira (3x). Se ficar sem ar, me chama, fazemos respiração boca a boca, corpa a corpe, pelo na pele, nossa nudez não mais será castigada. Correremos todes/as nuas e selvagens sob o eclipse sol-lua apocalítico além das fronteiras do gênero. Destronaremos alfa e ômega numa dança espiralar. Trema e abrace o fim. A universidade só será pra todes/as quando ela for TRAVESTI. Eu ousou sonhar! Não, isso, eles não podem me tirar. Eu ousou sonhar!

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS-ANTRA;
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS,
TRANSEXUAIS E INTERSEXOS-ABGLT. *O que fazer em caso de violência LGBTifóbica?*
Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-
lgbtifobia.pdf](https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf)
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS-ANTRA. Nota da
ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans.
Disponível em: [https://antrabrazil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-
trans/](https://antrabrazil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/)
- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. Pesquisar com o corpo todo: multiplicidades em fusão.
IN: SANTOS, Iraci dos. et al. *Prática da pesquisa nas ciências humanas e sociais: abordagem sociopoética*. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.
- ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?
Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, pp.513-523, maio 2012.
- ALVES, J. A. C.; ROSSI, C. R. Políticas públicas de gênero e sexualidade na educação: breve análise sobre a “ideologia de gênero”. *Educação: Teoria e Prática*, v. 30, n. 63, p. 1-15, 28 ago. 2020.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista estudios feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.
- ARAUJO, Maria Clara; HELIDIORO, Giovanna; HILTON, Erica. Afrotransfeminismo: Travestilizando o movimento negro, Racializando o Transfeminismo. *Usina de Valores*, 2018.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: Unicamp, 2015.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução por Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002. Série Pesquisa em Educação, v.3.
- BARROS, Manoel de; BARROS, Martha. *Memórias inventadas: as infâncias de Manoel de Barros*. Planeta, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, mai-ago. 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A F. e CANDAU, V.M. (Orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.

CAVALCANTI, Céu. Entre pedras, paredes e redes -do autocuidado enquanto ética transfeminista. *Medium*, 2017. Disponível em: < <https://ceucavalcanti.medium.com/entre-pedras-paredes-e-redes-do-autocuidado-enquanto-%C3%A9tica-transfeminista-8f4b3b686e64>>.

CAVALCANTI, Céu. Patologizações, autodeterminações e fúrias: uma breve carta de amor. In: AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel K. dos; SOUSA, Ematuir T. de (orgs). *Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

CLARK, Lygia. Da supressão do objeto (anotações). IN: *Escrito de artistas: anos 60/70*. Glória, FERREIRA; CONTRIM, Cecília. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, v. 1, p. 134-161, 2014.

CONCEIÇÃO, Vércio Gonçalves. Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro: as transmasculinidades negras e o movimento de pessoas trans no Brasil. IN: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo M. B.; CONCEIÇÃO, Vércio Gonçalves (Org.). *Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter PálPelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

ESCUADERO, Juan M.; TRILLO, Felipe. O desenvolvimento profissional dos professores: crise do currículo, das práticas, dos efeitos da formação docente? In: FLORES, Maria Assunção; MOREIRA, Maria Alfredo; OLIVEIRA, Lia Raquel. *Desafios curriculares e pedagógicos na formação de professores*. Ramada, PT: Edições Pedagogo, LDA; Santo Tirso, PT: De Facto Editores, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLEIZER, Marcos A. *Espinosa e a Afetividade Humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Lucius Luz. Processos de Quarentena. IN: OLIVEIRA, Apolo V. S. de *et al.* *Transvivências Negras*. Entre afetos e aquilombamentos: contando histórias afrodiáspóricas. Salvador: Devires, 2021.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, v. 34, 2018.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.

IAZZETTI, Brume Dezembro. *Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, SP.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & sociedade*, v. 19, p. 15-22, 2007.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr de 2002, nº 19.

_____. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LIMA, Suome Matheus Vilela de. Biologicamente Boyceta: inclusão, alargamentos identitários e (não) subversões linguísticas. **Pensar a educação em pauta**. Publicado em 19 de março de 2021. Disponível em:

<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/biologicamente-boyceta-inclusao-alargamentos-identitarios-e-nao-subversoes-linguisticas/>

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Rafael. Preconceito e falta de acesso a banheiros aumentam o risco de infecção urinária em pessoas trans. *Portal Drauzio Varella*. Publicado em: 8 de outubro de 2019. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/urologia/preconceito-e-falta-de-acesso-a-banheiros-aumentam-o-risco-de-infeccao-urinaria-em-pessoas-trans/#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pela%20Universidade,banheiros%20p%C3%ABlicos%2C%20incluindo%20infec%C3%A7%C3%A3o%20urin%C3%A1ria.>

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Editora Cobogó, 2021.

NAJMANOVICH, Denise. *O sujeito encarnado* – questões para a pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Mário a Silva. 18ª. ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora Civilização Brasileira, 2010

NOGUEIRA, S. B. N.; FRANÇA R.; ARAÚJO, M. C. C. A Importância do uso do nome social no exame nacional do ensino médio – ENEM. *Revista Geoconexões*, v. 2, 2016, p. 21-25.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência*: travestilizando a educação. Salvador: Devires, 2020.

OECD. *Education at a Glance 2022*: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/3197152b-en>>. Acesso em: 02 fev. 2023

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogia das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEÇANHA, Leonardo M. B. Ensaio sobre Transmasculinidades Negras: desafios e inquietações. IN: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo M. B.; CONCEIÇÃO, Vércio Gonsalves (Org.). *Transmasculinidades Negras*: narrativas plurais em primeira pessoa. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

PETIT, Sandra. Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa. In: MATOS, Kelma Socorro L. de & VASCONCELOS, José Gerardo. *Registros de Pesquisas na educação*. Fortaleza: LCR, 2002. (Coleção Diálogos).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução Sara York. *Revista Palavra Solta*, 2020b. Disponível em: <<https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>> Acesso em: 07 fev. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Peru indígena*, v. 13, n. 29, pág. 11-20, 1992.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e Competência*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 16).

SALES, Celecina de Maria Veras. Os jovens como experimentadores e produtores de devires. In: DAMASCENO, Maria Nobre; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VASCONCELOS, José Gerardo (orgs.) *Trajetórias da Juventude*. Fortaleza: Gráfica e Editora LCR, 2001. p. 25-40.

SALES, Celecina de Maria Veras. Juventude, espaços de formação e modos de vida. *Educação Temática Digital (ETD)*, v. 12, n. esp, p. 24-41, 2010.

SCHEFFEL, Noah. Construções Transcendidas: já ouviu falar? *Ecoa Uol*. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noah-scheffel/2022/07/04/construcoes-transcendidas-ja-ouviu-falar.htm>>

SCHUSTER, Mark A.; REISNER, Sari L.; ONORATO, Sarah E. Beyond bathrooms - meeting the health needs of transgender people. *New England Journal of Medicine*, v. 375, n. 2, pág. 101-103, 2016.

SILVA, Jovanna Baby C. *Bajubá Odara*: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis do Brasil. 1. ed. Picos: Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

SKLIAR, Carlos. Escrever e ler para ressuscitar os vivos: notas para pensar o gesto da leitura (e da escrita). IN: KOHAN. Walter Omar. *Devir-criança da filosofia*: infância da educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. *Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. Resolução CEPEX Nº 056/2014*, 26 de agosto de 2014. Teresina-PI, 26 set. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/77158132/doespi-24-09-2014-pg-2>. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. *Conselho Universitário. Resolução Nº 003/2015*, 30 de março de 2015. Teresina-PI, 31 mar. 2015. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolucao_03.15_CONSUN_Nome_Social.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.